



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

INSTITUTO DE HISTÓRIA

LUIZA HELENA SANTOS DUARTE LEMOS

**PERSPECTIVAS HISTÓRICAS SOBRE O AGRAVAMENTO DA
EXTREMA POBREZA NO BRASIL**

Uberlândia
2021



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA**

LUIZA HELENA SANTOS DUARTE LEMOS

**PERSPECTIVAS HISTÓRICAS SOBRE O AGRAVAMENTO DA
EXTREMA POBREZA NO BRASIL**

Monografia apresentada como requisito parcial para a conclusão do curso de História (Licenciatura e Bacharelado) do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia

Orientador: Prof. Dr. Gilberto César de Noronha

Uberlândia
2021

LUIZA HELENA SANTOS DUARTE LEMOS

**PERSPECTIVAS HISTÓRICAS SOBRE O AGRAVAMENTO DA
EXTREMA POBREZA NO BRASIL**

Monografia apresentada como requisito parcial para a conclusão do curso de História (Licenciatura e Bacharelado) do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia

Orientador: Prof. Dr. Gilberto César de Noronha

Uberlândia, 28 de maio de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Gilberto César de Noronha (Orientador)

Prof. Dr. Guilherme Amaral Luz (Inhis-UFU)

Prof. Dr. Tadeu Pereira dos Santos (DAH - UNIR)

RESUMO

Com este trabalho, objetivamos melhor caracterizar o fenômeno da “extrema pobreza” no Brasil, analisando o seu aumento, depois de uma queda significativa até o ano de 2014. Destacando os fatores que possam ter contribuído para que a extrema pobreza aumentasse, analisamos não só conjuntural, mas também historicamente a pobreza no país, desde o período colonial até a atualidade. Ao longo do ano de 2018, no Brasil, os meios de comunicação intensificaram os noticiários sobre o tema e quando o IBGE publicou os resultados da extrema pobreza, entre os anos de 2003 e 2018 através dos dados obtidos pela pesquisa da PNAD Contínua, percebeu-se que a mesma estava realmente aumentando, contrariando os dados que vinham sendo colhidos desde o ano de 2003. A partir de 2003, o país apresentou um crescimento econômico modesto, mas, com políticas que favoreciam a queda da pobreza. Depois de 2014, a extrema pobreza foi aumentando e chegou em 2018, com valores que repercutiam até mesmo na mídia internacional. Para compreender melhor o que estaria provocando essa variação, procuramos analisar não só a renda das famílias, mas também aspectos sociais, políticos e históricos da questão. Tentamos ajustar os vários conceitos de pobreza existentes, embora o aspecto econômico tenha prevalecido, pois o mesmo é usado por diversos órgãos que monitoram a pobreza, para aplicar as políticas públicas no sentido de amenizá-la. Evocando a bibliografia disponível sobre o tema, revisitamos a questão social da pobreza, produzida num país marcado por desigualdade econômica, principalmente para as pessoas de pele escura - negros e mestiços – e verificamos que a desigualdade tem cortes regionais e diferenciações nas cidades e no campo. Além disto, procuramos destacar, que a distribuição desigual de rendas e riquezas, do crescimento descontrolado das cidades, e das crises internacionais que repercutem nas políticas econômicas do país, aumentam o desemprego e agravam ainda mais a vida dos mais pobres. Quando se aumenta o valor de compra do salário mínimo, os mais pobres podem consumir mais, o que se mostra como um fator importante para se reduzir a pobreza. É de fundamental importância, que os órgãos governamentais criem políticas para que não se percam de vez, as conquistas sociais já obtidas e que se criem políticas sociais, que possam diminuir as desigualdades e possibilitar a construção de uma sociedade mais justa e humana.

PALAVRAS-CHAVE: Pobreza extrema, desigualdade social, Brasil.

ABSTRACT

With this work, we aim to better characterize the phenomenon of “extreme poverty” in Brazil, analyzing its increase, after a significant fall until the year 2014. Highlighting the factors that may have contributed to the increase of extreme poverty, we analyze, not only circumstantial but also historically, poverty in the country from the colonial period to the present. Throughout 2018, the media intensified the news about extreme poverty. When IBGE publishes the results of extreme poverty between the years 2003 and 2018 through the data obtained by the PNAD Continuous survey, it was noticed that extreme poverty increased, contradicting the data that had been collected since the year 2003. Since 2003, the country had a modest economic growth, with policies that favored the reduction of poverty, but after 2014, there was a progressive increase in extreme poverty, reaching 2018 with values that reverberated even in the international media. To understand what was causing poverty growth, we analyzed not only household income but also social, political and historical aspects of poverty. Through a bibliographical review, we revisited the social issue of poverty, produced in a country marked by economic inequality, especially for blacks and mestizos. Inequality has regional cuts and differences in cities and countryside. In addition to the unequal distribution of income, the uncontrolled growth of cities, international crises have an impact on the country's economic policies, increase unemployment and further aggravate the lives of the poorest. When the purchase value of the minimum wage is increased, the poorest can consume more, which is an important factor in reducing poverty. It is of fundamental importance that governmental bodies create policies so that the social achievements obtained are not lost altogether and that social policies that can reduce inequalities are created.

KEYWORDS: Extreme poverty, social inequality, Brazil.

LISTA DE ABREVIATURAS

APPs Avaliações Participativas sobre Pobreza

BIRD Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento

CLT Consolidação das Leis do Trabalho

CNPJ Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CNSS Conselho Nacional de Serviços Sociais

CPS Contrato de Prestação de Serviço

Dieese Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio econômico

FAO Organização Para a Alimentação e Agricultura

FGV Fundação Getúlio Vargas

FMI Fundo Monetário Internacional

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICV Índice de Custo de Vida

IDM Índice de Desenvolvimento Humano

INPC Índice Nacional de Preço ao Consumidor

INSS Instituto Nacional de Previdência Social

IPCA Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Ipeadata Índice de Pesquisa Econômica Aplicada na Base de Dados macroeconômicos

LCA Consultoria Empresária

ODS Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

OIT Organização Internacional do Trabalho

ONU Organização das Nações Unidas

OPEP Organização dos Países Produtores de Petróleo

PBF Programa Bolsa Família

PDP Programa de Desenvolvimento Produtivo

PIB Produto Interno Bruto

PIS/PASEP Programa de Integração Social / Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

PNAD Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios

PNADC Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios Contínua

PNAS Política Nacional de Assistência Social

PND Plano Nacional de Desenvolvimento

PME Pesquisa Mensal de Emprego

POF Pesquisa de Orçamento Familiar

PPC Paridade de Poder de Compra

SIS Sistema de Indicadores Sociais

SM Salário Mínimo

TV Televisão

UNICEF Fundo das Nações Unidas para a Infância e Adolescência

Sumário

1 INTRODUÇÃO	9
2 AFINAL O QUE É POBREZA?.....	16
2.1 Conceituações e Relações	16
2.1.1 Pobreza Relativa.....	23
2.1.2 Pobreza Absoluta.....	25
2.1.3 A Relação do Salário Mínimo com a Pobreza	28
3. UMA ABORDAGEM HISTÓRICA DA POBREZA.....	59
3.1 Uma questão antiga	59
3.2 A Pobreza no Brasil: uma construção social e histórica	62
3.2.1 O processo de colonização e a pauperização dos nativos.....	63
3.2.2 Colonização, pauperização e escravização de africanos	70
3.2.3 Pobreza e política imigratória para o Brasil	76
3.3 A produção econômica da pobreza no Brasil	79
4 O AGRAVAMENTO DA POBREZA NO BRASIL: 2014-2018	105
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
6 REFERÊNCIAS	118
6.1 Fontes	118
6.2 Bibliografia	121

1 INTRODUÇÃO

“Apesar de alta do PIB e inflação baixa, a pobreza extrema avançou 11,2% no país, atingindo quase 15 milhões de pessoas. Economistas apontam expansão modesta da economia e situação fiscal do governo como raízes do problema. O número de brasileiros em situação de extrema pobreza aumentou 11,2% de 2016 para o ano passado, aponta um levantamento realizado a partir da PNADC (Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios Contínua)”.

(Portal de Notícias G1, de 13 de abril de 2018)¹

“Recessão e aumento da desigualdade levaram brasileiros para situação de pobreza extrema. O Brasil tem hoje uma população do Chile em miseráveis”.

(GONTIJO, Juliana. O TEMPO, 06 de setembro de 2018)²

“Mais da metade dos mineiros ganha menos de um salário mínimo. Praticamente seis em cada dez mineiros (57%) vivem com, no máximo, um salário mínimo por mês”.

(LAGÔA, Tatiana, O TEMPO, 06 de dezembro de 2018)³

Desde o ano de 2016, a pobreza voltou a ocupar as manchetes dos jornais do Brasil, junto com as notícias sobre o aumento do desemprego, a queda na expectativa de crescimento econômico e a piora na qualidade de vida dos brasileiros. Conforme citações em epígrafe e dados divulgados pelo IBGE no mês de abril de 2018, observava-se que a pobreza extrema tinha aumentado 11,2% de 2016, para o ano de 2017, provocando um aumento de 1,49 milhões de pessoas em extrema pobreza no Brasil.

Tendo sido a pauta da imprensa tomada pelo tema do aumento da pobreza no país, os noticiários televisivos, as revistas, os jornais e os sites de notícias da internet mostravam os chocantes casos de miséria total, de fome, de isolamento, principalmente pelo abandono do setor público que, por imposição constitucional, deveria proteger a população⁴. As

¹ **O QUE explica o aumento da pobreza extrema no Brasil.** G1. Rio de Janeiro. 13 abr. 2018. Economia. Disponível em: <g1.globo.com/economia/noticias/o-que-explica-o-aumento-da-pobreza-extrema-no-brasil> Acesso em: 12 jan. 2019.

² GONTIJO, Juliana. **Brasil tem hoje uma população do Chile em miseráveis**, Jornal O TEMPO, Belo Horizonte, 06 jul. 2018. Economia, p.18.c.1-2

³ LAGÔA, Tatiana. **Mais da metade dos mineiros ganha menos de um salário mínimo.** Jornal O TEMPO, Belo Horizonte 06 dez. 2018. Economia, p. 12. C. 1-2

⁴ BRASIL. Constituição (1988). “Título I, Dos Princípios Fundamentais, Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - promover o bem de todos, sem Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado

reportagens da imprensa demonstravam certa perplexidade com o aumento da pobreza, uma vez que o Brasil vinha de um ciclo recente de crescimento econômico, ainda que modesto, mas com políticas efetivas bem sucedidas de combate à pobreza. Não raro, tais reportagens procuravam relacionar, mesmo de forma indireta, o aumento da pobreza com a corrupção e a instabilidade política do país, vendo-se surpreendidos pelos dados apresentados, uma vez que os indicadores macroeconômicos pareciam estar favoráveis e a pergunta que faziam aos “especialistas” era: “O que explicaria, então, a piora na renda de brasileiros que já vivem com tão pouco⁵”?

Mas por que se dá esta perspectiva de crescimento da pobreza? A distribuição da renda, e a diminuição da fome tinham sido pontos de destaque no governo do presidente Lula (2003 a 2011), em grande medida continuados no primeiro governo de Dilma Rousseff (2011-2014), quando políticas sociais foram orientadas para o combate à miséria. Houve uma ampliação dos programas de transferência de renda, aumento real do salário mínimo, ampliação de programas de renda mínima, o programa “Bolsa Família”, a expansão do crédito e a diminuição do valor da cesta básica com fomento à agricultura familiar, controle de estoques pelo governo e isenção de impostos dos itens essenciais combinados com o controle da inflação. Tudo isso tinha possibilitado uma melhora nas condições materiais da vida dos mais pobres. Com essa política, a partir de 2004, observou-se uma diminuição da pobreza, a economia voltou a crescer e aumentou a oferta emprego no país, como lembrava a própria mídia, estarecida com a rápida deterioração da economia.

O Brasil já viveu uma sensação bem diferente da atual: a proximidade do pleno emprego. Não faz muito tempo: foi em dezembro de 2014, no último ano do primeiro mandato de Dilma Rousseff. A ideia de pleno emprego é vaga, mas basicamente significa que os trabalhadores que estão desempregados recusam empregos apenas por causa dos salários oferecidos (abaixo das suas expectativas) (...). [O ano de] 2014 terminou com taxa de desocupação de 4,8%, o que representava cerca de 1 milhão de pessoas desocupadas. Tratava-se do menor patamar do desemprego desde 2002, quando a PME passou a ser feita⁶.

Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 27 set. 2019.

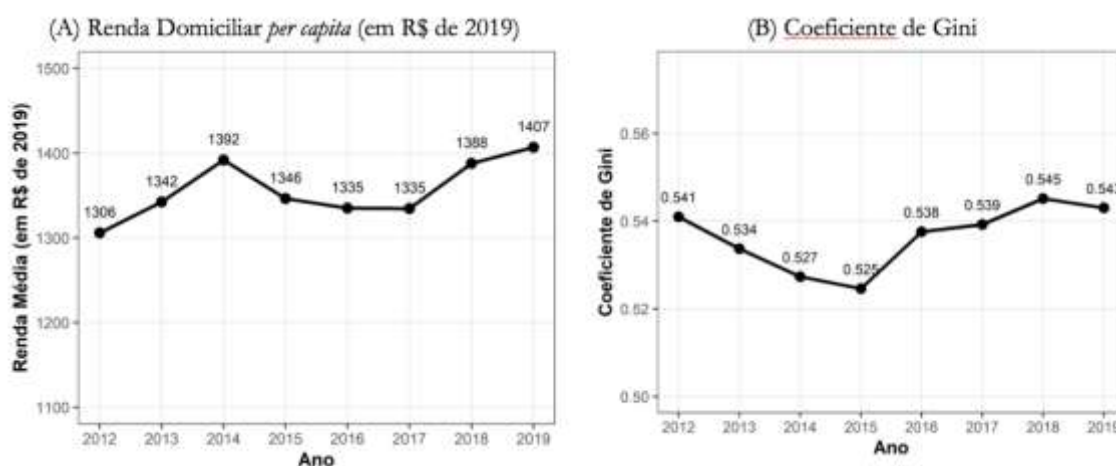
⁵ SOARES, João. **O que explica o aumento da pobreza extrema no Brasil?** 17 abr. 2018. Economia. Disponível em: <<https://economia.oul.com.br/noticias/redacao/2018/04/17/O-que-explica-o-aumento-da-pobreza-extrema-no-brasil.htm>>. Acesso em 17 dez. 2018.

⁶ **BRASIL já viveu sensação de pleno emprego em 2014.** Portal de Notícia R7. 15 jan. 2016. Economia. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/economia/brasil-ja-viveu-sensacao-de-pleno-emprego-em-2014-15012016>>. Acesso em 05 jun. 2019.

Infelizmente essa situação não se manteve e o quadro se deteriorou rapidamente, após o afastamento de Dilma Rousseff da presidência da república em 2016⁷. No mês de abril de 2018, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) publicou dados sobre o número de brasileiros em situação de extrema pobreza. Com base nos resultados das pesquisas realizadas pela PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), verificou-se que a pobreza extrema tinha se elevado 11,2% de 2016, para o ano de 2017, provocando um aumento de 1,49 milhões de pessoas em extrema pobreza. Ou seja, passou de 13,34 milhões em 2016 para 15,83 milhões em 2017, conforme levantamento da LCA consultores⁸.

De posse de tais resultados, inquietantes como esses, foi que decidimos identificar melhor o fenômeno da pobreza no Brasil nos anos de 2016 e 2017, tendo como base os dados das pesquisas publicadas pelo IBGE. Os dados registravam à época, a variação da renda média domiciliar e a desigualdade no Brasil, de 2012 a 2019.

Gráfico 1: Renda média e Desigualdade – Brasil, 2012-2019



Fonte: elaboração dos autores a partir dos microdados da PNADC 2012/2019⁹.

O índice de Gini que mede a desigualdade social varia de 0 a 1, sendo “1” o valor de máxima desigualdade e “0” a perfeita igualdade na distribuição de rendimento (quando

⁷ Para uma análise interdisciplinar do processo e de seus efeitos cf. NORONHA, Gilberto Cezar de.; LIMA, I. R. S. (Org.); NASCIMENTO, M. R. (Org.). **O golpe de 2016 e a corrosão da democracia no Brasil**. 1. ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2020. v, 1. 376 p.

⁸ A LCA construtores é uma empresa de soluções estratégicas em economia, que atua nas áreas de macroeconomia, inteligência de mercado, economia de direito, investimentos e finanças corporativas. Disponível em: <https://www.lcaconsultores.com.br/quem_somos.php> Acesso em: 15 ago. 2020.

⁹ BARBOSA J. B. et al. **Desigualdade de Renda no Brasil de 2012 a 2019**. DADOS – Revista de Ciências Sociais. 16 ago 2020. Disponível em: <dadosiesp.uerj.br/desigualdade-de-renda-no-brasil-de-2012-a-2019> Acesso em: 13 abr. 2020.

10% da população se apropria de 10% da renda total e assim por diante)¹⁰. O gráfico índice de Gini, que mede a desigualdade, também reforça o aumento da desigualdade na mesma época, ou seja, de 2012 a 2019. Se a pobreza extrema vinha caindo no país, inverte a tendência e sofre um aumento, quais seriam as causas dessa inversão de tendência?

Nesse trabalho faremos uma análise dos dados apresentados pelo IBGE, procurando identificar o que interrompeu a queda da pobreza no país, procurando não apenas fazer uma análise conjuntural, mas compreender historicamente o fenômeno atual. Embora a situação tenha se modificado sensivelmente desde o início dessa pesquisa, cabe alertar para o fato de que ela não abordará o recente agravamento da trajetória de alta da pobreza extrema no Brasil, decorrente dos efeitos da Pandemia de Covid-19¹¹. Tais causas acidentais e materiais não foram analisadas nesta pesquisa. Isto porque, a despeito de sua importância e das novas questões que se impuseram com as restrições às atividades econômicas, às questões sanitárias, ao isolamento social, às políticas públicas discutíveis, acreditamos que esta situação não invalida a relevância da questão que orientou este trabalho, iniciado antes destes acontecimentos. Pelo contrário, talvez tenha tornado a análise do agravamento da pobreza extrema ainda mais urgente do ponto de vista social e histórico. Afinal, a pandemia de Covid-19 não é a responsável pela mudança na trajetória de queda da pobreza extrema, mas sim a causa do agravamento de uma situação que tinha se iniciado antes, entre 2014 e 2015, quando o Brasil passou a “sangrar” junto com o segundo governo de Dilma Rousseff¹². Portanto, ainda que hoje, retrospectivamente e de forma anacrônica se possa atribuir a interrupção da tendência de queda da pobreza no Brasil à pandemia, é necessário lembrar que as razões dessa interrupção são anteriores a ela.

¹⁰ **SÍNTESE de indicadores sociais uma análise das condições de vida da população brasileira**. Estudo & Pesquisa. IBGE. 2016.

¹¹ A Pandemia da Covid19 é causada pelo coronavírus, SARS-CoV2. Ela teve início na China em 31 de dezembro de 2019 e se espalhou pelo mundo. O primeiro caso no Brasil ocorreu em fevereiro de 2020. Ela provocou uma crise na saúde e um risco de aprofundar a miséria no país, já está sendo sentido. Como a Covid19 é uma doença infecciosa que pode ser fatal, requer medidas de distanciamento social. As medidas de isolamento social passaram a significar fome para muitas famílias que não têm como trabalhar para se sustentarem.

¹² A expressão é do Senador Aloysio Nunes. “Defensor da manifestação do próximo dia 15 de março [de 2015], o senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), ex-candidato a vice na chapa de Aécio Neves, disse nesta segunda-feira (9) ser contra o impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT). O tucano afirmou que prefere ver a petista “sangrar” nos próximos quatro anos, quando encerrará o seu segundo mandato”. Valor Econômico. 09 de mar. 2015. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/valor/2015/03/09/nao-quer-o-impeachment-quer-ver-a-dilma-sangrar-diz-tucano.htm?cmpid=copiaecola>> Acesso em: 02 de mai. 2021.



Gráfico 2 . Extrema Pobreza no Brasil entre 2003 e 2018¹³

É esta, portanto, a questão que interessa de perto a esse trabalho: Por que, depois de uma diminuição significativa no nível de pobreza no Brasil, essa queda foi interrompida? Ou ainda, qual o significado histórico da interrupção da queda da pobreza do país?

Para responder a estas questões, procuramos entender quais os aspectos políticos, econômicos e sociais interferem na produção e/ou no combate à pobreza. Para tanto, começamos por questionar o próprio conceito de pobreza: Afinal, o que significa ser pobre?

A “pobreza” é tema caro à história do Brasil e estes números têm tido repercussões na mídia internacional. Recorde-se que o Brasil, juntamente com outros 192 países, assinalou como ponto importante e concordou com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável na redução da pobreza extrema no país. Tal agenda prevê garantir um planeta sustentável e construir sociedades pacíficas e inclusivas garantindo vidas dignas para todos. Essa agenda prevê ainda, eliminar a pobreza, aliviar o sofrimento e construir a resiliência daqueles que vivem nessa situação. O objetivo “número um” do Desenvolvimento Sustentável (ODS) é acabar com esse flagelo em todas as suas formas e em todos os lugares. Esse ODS também pretende garantir a proteção social dos mais

¹³ **EXTREMA pobreza no Brasil entre 2003 e 2018.** FGVsocial comenta os cortes do bolsa família e o aumento da extrema pobreza no Brasil. FGVsocial. Centro de Políticas Sociais. Disponível em <<https://cps.fgv.br/destaques/fgv-social-comenta-os-cortes-no-bolsa-familia-e-o-aumento-da-extrema-pobreza-no-brasil>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

pobres e vulneráveis, aumentar o acesso a serviços básicos e dar apoio a pessoas afetadas por eventos climáticos, ambientais e sociais¹⁴. A luta contra a pobreza já compunha os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM), mas os rumos políticos, econômicos e sociais do país, têm nos distanciando cada vez mais desses objetivos.

Para além da discussão sobre a diminuição da pobreza, impõe-se também discutir o que é pobreza. Em termos históricos, o conceito de pobreza passa por uma grande discussão, por ser difícil de definir e por sua significação variar no tempo e no espaço. O que significa ser pobre e o que significa não sê-lo? Seria esse um conceito absoluto ou relativo? Para determinar se uma pessoa é ou não pobre, quais parâmetros devem ser levados em consideração? Apenas aspectos econômicos, como nos sugerem os dados alarmantes publicados na imprensa? Quais seriam os critérios de medição mais adequados?

De acordo com Romão,

“A pobreza implica muito mais do que meras considerações econômicas, mas necessidades não econômicas como de autorrealização, liberdade, prestígio, participação na sociedade, etc., são muito difíceis de aferir”¹⁵.

Para compreender a pobreza no país hoje, impõe-se procurar entender a sua constituição histórica e considerar a desigualdade com que se formou a sociedade brasileira. Para atingir este objetivo, além da pesquisa bibliográfica, usaremos o valor encontrado em 2015 como mostra o gráfico 2, abrangendo a pobreza de 2012 até 2019. De posse desses dados, faremos um estudo exploratório para apontar as causas prováveis da variação da pobreza extrema, analisando o aumento da pobreza numa perspectiva diacrônica.

A PNAD foi iniciada no segundo trimestre de 1967, sendo seus resultados apresentados com periodicidade trimestral até 1970. A PNAD Contínua foi lançada pela primeira vez em 2012. Ela produz informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do Brasil e permite a investigação contínua de indicadores sobre o trabalho e rendimento. Permite acompanhar as variações de curto prazo do emprego da força de trabalho, da renda e outras variáveis essenciais para a compreensão do desenvolvimento socioeconômico. Além do “Módulo Rendimento”, o IBGE também divulga anualmente, os módulos referentes à Habitação, Migração, Fecundidade,

¹⁴ Plataforma Agenda 2030. 23 out. 2020. Disponível em: < www.agenda2039.com.br>. Acesso em: 10 abr. 2020.

¹⁵ ROMÃO, E. C. Maurício. **Considerações sobre o conceito de pobreza**. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, n. 36 (4), p. 355-70. out.- dez. 1982. p. 356.

Características dos Moradores, Trabalho Infantil, outras formas de trabalho, Educação e Acessos a Internet, TV e Celular. Essas divulgações do IBGE contribuem também para atualizar a verificação da situação das pessoas em condições de pobreza e extrema pobreza.

Por fim, esta pesquisa pretende pensar um tema historicamente relevante, urgente, palpável e sensível, que se localiza nas tênues fronteiras entre a natureza e a cultura. Vídeos, reportagens em jornais, revistas, televisão, internet e relatórios de órgãos internacionais têm apontado um aumento da pobreza extrema no país, evocando algumas causas para esse aumento nos últimos anos e dando destaque para o agravamento da desigualdade. Podemos perceber o aumento da pobreza caminhando pelas ruas da periferia e dos centros urbanos mais desenvolvidos do país. Ela está distribuída por todo o território nacional, mas temos regiões onde é encontrada de uma forma mais concentrada, como vamos demonstrar ao longo desse trabalho. E a pandemia, longe de ser a causa primeira dessa inflexão vivenciada no Brasil, apenas agrava e torna mais evidente o fenômeno social, econômico e político já em curso e de causas profundas.

No primeiro capítulo desse trabalho apresentaremos os resultados da pesquisa bibliográfica sobre o conceito de pobreza, discutindo aqueles sentidos que já fazem parte da nossa literatura conhecida sobre o tema. No segundo capítulo será feito um estudo histórico da pobreza no Brasil revisitando o tema em diferentes temporalidades da história do país, desde o período colonial até a atualidade. No terceiro capítulo os dados da PNAD Contínua serão apresentados e analisados à luz daquelas condições históricas e das perspectivas conceituais vislumbradas nos capítulos anteriores.

Vale alertar para o fato de que, ao longo deste trabalho utilizamos o conceito de extrema pobreza como sinônimo de pobreza absoluta, uma escolha diante da falta de consenso nessa conceituação. E por último, após as análises dos dados mais relevantes, destacaremos nossas considerações finais sobre o aumento da pobreza no Brasil.

2 AFINAL O QUE É POBREZA?

Falar em pobreza não é simples. Não existe um único parâmetro para identificar o que é ser pobre, mesmo que muitas vezes a renda monetária seja usada para se diferenciar o pobre do “não pobre”. A vida social envolve aspectos que afetam a condição dos indivíduos e deixam algumas pessoas em situação que podemos chamar de pobreza, mas que muitas vezes ultrapassam a dimensão da renda monetária. A estabilidade da renda nem sempre é garantida, e usá-la como parâmetro para classificar uma pessoa como pobre ou “não pobre” nos parece muito vago. Mesmo com tanta dificuldade para defini-la, entender o que é pobreza é muito importante para se determinar as formas de enfrentamento da mesma, através de políticas sociais que têm sido implementadas na maioria dos países, incluindo o Brasil. Existem tentativas de aproximação do que seja pobreza usando análises quantitativas e qualitativas, com alguns cálculos e indicadores que buscam chegar ao ponto mais real possível sobre o que é ser pobre.

A palavra pobre ou “*pauper*” de origem latina¹⁶, não é capaz de traduzir a carência com que vive a população em pobreza extrema, que habita o nosso país. Suas necessidades básicas não são satisfeitas plenamente.

2.1 Conceituações e Relações

Começamos pela tentativa de conceituar pobreza numa primeira aproximação e constituição do objeto estudado e de compreender a relação dessa conceituação com o direcionamento das políticas públicas, que têm como objetivo eliminá-la de forma eficiente.

A conceituação de pobreza pode levar em conta algum “juízo de valor” em termos relativos ou absolutos, incorporando ou não o ponto de vista econômico. Essa conceituação pode ser feita de uma forma subjetiva e abstrata e com isto corre-se o risco de não determinar a necessidade do cidadão. Por isso é uma conceituação muito frágil que varia no tempo e no espaço e necessita, portanto, ser historicizada.

¹⁶ Pobre veio do latim “*pauper*” radicado em *paucus*, pouco, mais o sufixo “eza”. Pauper que vem de *pau* igual a “pequeno” e páreo igual a “dou a luz” e originalmente referia-se a terrenos agrícolas ou gado que não produziam o desejado. Pobreza. Disponível em: < <https://pt.wikipedia.org/wiki/pobreza>>. Acesso em: 23 abr. 2020.

O conceito de pobreza evolui com o passar do tempo. Durante o século XX, três concepções de pobreza predominaram, relacionadas à questão da sobrevivência, das necessidades básicas e da privação relativa. Cada conceito formulado tenta deixar claro o que é a pobreza. Com o tempo, o conceito ganhou novas abordagens como as sequências: sobrevivência, a concepção de necessidade básica e a ideia de privação relativa. A tese denominada “Consenso de Washington” apoia-se na ideia de pobreza como a privação de capacidades, elaborada por Amartya Sen (1999) e a de Deepa Narayan (2000) que privilegia a visão dos próprios pobres sobre “o que é ser pobre”¹⁷.

O enfoque biológico define a linha de pobreza a partir dos requisitos nutricionais mínimos da dieta alimentar de um indivíduo. O valor da renda dessa pessoa deverá ser suficiente para que ela possa adquirir a alimentação mínima, suficiente para suprir as necessidades nutricionais. No caso das necessidades básicas, além da alimentação se destacam a moradia, o vestuário, o saneamento básico, a água, o transporte público e os serviços de saúde e escola¹⁸.

O salário mínimo deveria ser um salário mínimo oficial, com uma boa aproximação do valor suficiente e necessário para que a pessoa consiga manter o nível mínimo de vida, ou seja, ser o suficiente para que ela mantenha suas necessidades nutricionais mínimas.

Até aproximadamente 1950, o enfoque na sobrevivência predominou na tentativa de definição da pobreza e se destacou quando nutricionistas inglesas afirmaram que a renda dos mais pobres não era suficiente para a manutenção do rendimento físico dos indivíduos. Essa concepção foi usada pelo Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Com a utilização de medidas estatísticas, formulou-se o primeiro modelo de proteção social para o estado de bem-estar, fundamentando políticas nacionais de assistência e alguns programas sociais¹⁹. Ocorreram baixos índices de assistência social, pois tais políticas se preocupavam apenas com a sobrevivência.

Em 1970, a pobreza tinha a conotação de necessidades básicas. Entendendo como consumo básico de uma família a água potável, o saneamento básico, a saúde, a cultura e a educação. Nesse caso não só a sobrevivência, mas também algumas exigências de

¹⁷ CRESPO, Antônio P. A. & GUROVITZ, Elaine. **A Pobreza Como Fenômeno Multidimensional**. RAEeletrônica. v.1, n. 2, jul/dez 2002. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/raeel/v1n2/v1n2a03>>. Acesso em: 23 abr. 2020.

¹⁸ ROMÃO, E. C. Maurício. Considerações sobre o conceito de pobreza. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, n. 36 (4), p, 355-70. out./dez. 1982. p. 356.

¹⁹ CRESPO, Antônio P. A. & GUROVITZ, Elaine. **A Pobreza Como Fenômeno Multidimensional**. RAEeletrônica. v.1, n.2, jul/dez. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/raeel/v1n2/v1n2a03>>. Acesso em: 24 abr. 2020.

consumo. Buscando uma formulação científica e comparações de estudos internacionais, após 1980, a pobreza recebeu um enfoque mais social. Passou a ser entendida como privação relativa. Passaram a considerar que sair da linha de pobreza significava ter uma alimentação adequada, algum conforto, e o desenvolvimento de papéis e de comportamentos socialmente adequados. Antes mesmo que se buscasse entender a pobreza através do que se preconizava, floresceu a tese neoliberal norte-americana – local onde se encontravam as instituições multilaterais de crédito - de que com o bom funcionamento dos mercados, as economias se tornariam prósperas, e a riqueza gerada beneficiaria os mais pobres. Essa tese ficou conhecida como “*Consenso de Washington*”²⁰.

Em 1989, Amartya Sen²¹ defende a ideia liberal de pobreza como “privação de capacidade”. A pobreza era definida como uma privação de capacidades básicas de um indivíduo e não apenas como uma renda inferior a um patamar pré-estabelecido. A privação pode refletir em subnutrição, morbidez persistente, analfabetismo, e até morte prematura. A renda baixa pode desencadear uma ou mais “privação de capacidades”. A relação entre renda e capacidade é afetada pela idade da pessoa, pelos papéis sexuais e sociais, pela localização e pelas condições da pessoa. Renda baixa pode ser a primeira razão da privação.

Argumenta CRESPO²² que, para Sen, é importante ter em mente que a redução da pobreza de renda não pode ser o único objetivo de políticas de combate à pobreza. É perigoso ver a pobreza segundo a perspectiva limitada da privação de renda e a partir daí justificar investimentos em educação, serviços de saúde, etc., com o argumento de que são bons meios para a redução da pobreza. A pobreza deve ser entendida como a privação da vida que as pessoas realmente podem levar e das liberdades que elas realmente têm. O aumento das capacidades humanas tende a aumentar a produtividade e como consequência aumentar a renda. O conceito de privação relativa que é atribuído à pobreza relaciona-se com a visão de desenvolvimento. O desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades das pessoas. Nesse caso a expansão das liberdades é considerada o fim primordial e o principal meio do desenvolvimento. Com liberdade o indivíduo terá condições de gerar renda e outros mais. Com oportunidades sociais adequadas, os

²⁰ Idem.

²¹ SEN, Amartya. (1978, p. 11 apud ROMÃO, 1982 p 355-70).

²² CRESPO, Antônio P. A.; GUROVITZ, Elaine. **A Pobreza Como Fenômeno Multidimensional**. RAEeletrônica. v.1, n.2, jul./dez, 2002 Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/raeel/v1n2/v1n2a03>>. Acesso em 12 mar. 2020.

indivíduos podem arquitetar o seu próprio destino. Essas capacidades podem ser aumentadas por intermédio das políticas públicas que podem ser influenciadas pelo uso das capacidades participativas do povo.

No ano 2000, Deepa Narayan ²³ procurou expandir o conceito de pobreza apresentado por Sen a partir de conclusões a que chegou através de estudos desenvolvidos desde 1993 para o Banco Mundial. A pesquisadora realizou Avaliações Participativas sobre a Pobreza (APPs). Entrevistava pessoas desprovidas, em vários países, sobre suas opiniões acerca do que é ser pobre. Ninguém melhor do que o pobre para falar sobre sua situação. A pesquisa concentrava-se em como os pobres percebiam as várias manifestações da pobreza (renda baixa, falta de alimentos, propensão a doenças), em suas principais causas e fatores limitantes de suas oportunidades, e como eles viam os serviços públicos. Ao utilizar esse enfoque, tem-se uma perspectiva multicultural da pobreza, uma perspectiva que considera a capacidade de os pobres serem ouvidos e de ganharem poder como agentes de seu próprio destino. A disposição para melhorar de condição depende da forma como encaram as oportunidades, os riscos e as limitações que lhes chegam.

Para se reduzir a pobreza no mundo, especialmente nos países que são mais afetados por ela, vários pesquisadores têm se debruçado em dados dos mais variados, mas atualmente Sen e Narayan são pesquisadores que têm o respeito da comunidade mundial e seus estudos fornecem subsídios valiosos para diminuir a pobreza. “Narayan entende que as estratégias de redução da pobreza, para serem eficazes e sustentáveis devem refletir um conhecimento sistemático das percepções dos pobres” ²⁴. Concordemos ou não com seu viés liberal, esta tese tem sido importante orientadora das políticas de enfrentamento da pobreza.

Como temos visto, a pobreza é um fenômeno presente em quase todo o mundo. No Brasil, através de reportagens que vez ou outra tomam conta dos nossos meios de comunicação, a pobreza tem sido destaque e é traduzida por falta total ou parcial de recursos múltiplos que podem levar a privações como: humilhações; discriminações; fome; desnutrição; frio; falta de assistência médica e de medicamento; isolamentos; doenças e até mesmo a morte. Os pobres têm consciência de sua pobreza, da falta de poder, da falta de voz e da falta de independência. Têm consciência do que passam por serem pobres e que estão sujeitos à exploração e ao descaso dos órgãos competentes. Nos locais de

²³ Idem.

²⁴ Ibidem.

concentração de pobreza, que na maioria das vezes é isolado e distante dos centros urbanos falta infraestrutura básica como: água; energia elétrica; transportes públicos; escolas; postos de saúde e moradias dignas. Nesses locais sobram a insegurança, o desemprego e também o medo. Medo, porque não sabem se terão o que comer e como alimentar os filhos no dia seguinte. Medo, pois muitos vivem em locais com altos índices de criminalidade, principalmente por tráficos de drogas. Medo, porque vivem em locais onde os fenômenos da natureza podem causar tragédias. No Brasil as chuvas torrenciais, têm provocado enchentes, deslizamentos, e desmoronamentos e muitas mortes.

Conceituar pobreza se torna difícil por tudo isso que temos analisado. Sabemos que só poderemos combater a pobreza se tivermos clareza do que é ser pobre. Precisamos ter um ponto de partida para estudá-la no Brasil e é através da conceituação feita por instituições brasileiras, que partimos para enfrentar essa triste realidade.

No Brasil, normalmente, a pobreza monetária, que se traduz como a falta de rendimento é o que prevalece e pode classificar um indivíduo como pobre ou “não pobre,” servindo como base para relacioná-lo na lista de escolhidos, para fazer parte de programas sociais voltados para a intervenção na pobreza. O mais lógico seria analisar outros ganhos, além do monetário, como o acesso a políticas públicas de educação; saúde; saneamento básico e transportes públicos²⁵. É interessante analisar também os ganhos paralelos. Essa análise que é feita, muitas vezes, deixa de lado os ganhos informais que ocorrem de forma muito intensa no Brasil. Quando um trabalhador perde o seu trabalho formal, muitas vezes são os “bicos” que sustentam sua família, sem precisar lançar mão diretamente dos recursos oferecidos pelo Estado.

Entre 2016 e 2017, época em que a pobreza volta a crescer no Brasil, a Síntese de Indicadores Sociais (SIS) analisou o tema pobreza utilizando diferentes medidas. Segundo a linha de pobreza proposta pelo Banco Mundial, para o Brasil, país de nível médio-alto de desenvolvimento, como os outros da América Latina, utiliza rendimento de até US\$ 5,5 por dia, ou R\$ 406 por mês. Dessa forma, a proporção de pessoas pobres no Brasil era de 25,7% da população em 2016 e subiu para 26,5%, em 2017. Em números absolutos, o total variou de 52,8 milhões para 54,8 milhões de pessoas, no período²⁶.

²⁵ CARVALHO, Liana A. A. *Os Impactos do Programa Bolsa Família Sobre a Pobreza Absoluta e Relativa no Brasil*. 2014. 167 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)-Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

²⁶ **SÍNTESE de Indicadores Sociais: indicadores apontam aumento da pobreza entre 2016 e 2017**. Agência de Notícias do IBGE. 05 dez. 2018. Disponível em: <agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-

Estaria na extrema pobreza o contingente de pessoa com renda inferior a US\$ 1,90 de renda domiciliar per capita por dia (corrigida pela paridade de poder de compra) Isso equivalia a R\$ 133,72 por mês em 2016, segundo os cálculos do IBGE²⁷.

A LCA consultoria atualizou essa linha pelo IPCA para R\$ 136,00 em 2017, R\$ 151,00 em 2019 e em 2020, em torno de 300 reais. De acordo com o Banco Mundial, representavam 6,6% da população do país em 2016 contra 7,4% em 2017. Quando a recessão causada pela Covid-19 atingiu a economia, a partir de março de 2020, 51,742 milhões de brasileiros, ou 24,7% da população, já estava abaixo da linha de pobreza definida pelo Banco Mundial para países de renda média-alta (R\$ 436 por pessoa do domicílio)²⁸.

Para o cálculo da pobreza fontes de renda de trabalho, previdência ou pensão, programas sociais, aluguéis e outras fontes são consideradas. Como podemos perceber, este conceito leva em consideração apenas o aspecto econômico na sua elaboração. Seria este conceito o que realmente traduz o que é pobreza? Podemos considerar que esse limiar de US\$ 5,5 e o limite de US\$ 1,9 de renda domiciliar per capita por dia seriam valores justos para todo o Brasil, independente do tipo de atividade da família em questão ou da região onde vive essa família²⁹?

Conceituar pobreza se torna difícil. O conceito que a PNADC usa é traduzido como ganho econômico, isto é, a pobreza “material”. Mesmo usando como base o conceito do IBGE, que depende de uma convenção social, não deixamos de dar destaque a outros componentes que poderiam ser relacionados na medida da pobreza. Entendemos que a pobreza se traduz como algo que leva em conta muito mais do que a carência material. O limite entre o “pobre” e o “não pobre” é difícil de determinar, e não temos então como fazer uma mensuração definitiva. Portanto a utilização da renda monetária é o que tem

de-imprensa/2013-agencia-de-noticias-/release/23298-sintese-de-indicadores-sociais-indicadores-apontam...> Acesso em 12/04/2018

²⁷ VILLAS BÔAS, Bruno. Pobreza Extrema aumenta 11% e atinge 14,8 milhões de pessoas. **Valor Econômico** v.18 n. 4481. 12 de abr. de 2018. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/sdsf/sitstream/handle/id/559605/noticia.html?sequence=I&isAllowed=y>> Acesso em: 18 abr. de 2019.

²⁸ **ANTES da pandemia, Brasil tinha 51,7 milhões abaixo da linha da pobreza, diz IBGE**. Isto É. Dinheiro. 02 nov.2020. Disponível em <<https://www.istoedinheiro.com.br/antes-da-pandemia-brasil-tinha-517-milhoes-abaixo-da-linha-da-pobreza-diz-ibge/>>. Acesso em 02 de mai. 2021.

²⁹ No Brasil, o rendimento de US\$ 5,5 comporia uma renda mensal de R\$ 434,00. O valor de US\$ 1,9 diário *per capita* em Paridade de Poder de Compra (PPC) corresponde a R\$ 150,00, que é o limite estabelecido pelo Banco Mundial, para a definição da pobreza global e indicada para a linha de extrema pobreza ou miséria. **Folha de São Paulo**. 04 abr. 2020. Disponível em: <<http://observatoriodesigualdades.fjp.mg.gov.br/?p=961>>. Acesso em 20/04/2021.

prevalecido para delimitar a pobreza, como já citamos. Visualizamos reportagens de diversas partes do país, identificamos os mais variados tipos de pobreza, que são mostrados em várias reportagens, sempre com nome chamativo de Pobreza, ou algo relacionado. De uma forma geral, a pobreza que nós visualizamos traduz uma forma de carência ou de todas as carências materiais que deixavam famílias na miséria e no sofrimento. A pobreza reportada é a pobreza escolhida que salta aos nossos olhos também. Mas será essa pobreza que foi mostrada é precisa, do ponto de vista conceitual?

Ser pobre não se resume apenas à ausência de bens materiais e muitas vezes, atender algumas necessidades do cidadão, pode facilitar o seu desenvolvimento e isso pode abrir portas para que o mesmo saia de uma situação muito negativa para outra situação bem melhor. É comum culpar o cidadão por ele ser pobre, deixando de fornecer a ele mecanismos de empoderamento para que o mesmo supere esta condição.

Liana Carvalho destaca a defesa que o indiano prêmio Nobel de Economia de 1998, Amartya Kumar Sen fez. Ele defendeu que o desenvolvimento de um país está associado às oportunidades de escolha que ele oferece à população, o que leva ao pleno exercício da cidadania, incluídos a segurança, os direitos sociais, educação, saúde, cultura, lazer, habitação e liberdade³⁰. A incapacidade de desenvolvimento do indivíduo seja na alfabetização, na exposição à doenças, na incapacidade de financiamento para a habitação e até mesmo na de abertura de negócios, por falta de políticas públicas pode gerar pobreza.

Em 15 de dezembro de 2017, no Rio de Janeiro, a pesquisa Síntese de Indicadores Sociais – SIS - divulgada pelo IBGE, levou em conta outras formas de mensuração da pobreza, além do parâmetro definido pelo Banco Mundial, que utiliza os dados de renda de pessoas que ganham até US\$ 5,5 por dia, de US\$ 1,90 para extrema pobreza. O pesquisador do IBGE, Leonardo Athias explicou que no país não existe uma medida oficial, uma vez que diversos aspectos motivam a criação das linhas de pobreza. De acordo com Athias existem critérios adotados para objetivos diferentes em programas de transferência de renda³¹, e mostra como exemplo, o programa “Brasil Sem Miséria” que adotou em 2011 a linha de até R\$85 mensais per capita (pobreza extrema) e R\$ 170 mensais per capita (pobreza), para um Plano que deveria finalizar em 2014. Para atacar

³⁰CARVALHO, Liana A. A. **Os Impactos do Programa Bolsa Família Sobre a Pobreza Absoluta e Relativa no Brasil**. 2014. 167 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)-Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal da PARAÍBA, João Pessoa, 2014.

³¹ OLIVEIRA, Nielmar. Pesquisador explica estudo do IBGE sobre pobreza. **Agência Brasil**. Economia. 15 dez. 2017. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-12/pesquisador-explica-estudo-do-ibge-sobre-pobreza>>. Acesso em: 03 fev. 2018.

esse grande problema, desde 1970, a política de alívio da pobreza defendida pelo Banco Mundial faz a distinção entre pobreza absoluta e pobreza relativa, mesmo sabendo que é muito difícil a delimitação entre elas e que não existe um parâmetro único para identificar o que é ser pobre.

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004, as linhas de pobreza estabelecidas são baseadas nas frações do salário mínimo, utilizando o critério da renda. Considera-se como pobreza quando o ganho é de $\frac{1}{2}$ do salário mínimo per capita, e de extrema pobreza quando esse ganho é de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo³². Nessa definição há, evidentemente, um pressuposto questionável. Seria o salário mínimo brasileiro suficiente para garantir as necessidades básicas dos sujeitos?

O conceito de pobreza remete à privação de diferentes itens. Mas quais são suas causas? A pobreza é um fenômeno multidimensional, portanto difícil de ser traduzido em números. Na concepção de Marx, por exemplo, a pobreza ou pauperismo está associado ao conflito entre o capital e o trabalho³³. Alguns conceitos de pobreza são analisados com mais detalhes, para melhorar o entendimento do que queremos estudar.

2.1.1 Pobreza Relativa

Quando consideramos que uma pessoa seja pobre, comparando-a com outras pessoas que têm um poder aquisitivo mais alto ou têm condições de vida que consideramos melhor em termos de conforto, alimentação, vestuário e outros, estamos falando em pobreza relativa. Nesse caso o conceito de pobreza está na constelação regida pelo conceito de desigualdade. Podemos tomar como parâmetro um padrão de vida e colocar uma pessoa acima desse padrão e considerá-la como “não pobre”, se colocarmos essa pessoa abaixo desse padrão, ela será “pobre”, porque estamos fazendo uma comparação entre dois grupos. É o que chamamos de pobreza relativa. Considerar que uma pessoa é pobre usando o conceito relativo nos parece impreciso, pois dependendo da comparação uma mesma pessoa poderá ser pobre ou “não pobre”, dependendo da referência que é usada para a comparação.

³² CARVALHO, L. A. A. **Os Impactos do Programa Bolsa Família Sobre a Pobreza Absoluta e Relativa no Brasil: Pobreza**. 2014. 165 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Centro de Ciências Humanas Letras e Artes Departamento de Serviço Social, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

³³ CASTELO BRANCO, Rodrigo. A teoria marxiana do pauperismo e o debate com o reformismo social-democrata. **Coletivo CVM**. 26 jul. 2014. Disponível em: <centrovictormeyer.org.br/teoria-marxista-do-pauperismo-e-o-debate-com-o-reformismo>. Acesso em: 20 dez. 2019.

No século XIX, TOCQUEVILLE (1835), buscava historicamente respostas à origem e prevalência da pobreza, quando cruzou vários países da Europa e se surpreendeu como que viu e assim se expressou:

[...] Assim, os pobres ingleses parecem mais ricos do que os pobres franceses, e os franceses parecem ricos aos olhos dos pobres espanhóis. O francês jamais possui aquilo que faz falta ao inglês. E assim por diante, à medida que descemos pela escala social. Entre os povos muito civilizados, a falta de uma infinidade de coisas causa a pobreza; em um estágio selvagem, a pobreza constitui apenas em não se encontrar algo para comer³⁴.

Tocqueville observa que riqueza assim como pobreza são conceitos relativos decorrentes. Ele destacou o caráter relativo da pobreza, como observou Fabiana Machado Barbosa, para Tocqueville, a pobreza é relativa, sujeita a comparações.

“O homem civilizado expandiu a variedade de necessidades, o que o deixou mais vulnerável aos perigos do destino (...). Essa relativização do conceito traz à tona a necessidade de diferenciarmos miséria de pobreza: a primeira seria um grau de pobreza no qual se observa carência completa, enquanto a segunda seria uma desproporção entre os recursos e as necessidades”³⁵.

Ainda, de acordo com Tocqueville, quando o homem deixa o campo para vender sua força de trabalho nas indústrias, torna-se duplamente vulnerável, porque fica entregue a si próprio e as suas capacidades e porque deixa de produzir meios básicos para a sua subsistência. Nessas situações ele não tem como enfrentar uma época de crise, quando há redução de procura pela força de trabalho, e isso é a causa original e estrutural do aparecimento da indigência³⁶.

Ainda de acordo com ABREU para Tocqueville, outra explicação para a pobreza seria cultural, ou seja, a naturalização das necessidades supérfluas como se de necessidades básicas se tratassem: o consumo ou o exemplo a propaganda estimulam o hábito ou a necessidade de consumir, definindo o que seria “miséria relativa”. A miséria relativa como aquela, que decorre da impossibilidade dos indivíduos satisfazerem as novas necessidades que, não sendo essenciais no sentido absoluto, são progressivamente incorporadas nos usos

³⁴ TOCQUEVILLE, Alexis [1835]. *Ensaio sobre a pobreza*. Tradução de Juliana Lemos. Rio de Janeiro: Universidade, 2003. p. 88.

³⁵ BARBOSA, Fabiane Machado. Igualdade: possibilidades e (im)possibilidades no pensamento de Tocqueville. *Revista UNIOEST*. Cascável. v. 11, n. 20, p. 55-70, 2011. Disponível em: <webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Az3RmAhgybMJ:e-
revista.unioeste.br/index.php/csaemrevista/article/download/7601/...>. Acesso em: 15 dez. 2019.

³⁶ ABREU, Cesaltina. Desigualdade social e pobreza: ontem, hoje e (que) amanhã. *Revista Angolana de Sociologia*. Luanda. 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.4000/ras.440>>. Acesso em 18 mai. 2020.

e costumes, tornando-se culturalmente necessárias³⁷. Sendo o sistema capitalista um criador incessante de necessidades de consumo, nesse sentido, ele também é um incessante criador de pobreza.

Segundo CRESPO e GUROVITZ a percepção da pobreza como conceito relativo tem relação direta com a desigualdade na distribuição da renda e está diretamente ligada ao padrão de vida vigente na sociedade que a define. O pobre, nesse caso, se situa na camada inferior de determinado grupo, e tem menos atributos de distinção social, que pode ser renda, poder, emprego, ou outros. Os autores defendem que o conceito de privação relativa – pobreza – relaciona-se diretamente com sua visão de desenvolvimento, sendo que o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades das pessoas, que eles chamam de “liberdades substantivas”. As liberdades substantivas incluem capacidades elementares como: ter condições de evitar a fome, a subnutrição, a morbidez e a morte prematura³⁸.

2.1.2 Pobreza Absoluta

Nem sempre é necessário se fazer a comparação entre uma pessoa e outra para se perceber que ela está carente de alimentos, vestimentas, água potável e outros itens básicos para a sobrevivência. Ou seja, percebe-se que essa pessoa que não possui os itens citados acima é pobre. Nesse caso, a pessoa não tem o mínimo ou o suficiente para as suas necessidades de sobrevivência. Denominamos essa pobreza de absoluta.

Dependendo da sociedade onde se determina quantas pessoas são consideradas pobres ou “não pobres” esse resultado pode variar muito, daí a necessidade de cada sociedade determinar um padrão de vida mínimo que deve ser considerado para essa sociedade. Esse padrão de vida mínimo foi denominado de “linha de pobreza”. Quando uma pessoa é considerada pobre, nesse conceito absoluto, não depende de comparações com outras pessoas, ela realmente é pobre, porque se coloca abaixo da linha de pobreza determinada, mesmo que essa linha seja relativa, porque depende das condições de acesso aos elementos básicos para a sobrevivência, que variam no tempo e no espaço em cada sociedade. Ela está carente de itens que devem fazer parte do conjunto que determina o

³⁷ Idem

³⁸ CRESPO, A.P. A. e GUROVITZ, E. **A pobreza como fenômeno multidimensional**. RAEletrônica. São Paulo. v.1, n. 2, jul./dez. 2002. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/raeel/v1n2/v1n2a03>>. Acesso em 23 abr. 2020.

padrão que será usado. O padrão de vida mínimo varia de sociedade para sociedade e está mesmo na dependência dos valores dessa sociedade e pode depender até de convenções sociais. Ou seja, no limite ela é também relativa.

Padrão de vida mínimo (ou limite de pobreza), sobrevivência e alimentos são palavras que se relacionam quando se quer determinar a pobreza. Quanto de alimento uma pessoa precisa para viver, ou seja, a nutrição mínima que a pessoa precisa para continuar viva, determina quanto ela vai precisar para comprar o mínimo de alimentos para sobreviver ou para sair da parte inferior do limite de pobreza. Quanto e quais os alimentos uma pessoa deve escolher, não vai depender só de hábitos alimentares, depende da idade, sexo, tipo de trabalho que a pessoa executa, do clima e até do custo desse alimento. Uma pessoa desnutrida necessita de quantidade e qualidade de alimentos diferente daquela que está apenas mantendo as suas necessidades básicas. A necessidade alimentar depende do grau de desnutrição. Dosar a quantidade de alimento que a pessoa vai precisar para suprir carências, não é fácil. Nem mesmo é fácil saber o grau de desnutrição dessa pessoa. Hoje, um teste muito usado para se determinar o grau de nutrição ou desnutrição é a medida antropométrica.

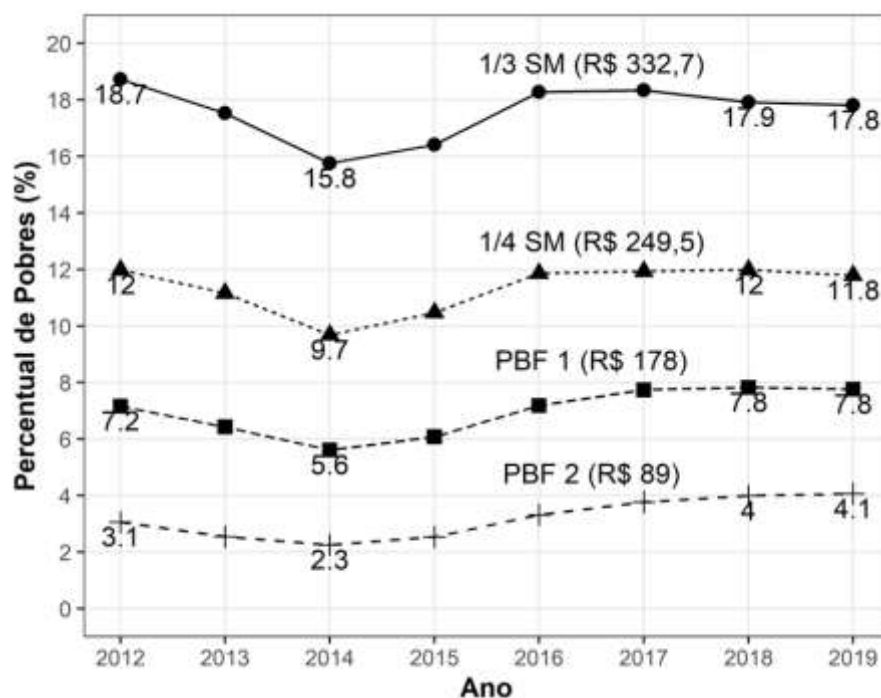
Para nós o conceito de pobreza não pode ser considerado relativo, pelo menos, com o que temos observado no Brasil. O que visualizamos e identificamos são realmente e absolutamente pobres. São famílias que não tem alimentação mínima para suprir suas necessidades básicas, não têm o que cozinhar para matar a fome, não tem água para beber ou cozinhar os alimentos, não têm médicos ou remédios para curar suas doenças, não têm roupas decentes e sapatos para proteger seus corpos, não têm casas para se abrigarem. São pobres, absolutamente e vivem em pobreza extrema.

Com relação à mensuração da pobreza, inclusive as estatísticas oficiais do Brasil, ela está relacionada à renda per capita familiar. É utilizado como parâmetro para identificar os pobres, as linhas de pobreza e indigência ou extrema pobreza. O IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - relaciona a pobreza absoluta com, rendimento médio domiciliar per capita de até meio salário mínimo mensal e a pobreza extrema como sendo o rendimento médio domiciliar per capita de um quarto do salário mínimo mensal³⁹.

³⁹ SANTOS, G. C.; ARCOVERDE, A. C. B. **Pobreza – conceito, mensuração e enfrentamento no Brasil**. 2011. Trabalho apresentado a V Jornada Internacional de Políticas Públicas de 23 a 26 agos. 2011, São Luís, 2011. Disponível em: <<http://www.joinppufma.br/cdVJornada.pdf>>. Acesso em 02 mar. 2020.

GRÁFICO 3

Taxa de Pobreza, para quatro Linhas de Pobreza – Brasil, 2012-2019



Fonte: elaboração dos autores a partir dos microdados da PNADC 2012/2019⁴⁰. Sendo PBF 1 = Programa Bolsa Família 1; PBF 2 = Programa Bolsa Família 2

Atender as necessidades básicas de uma pessoa é uma forma de combate à pobreza. Essa forma de ação já foi empregada no país por vários governos, segundo os quais, a taxa acelerada de crescimento econômico poderia beneficiar a população e melhorar os níveis de vida dos pobres. Acreditamos que isso só poderia ocorrer caso houvesse uma distribuição de renda. Como destaca Romão:

O conceito fundamental da filosofia das necessidades básicas é atender às necessidades específicas dos mais pobres: alimentação, moradia e vestuário adequados, além de alguns serviços essenciais como água potável, saneamento, transporte público, serviços médicos e escola⁴¹.

⁴⁰ BARBOSA J. B.; FERREIRA de SOUZA, P. H. G.; SOARES, S. S. D. Desigualdade de Renda no Brasil de 2012 a 2019. **DADOS** – Revista de Ciências Sociais. 16 agos. 2020. Disponível em: <dadosiesp.uerj.br>desigualdade-de-renda-no-brasil-de-2012-a-2019> Acesso em: 18 set. 2020.

⁴¹ ROMÃO, Maurício E. C. “**Considerações sobre o conceito de pobreza**”, **Revista Brasileira de Economia**. 36(4), P.355-70. out/dez. 1981. artigo baseado na tese de doutorado do autor _ c. 3 _apresentada em 1981 na Universidade de Illinois, EUA. Resumo. Acesso em: 15 dez. 2019.

Nesse caso, significa que recursos devem ser direcionados para esses grupos mais carentes, de forma que essas necessidades básicas possam ser atendidas. Mas o que faz parte das “necessidades básicas”? Não é fácil determinar. Poderiam “essas necessidades” depender de políticas públicas. E estariam sujeitas a variações dependendo do grupo político que estivesse no poder. Acreditamos que entre essas necessidades básicas poderiam ter elementos não essenciais e deixar de fora alguns considerados essenciais. E se os elementos essenciais forem determinados pela estrutura de produção e distribuição? Como destaca Romão, “Se a estrutura econômica é a causa da pobreza e da desigualdade, não tem porque determinar essas necessidades básicas”⁴².

Com todas essas dificuldades para se determinar o que sejam nutrição, carências e limite de pobreza não podemos deixar de citá-las, pois todas essas palavras nos ajudam a compreender o significado de pobreza, a complexidade de sua definição e de seu enfrentamento.

A população pobre em destaque nos gráficos da PNAD Contínua está bem distante de ter suas necessidades básicas satisfeitas. Mesmo sabendo que existe crítica em torno de “necessidades básicas”⁴³, e que a sua determinação dependem de quem as cria, vamos analisar a pobreza considerando como necessidades básicas os itens que são pesquisados pela PND Contínua, destacando a renda familiar.

Segundo CRESPO e GUROVITZ⁴⁴ no caso da pobreza absoluta ocorre a fixação de padrões para o nível mínimo ou suficiente de necessidade conhecido como a linha ou limite de pobreza, determinando o percentual da população que se encontra abaixo desse nível. Para o estabelecimento dos limites de pobreza utilizam-se diferentes enfoques, seja biológico, o das necessidades básicas ou o dos salários mínimos, como já relaciona anteriormente.

2.1.3 A Relação do Salário Mínimo com a Pobreza

Poderíamos considerar que o salário mínimo é a quantidade de dinheiro que uma pessoa deve ter para as suas necessidades, ou seja, para não ser considerada pobre? Uma

⁴² Idem

⁴³ Ibidem

⁴⁴ CRESPO, A.P. A.; GUROVITZ, E. **A pobreza como fenômeno multidimensional**. Disponível em: RAEletrônica. São Paulo. v.1, n. 2, jul./dez. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/raeel/v1n2/v1n2a03>>. Acesso em 23 abr. 2020.

pessoa que recebe um salário mínimo ou mais, está fora da linha da pobreza? E uma que não recebe ou recebe menos que um salário mínimo seria, portanto, pobre?

O reconhecimento da importância de um salário digno como um mecanismo que poderia reduzir as desigualdades sociais já existia no século XIX. A encíclica *Rerum Novarum* publicada pelo Papa Leão XIII⁴⁵, em 15 de maio de 1891, já criticava a falta de princípios éticos e valores morais na sociedade progressivamente laicizada de seu tempo, uma das grandes causas dos problemas sociais. A encíclica destaca alguns princípios que deveriam ser usados na procura de justiça na vida social, econômica e industrial, como uma melhor distribuição de riqueza a favor dos mais pobres e desprotegidos e a intervenção do Estado na economia, para proteger os trabalhadores do patronato ganancioso. A encíclica critica a situação de miséria e pobreza a que os trabalhadores eram submetidos, em razão de um liberalismo irresponsável, de um capitalismo selvagem e de um patronato desumano. Sugeria ainda ao Estado, medidas prontas e eficazes que pudessem vir em auxílio das pessoas das classes mais inferiores, vítimas da concorrência desenfreada e de leis que haviam perdido o sentido e os princípios cristãos. O documento papal criticava a situação de miséria dos trabalhadores e a concentração de riqueza nas mãos de poucos, impondo assim um jugo quase servil à imensa maioria dos operários. O apoio do Papa Leão XIII a sindicatos e a um salário decente era visto como algo revolucionário.

2.1.3.1 A ONU e os direitos trabalhistas

Apesar da crítica por parte da Igreja Católica sobre a exploração dos trabalhadores e a sugestão de um salário digno, foi somente em 1948, no clima do pós-guerra que arrefeceram as teorias liberais e surgiu um primeiro grande marco institucional debatendo a responsabilidade social e aprovando, pela Assembleia Geral da ONU, a Declaração dos Direitos Humanos. No seu texto aparece pela primeira vez a concepção de que os direitos trabalhistas devem ser considerados sob a ótica dos direitos humanos.⁴⁶ No Art. 23 da Declaração dos Direitos Humanos (...)

⁴⁵ Encíclica *Rerum Novarum* do Papa Leão XIII. Publicada por Bianca Almeida. Disponível em: <bialmeida94.jusbrasil.com.br/artigos/517384272/rerum-novarum> Acesso em 24 abr. 2020.

⁴⁶ PAIM, Paulo. **Salário Mínimo uma história de luta**. Senado Federal. Editoração e Publicação – SEEP. Brasília. Disponível em:

“Todo homem que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória que lhe assegure, assim como à família, uma existência compatível com a dignidade humana, e a que se acrescentarão, se necessários, outros meios de proteção social (...) Art. 25. Todo homem tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora do seu controle (...)”⁴⁷.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), através de convenções, fixou primeiramente valores para o salário mínimo nas indústrias, posteriormente em 1970, a OIT foi mais abrangente e passou a dispor sobre a fixação do Salário Mínimo nos países em desenvolvimento, entre eles o Brasil, ficando assim ratificado:

“1) o estabelecimento de um sistema de salário mínimo que proteja todos os grupos de assalariados cujas condições de trabalho foram tais que seria aconselhável assegurar-lhe a proteção; 2) que os salários assim fixados terão força de lei e não poderão ser diminuídos: sua não aplicação acarretará aplicação de sanções; 3) que o valor do salário mínimo será baseado nas necessidades dos trabalhadores e de suas famílias, tendo em vista o nível geral do salário no país, o custo de vida, as prestações da Previdência Social, e fatores de ordem econômica, inclusive as exigências de desenvolvimento econômico, a produtividade e o interesse que existir em atingir e manter um nível de emprego”⁴⁸.

2.1.3.2. A lei do salário mínimo e governo de Getúlio Vargas

No Brasil, os trabalhadores reivindicavam um salário mínimo muito antes da década de 1930, mas o mesmo só passou a constar da pauta política dos governos com a promulgação da Constituição de 1934, pelo presidente Getúlio Vargas, de um conjunto de medidas de proteção aos trabalhadores, entre elas, o Salário Mínimo. Levaram dois anos para instituir as Comissões e somente em 30 de abril de 1938 foi regulamentada a Lei que “estabelecia o Salário Mínimo, como a remuneração mínima devida a todo trabalhador, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço e capaz de, em determinada época, na região do país, atender às suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte”. O salário mínimo foi decretado pela Lei 186 de Janeiro de 1936 e

<<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/180154/SalMinimo.pdf?sequence=1>>. Acesso 28 abr. 2020.

⁴⁷ Idem.

⁴⁸ Ibidem

oficializado em Abril de 1938. Somente em primeiro de Abril de 1940 foi fixado o seu valor e o mesmo passou a vigorar⁴⁹.

“O decreto estabelece também a estrutura de gastos de um trabalhador. Dos cinco itens que compõem essa estrutura (habitação, alimentação, vestuário, transporte e higiene), estipulou-se uma ponderação, onde a soma total é de 100%. O decreto Lei 399 determina que a parcela do salário correspondente aos gastos com alimentação não pode ter valor inferior ao custo da Cesta Básica Nacional (art. Sexto 6 parágrafo primeiro)”⁵⁰.

O primeiro Salário Mínimo no Brasil foi calculado com base nas necessidades básicas do trabalhador e em um levantamento dos salários vigentes no país. Em 1954, a reivindicação acordada pelos sindicatos de trabalhadores de diversos estados e apresentadas ao presidente Getúlio Vargas, era a de dobrar o Salário Mínimo. Depois do encontro dos sindicalistas com o governo foi criada a Comissão Intersindical do Movimento Pró-Salário Mínimo, que promoveu uma série de manifestações que levaram à duplicação do Salário Mínimo, que na época foi de Cr\$ 2.400,00⁵¹.

É sabido que o aumento do salário mínimo ocorre para recompor o seu poder de compras. As leis do salário mínimo estão inseridas num contexto de política redistributiva, visando reduzir a pobreza. Se o valor desse salário foi calculado com base no valor mínimo que uma pessoa gasta para garantir a sua sobrevivência, então, não deveria ser calculado levando-se em conta o que uma pessoa gasta com alimentação, moradia, transporte, educação, saúde e lazer? Provavelmente esse salário mínimo não está sendo calculado visando o empregado. E se uma pessoa que tem três crianças ou mais em idade escolar? Temos que considerar também que muitas pessoas trabalham informalmente e não recebem nem o mínimo de salário e outras tantas estão fora do mercado formal ou informal.

De acordo com o senador Paulo Paim,⁵² ao se criar o Salário Mínimo na década de 30, não se observou uma elevação dos ganhos dos trabalhadores, pois as comissões que ficaram encarregadas de definir os valores dos salários, tomaram por base os menores

⁴⁹ **O QUE é salário mínimo?** Disponível em: <<https://www.meusdicionarios.com.br/salariominimo>>. Acesso em: 12 jan. 2020.

⁵⁰ **METODOLOGIA da Cesta Básica de alimentos.** Dieese. São Paulo. Disponível em: <dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica> Acesso em: 12 jan. 2020.

⁵¹ RUY, Carolina Maria. A trajetória do salário mínimo de Vargas à Lula. **Força Sindical – Memória Sindical.** São Paulo. 10 nov. 2010. Disponível em: <fsindical.org.br/memoria-dindical/a-trajetoria-do-salario-minimo-de-vargas-a-lula/>. Acesso em 18 abr. 2020.

⁵² PAIM, Paulo. **Salário Mínimo uma história de luta.** Senado Federal. Secretaria Especial de Editoração e Publicações. Brasília. 2005. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/180154/SalMinimo.pdf?sequence=1>> Acesso em: 18 abr. 2020.

valores já pagos regionalmente, e por isso foi feito apenas a institucionalização dos níveis salariais já existentes. Como ocorria nessa época a industrialização no país, a criação do salário mínimo poderia favorecer essa industrialização, por homogeneização do custo da mão-de-obra, e por um valor baixo.

Desde a criação do Salário Mínimo, o mesmo tem passado por grandes variações estando ora em alta ora em baixa, dependendo dos mais variados fatores. Três períodos se destacaram. 1 - O primeiro que vai de 1940 a 1951 que corresponde à fase de sua implementação e consolidação em que ele se mostrava insuficiente para atender às necessidades básicas. O seu valor real médio (descontada a inflação) foi equivalente a 63% do determinado pelo Decreto-lei que o criou, para vigorar a partir de julho de 1940. 2 - O segundo, entre 1952 e 1964, em que os reajustes concedidos recuperaram o seu valor real, com seu poder aquisitivo médio a 102% do valor inicial. Em 1959 no governo de Juscelino Kubitschek o Salário Mínimo teve o seu mais alto valor de compra. 3 - No terceiro período, após 1964, o Salário Mínimo sofreu uma compressão com uma grande queda. Entre 1965 e 1989, a média foi equivalente, em termos reais, a 55% do valor fixado em julho de 1940⁵³. Essa compressão do salário mínimo só seria revertida após o Plano Real.

2.1.3.3. O DIEESE e a defesa do trabalhador

Em 22 de dezembro de 1955, com sede em São Paulo foi fundado o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos) com objetivos de prestar assessoria, pesquisa e educação: com eixo em emprego, renda, negociação coletiva, desenvolvimento, políticas públicas, pesquisa acerca da inflação, custo de vida e nível de emprego, a partir da ótica da classe trabalhadora, com esclarece Sérgio E. A. Mendonça:

Na primeira metade da década de 50, houve em São Paulo um recrudescimento da atividade grevista e a conjuntura econômica mesclava crescimento e inflação. Nas negociações coletivas de trabalho, os sindicatos desconfiavam dos números apresentados pelo governo no que se referia aos preços. Apenas como detalhe: o responsável pelo cálculo do índice de custo de vida patrocinado pela Prefeitura de São Paulo era também assessor econômico da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). A esta desconfiança, acrescia-se o discurso patronal desqualificando as reivindicações dos trabalhadores pelo desconhecimento

⁵³ **SALÁRIO mínimo: pela manutenção da valorização!** DIEESE – nota técnica, São Paulo, n. 218, p. 12, jan.2020. Disponível em:<dieese.org.br/notatecnica/2019/notaTec218SalarioMinimo.html> Acesso em: 01 mai. 2020.

técnico destes em relação ao custo de vida. O seu surgimento se deu pela necessidade de os trabalhadores contraporem suas ideias às ideias dos patrões⁵⁴.

O Dieese contou com a participação de sindicalista e de cientistas. Seu espaço aberto agregou apoiadores no meio sindical e colaboradores na área. Os primeiros anos foram de construção e implantação do Índice de Custo de Vida (ICV). Em 1964, o ano do golpe militar, parou por alguns meses. Ao voltar, precisou adentrar ao mundo das fórmulas matemáticas, que eram usadas nas negociações salariais entre empregados e patrões, pois não bastava mais provar que havia inflação, era preciso mostrar que o seu repasse aos salários, era apenas parcial e não poderia os empregados ser responsabilizados pela principal causa do processo inflacionário. Entre os seus principais trabalhos elaborados, destacam-se a segunda Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), concluída em 1974; o estudo de 10 anos de política salarial, concluída em 1975; e a denúncia da manipulação dos índices de 1973. A credibilidade do Dieese crescia cada vez mais. Todos os pacotes econômicos lançados pelos governos eram estudados e analisados pelo Dieese, que explicava à classe trabalhadora e ao público em geral, o efeito que cada um provocava no salário. Ainda hoje, o Dieese é um “grande instituto” em questão de trabalho e um depositário de todo movimento sindical, em termos de artigos sobre greves, estudos sobre padrão de vida, levantamentos salariais, lucros de empresas, análise de grupos econômicos, enfim um instituto do Trabalho, onde todo cientista social interessado, pode encontrar informações num arquivo especializado⁵⁵.

O Dieese não conta somente com os sindicalistas, mas também com cientistas e colaboradores na área acadêmica e técnica. A relação entre técnicos e sindicalistas dá uma dinâmica à instituição, permitindo a interação entre conhecimento e ação, através de estudos e pesquisas da instituição, para tornar claro e inteligível os assuntos relacionados aos empregados e os patrões tais como: inflação; política salarial; mecanismo de arrocho salarial; renda; emprego; desemprego; processo de trabalho; automação; formação profissional; terceirização; sistema de relação; nível de emprego; pesquisa de emprego e desemprego; custo de vida e cesta básica.

A partir de Janeiro de 2009, o Dieese atualizou a metodologia da Cesta Básica de alimentos. A mudança contemplou os seguintes itens:

⁵⁴ MENDONÇA, Sérgio E. A. **A experiência do Dieese em pesquisa e conhecimento**. São Paulo em Perspectiva. v. 16, n. 3, São Paulo 2002. Disponível em:

scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392002000300008&script=sci_arttext. Acesso em 12 jun.2020.

⁵⁵ Idem.

1 - Estrutura das Cestas Básicas por região; 2 - locais de coletas; 3 -ponderaçã dos produtos por tipo de equipamento de comércio; 4 - cadastro e amostras dos locais; 5 - tipos, marcas e unidades de medidas por produto; 6- modelos de questionários; 7- calendário de levantamento; digitação⁵⁶.

Hoje, a pesquisa da Cesta Básica de Alimentos (Ração Essência Mínima) feita pelo Dieese, ocorre em dezoito capitais do país, em todos os meses do ano, acompanhando a evolução dos preços dos treze produtos da alimentação determinados pelo Decreto 399, assim destacados: carne; leite; feijão; arroz; farinha; batata; legume (tomate); pão francês; café em pó; fruta (banana); açúcar; banha/óleo; manteiga. A pesquisa acompanha também o gasto mensal que um trabalhador teria para comprá-los. Outro dado importante são as horas de trabalho, necessárias ao indivíduo que ganha o Salário Mínimo, para adquirir estes bens. O Salário Mínimo necessário, também divulgado mensalmente, é calculado com base no custo mensal com alimentação obtido na pesquisa da Cesta⁵⁷.

Os produtos da Cesta Básica e suas respectivas quantidades mensais são diferentes por regiões e foram definidos pelo Decreto 399 de 1938 e que continua em vigor até os dias de hoje. A tabela 1, que vem a seguir destaca os alimentos que compõem a Cesta Básica, com as quantidades de cada alimento de acordo com as quatro regiões. Transcrevemos também as regiões com os estados que compõem cada região, de acordo com o Decreto Lei de 1938⁵⁸.

⁵⁶ **METODOLOGIA da Cesta Básica de Alimentos**. Dieese. São Paulo Disponível em: <dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica> Acesso em: 12 mai. 2020.

⁵⁷ **CESTA Básica de Alimentos – Metodologia**. Dieese. São Paulo. Disponível em: <dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica>. Acesso em 13 mai. 2020.

⁵⁸ Idem.

Tabela 1

Tabela de provisões mínimas estipuladas pelo Decreto Lei nº 399

Alimentos	Região 1	Região 2	Região 3	Nacional
Carne	6,0 kg	4,5 kg	6,6 kg	6,0 kg
Leite	7,5 l	6,0 l	7,5 l	15,0 l
Feijão	4,5 kg	4,5 kg	4,5 kg	4,5 kg
Arroz	3,0 kg	3,6 kg	3,0 kg	3,0 kg
Farinha	1,5 kg	3,0 kg	1,5 kg	1,5 kg
Batata	6,0 kg	-	6,0 kg	6,0 kg
Legumes (Tomate)	9,0 kg	12,0 kg	9,0 kg	9,0 kg
Pão francês	6,0 kg	6,0 kg	6,0 kg	6,0 kg
Café em pó	600 gr	300 gr	600 gr	600 gr
Frutas (Banana)	90 unid	90 unid	90 unid	90 unid
Açúcar	3,0 kg	3,0 kg	3,0 kg	3,0 kg
Banha/Óleo	750 gr	750 gr	900 gr	1,5 kg
Manteiga	750 gr	750 gr	750 gr	900 gr

Região 1 - Estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Goiás e Distrito Federal.

Região 2 – Estados de Pernambuco, Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Amazonas, Pará, Piauí, Tocantins, Acre, Paraíba, Rondônia, Amapá, Roraima e Maranhão.

Região 3 - Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Nacional - Cesta normal média para a massa trabalhadora em atividades diversas e para todo o território nacional.

Fonte: Decreto Lei 399 de 1938. Quadros anexos. As quantidades diárias foram convertidas em quantidades mensais.

Quando começou a vigorar o Salário Mínimo, foi feita uma divisão em 14 sub-regiões de acordo com o custo de vida de cada uma, ficando, portanto com 14 Salários Mínimos, cada um com um valor distinto. Em maio de 1984, ocorreu a unificação do Salário Mínimo no país⁵⁹. A unificação foi uma forma de igualar esses valores. Brasília, Distrito Federal tinha o maior valor de Salário Mínimo, antes da unificação.

Em Janeiro de 1959, o Dieese começou a calcular o Índice de Custo de Vida (ICV) no município de São Paulo. Posteriormente foram criados Escritórios Regionais do Dieese em muitas capitais do país, hoje são dezoito capitais onde se pesquisa e divulgam o custo da Cesta Básica. Esta pesquisa permite acompanhar a variação de preços de cada produto,

⁵⁹ EVOLUÇÃO do salário mínimo no Brasil. **ADVF Brasil**. Indicadores Econômicos. São Paulo, 13 mai. 2021. Disponível em: <br.advfn.com/indicadores/salario-minimo>. Acesso em 12 abr. 2020.

o custo de cada um deles e quantas horas um indivíduo que ganha o Salário Mínimo precisa trabalhar para poder comprá-los durante um mês. É feita uma pesquisa de Locais de Compra, que indicará os locais de compra preferidos e os hábitos de compra dos trabalhadores, ou seja, quais os produtos que compõem a Cesta Básica são consumidos e em que tipo de estabelecimentos eles são comprados pelos trabalhadores. Isso é realizado em cada uma das capitais onde são realizadas as Pesquisas da Cesta Básica de Alimentos⁶⁰.

O salário mínimo deve atender às necessidades do trabalhador e de sua família, incluindo a moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência, isso de acordo com a Constituição de 1988. No Decreto 399 ficou estabelecido que o gasto com alimentação de um trabalhador adulto não pode ser inferior ao custo da Cesta Básica de Alimentos. O Salário Mínimo calculado pelo Dieese é

“uma estimativa do que deveria ser o salário vigente é, também um instrumento utilizado pelos sindicatos de trabalhadores para denunciar o descumprimento do preceito constitucional que estabelece as bases para a determinação da menor remuneração que vigora no país”⁶¹.

Segundo o Dieese, o atual Salário Mínimo pago aos trabalhadores brasileiro deveria estar sendo, a partir de Julho de 2020, R\$ 4.420,11, valor 4,23 vezes superior ao valor de R\$ 1.045,00 que foi definido em dezembro de 2020, para ser pago em 2021⁶².

O valor do Salário Mínimo além de cálculos trabalhistas é também usado para cálculos de benefícios como o seguro desemprego, INSS, PIS/PASEP, aluguel e alguns outros tipos de contratos. Na atualidade, a fórmula de reajuste do mesmo é calculada com base no resultado do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos antes e a variação da inflação do ano anterior, medida pelo INPC.

“Como exemplo, podemos calcular o reajuste do salário mínimo do ano de 2019, em que entrou nessa equação uma compensação pelo reajuste autorizado em 2018, que ficou abaixo da inflação medida pelo INPC. Com o reajuste de 2019, o valor do salário mínimo

⁶⁰ **METODOLOGIA da Cesta básica de alimentos.** Dieese. São Paulo. Disponível em: <dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica> Acesso 13 mai. 2020.

⁶¹ Idem.

⁶² SALÁRIO mínimo deveria ser de R\$ 4.420,11 no Brasil aponta Dieese. **Economia.Correio do Povo.** Dieese. São Paulo, 07 agos. 2020. Disponível em: <<https://www.correiodopovo.com.br/noticias/economia/salario-minimo-deveria-ser-de-r-4-420-11-no-brasil-aponta-dieese>> Acesso em: 20 mai. 2021.

ficou em R\$ 998,00 que chega aos números de R\$ 33,27, por dia trabalhado e de R\$ 4,54 por hora trabalhada”⁶³.

Sem fórmula de cálculo do Salário Mínimo em 2020, ele é indiretamente definido pela Constituição, que determina a preservação do poder de compra dos trabalhadores que o recebem. Em 2020, foi usado o INPC de 2019 para definir o valor de R\$ 1.045,00 para o mínimo. Para 2021, o Salário Mínimo ficou em R\$ 1.100,00. Na atualidade, o reajuste não prevê ganho real, considera apenas a inflação. O INPC de 2020, em 5,45%, foi puxado pela inflação dos alimentos. O Salário Mínimo em 2021 deveria ser de R\$ 1.102,00. O governo não determinou a incorporação dos dois reais no mínimo vigente, portanto o Salário Mínimo de 2021 ficou abaixo da inflação⁶⁴.

2.1.3.4. O governo de Juscelino Kubitschek e o salário mínimo

O período com maior poder de compra do Salário Mínimo ocorreu na segunda metade dos anos de 1950, no governo de Juscelino Kubitschek, em decorrência da política econômica associada à capacidade crescente de pressão dos sindicatos. Houve grande oferta de emprego o que facilitava acordos, o reajuste chegou a ser anual, a despeito da inflação, o que deu à classe trabalhadora urbana, uma situação razoavelmente confortável⁶⁵.

Durante o governo de João Goulart os trabalhadores puderam participar de discussões sobre o reajuste do salário, através de comandos e confederações de trabalhadores. Apesar de reajustes frequentes nessa época os salários sofreram queda real no poder de compra por causa da inflação alta. A inflação anual saiu de 25,4% em 1960 passando para 34,7% em 1961%, 50,1% em 1962 em Março de 1963 já estava em 69,9% e no final de 1963 já estava próxima de 80%⁶⁶.

⁶³ **DESCUBRA como é feito o cálculo do salário mínimo no Brasil.** Planejamento Financeiro. 29 out. 2019. Disponível em: <metlife.com.br/blog/planejamento-financeiro/descubra-como-e-feito-o-calculo-do-salario-minimo-no-brasil> Acesso em 20 maio.

⁶⁴ ANDREATTA, Filipe. Por R\$ 2,00 Salário Mínimo fica abaixo da inflação; governo não comenta. **ECONOMIA**. 19 de fev. 2021. Disponível em: <economia.uol.com.br/noticias/redação/2021/02/19/salario-minimo-reajuste-2021-inflacao-inpc—governo.htm>. Acesso em: 08 mar. 2021.

⁶⁵ RUY, Carolina M. **A trajetória do salário mínimo de Vargas à Lula.** Memória Sindical. 10 nov. 2010. Disponível em: <fsindical.org.br/memoria-dindical/a-trajetoria-do-salario-minimo-de-vargas-a-lula/>. Acesso em 18 abr. 2020.

⁶⁶ MESQUITA, Mário C.M. **Brasil 1961-1964: Inflação, estagnação e ruptura.** Arquivo Hermes Lima, CPDOC-FGV. Rio de Janeiro.PUC-Rio. Out. 2010. Disponível em:<<http://www.econ.puc-rio.br/trabalho/files/pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2020.

2.1.3.5. A ditadura militar e o salário mínimo

Com o golpe militar de 1964 o governo que se instalou no Brasil desencadeou um ambiente de repressão política e de sindicatos sufocados, o que favoreceu o arrocho salarial incluindo aí o Salário Mínimo. A ditadura militar durou 21 anos e o Salário Mínimo perdeu nesse período, em termos reais, mais de 50% de seu valor.

O Salário Mínimo é um vetor de enorme importância para a sociedade brasileira. Quando é reduzido promove degradação distributiva e desigualdade social. Durante a ditadura militar a concentração de renda aumentou de maneira extremamente significativa e a inflação que já estava alta disparou⁶⁷.

Durante o regime militar o Salário Mínimo sofreu várias oscilações. Além da repressão, na política econômica a fórmula de reajuste do Salário Mínimo embutia uma perda. As normas de reajuste foram alteradas e ele deixou de ser recomposto no seu valor real. Corrigia-se o salário real médio dos últimos 24 meses; somava-se a taxa de produtividade; e uma parte da expectativa de inflação. Só que as previsões de inflação sempre eram bem menores que a subida real dos preços. A fórmula ajudava a segurar a inflação. Os salários deveriam ficar no seu valor médio sendo que os aumentos reais poderiam ocorrer somente quando acontecesse ganho de produtividade. Os reajustes passaram a ser calculados de acordo com a inflação esperada. Com a inflação subestimada o Salário Mínimo perdia muito o seu valor. Dessa forma, não se considerava qualquer reposição salarial. Mais uma vez o Salário Mínimo perdia seu valor real e a desigualdade manchava o chamado “Milagre Econômico” do regime militar. O crescimento de dois dígitos no Milagre Econômico foi posto em questão no início dos anos de 1970 por Robert MacNamara, então presidente do Banco Mundial. Em 1972, um artigo de Albert Fishlow, professor emérito da Universidade de Columbia, constatava esse salto em direção da concentração de renda no Brasil. Era o período que a repressão militar alcançava o seu auge.

Na ditadura, o poder de barganha do trabalhador diminuía. Economistas dessa época deduziram matematicamente que (o aumento da concentração) tinha a ver com a

⁶⁷ SICSÚ, João. O salário mínimo na ditadura e hoje. **Revista Carta Capital**. São Paulo, 29 abr. 2014. Disponível em: www.cartacapital.com.br/economia/opiniaio> Acesso em: 21 abr. 2020.

ditadura. O arrocho salarial contribuía com a desigualdade. A mão de obra barata era importante porque garantia custos mais baixos dos investidores⁶⁸.

A política econômica até 1970, na ditadura, tinha o objetivo de estimular o crescimento do país. Com a economia acelerada o país necessitava de mão de obra mais qualificada. Era difícil conseguir trabalhadores mais qualificados e ocorria o aumento da disparidade dos salários entre os diferentes níveis. A falta de qualificação também foi um fator que favoreceu a desigualdade, por volta de 1960, quase 40% da população de 15 a 69 anos de idade era analfabeta⁶⁹. Com uma política que visava beneficiar a atividade empresarial, o salário mínimo sofria expressiva redução real. Governos militares foram responsáveis por uma acentuada concentração de renda e grande exclusão social. O economista Édmar Bacha defendeu que não se podia atribuir a desigualdade de renda no Brasil ao regime militar, mas reconheceu que o índice de Gini demorou, para retornar ao valor que tinha em 1960 e que 70% do crescimento da renda entre 1960 e 1970 foram apropriados por 10% mais ricos da população. O período militar agravou a desigualdade. De 1975 a 1982 os salários tiveram recuperação bem discreta⁷⁰.

Na década de 1970, o Brasil se tornou uma sociedade industrial. Os mercados interbancários privados norte-americanos investiram pesadamente em países do terceiro mundo, entre eles o Brasil. Dinheiro fácil com juros baixos. O Brasil com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) de 1974 a 1979 se tornou um dos maiores receptores de crédito externo, com o chamado “juros flutuantes”. O perigo existia porque as reduzidas taxas de juros poderiam ser revertidas a qualquer momento, obedecendo à decisão dos emprestadores, isso significava que de uma hora para outra esses empréstimos a juros baixos, se transformariam em juros maiores, e comprometer as finanças dos devedores. A partir de 1979, no governo norte-americano de Ronald Reagan, o dólar se reafirmou ancorado pelo poderio político militar da superpotência, e com a política do “dólar forte” e uma imposição unilateral ao resto do mundo, provocou a subida da taxa de juros e a consequente valorização do dólar. Tudo isso foi dramático para o Brasil e outros países do terceiro mundo. A dívida externa brasileira teve um salto, impulsionada pela elevação dos seus encargos financeiros, o chamado serviço da dívida. A inadimplência, a ameaça de

⁶⁸ ALMEIDA, Cássia; CARNEIRO, Lucianne. Meio século depois, o Brasil começa a reverter desigualdade econômica da ditadura. **O Globo**, Rio de Janeiro. 2014. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_alphacontent&ordering=3&limitstart=12060&limit=20> Acesso em: 25 abr. 2020.

⁶⁹ Idem.

⁷⁰ Ibidem.

moratória e a incapacidade de prover serviços básicos às populações tornavam-se perspectivas reais na vida cotidiana dos brasileiros. Os planos de desenvolvimento foram abandonados, sobrando um cenário de recessão e desemprego⁷¹.

Os Estados Unidos se valeram de sua enorme influência em organismos financeiros multilaterais, como o FMI, tanto para forçar este inédito processo de abertura de mercados e de desregulamentação econômica ao redor do globo, como para provocar as mudanças nas taxas de juros. Nessa década também, a Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP) decidiu reorganizar o mercado internacional de combustível, promovendo duas elevações do preço dos seus produtos, em 1973 e 1979, os preços subiram doze vezes. O Brasil, com um importador do combustível, passou a ter vários problemas. O tempo de créditos fáceis e juros baratos no mercado internacional acabou. O Brasil acumulava altas doses de endividamento externo. A crise levou o último governo do regime militar, João Batista Figueiredo, a tomar medidas drásticas. O cruzeiro foi desvalorizado em 30% no final de 1979. Ocorreu a desaceleração econômica, o descontrole inflacionário e o desarranjo nas contas públicas. Mesmo com a elevação do preço dos importados, a balança comercial teve um déficit. Em 1981, o Brasil entrava em uma recessão que duraria até o segundo semestre de 1982⁷². Com o baixo crescimento a renda contraía, diminuía a oferta de empregos, aumentava a concentração de renda e acentuava-se a desigualdade.

Com a reorganização dos sindicatos de trabalhadores, que se iniciaram no ABC paulista e se espalharam pelo país, as negociações com os empregadores conseguiram salários superiores aos oficiais. Muitos sindicatos passaram a discutir os pisos das diversas categorias. A partir de 1983, com o aumento da inflação, diversas políticas salariais passaram a existir juntamente com vários planos econômicos, que tentavam estabilizar a economia do país, provocando a queda significativa no poder real do Salário Mínimo. Lauro Ramos, especialista em mercado de trabalho, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), lembra que os preços relativos da força de trabalho na época, perderam para todos os outros fatores da economia: salário era o único ativo da camada mais baixa

⁷¹ GASPAR, R. C. A trajetória da Economia mundial: da recuperação do pós-guerra aos desafios contemporâneos. **SciELO**. Cadernos Metrópole. São Paulo. v. 17, n. 33. mai. 2015. Disponível em: <scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-99962015000100265>. Acesso: 12 mar. 2020.

⁷² MARAGONI, Gilberto. Anos 1980, década perdida ou ganha? **Revista de Informações e debates do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)**. Desafio do desenvolvimento. 15 jun. 2012 São Paulo. a. 9, 72 ed. Disponível em: <desafios.ipea.gov.br/anos-1980-decada-perdida-ou-ganha> Acesso em: 30 abr. 2020.

na estrutura de renda. O Salário mínimo foi o instrumento. A indexação funcionava como múltiplos do mínimo e segurava todo mundo⁷³.

2.1.3.6. O salário mínimo no governo Sarney

Desde o processo de redemocratização do Brasil, na década de 1980 até 1994, todos os presidentes do Brasil tiveram que lidar com um tema muito difícil: o Salário Mínimo. Isso porque o valor de referência do Salário Mínimo sofria muito com as várias experiências econômicas, que não surtiram bons efeitos. Somente depois do Plano Real, em 1994, o Salário Mínimo deixou de perder muito seu poder de compra.

Com dados do Instituto Econômico Aplicado (Ipea), o professor Azenil Staviski da Universidade Estadual de Londrina e da Pontifícia Universidade Católica do Paraná afirma: “Nos anos 1980 o salário teve flutuações significativas para menos, por causa da inflação alta e desequilíbrio nas contas externas, que se aprofundaram no período Collor”⁷⁴.

Em Março de 1985, com a morte de Tancredo Neves, o vice-presidente José Sarney assume o governo brasileiro, que continuava em grande descontrole econômico. Em 28 de Fevereiro de 1986 o presidente e a sua equipe econômica anunciam o Plano Cruzado entre muitas mudanças, ocorria o aumento de 8% dos salários do funcionalismo público, o aumento de 15% para o Salário Mínimo, na época de Cz\$ 804,00 equivalente a US\$ 67,00. Criou-se o “gatilho salarial” ou “seguro-inflação” onde os salários deveriam subir automaticamente sempre que a inflação passasse de 20%. Congelaram os preços dos alimentos, combustíveis, produtos de higiene e limpeza, além de serviços. Congelaram o câmbio também a Cz\$ 13,84 por US\$ 1. Criaram a tabela SUNAB, que era afixada na porta dos supermercados com os preços dos produtos e o próprio povo era fiscal. No começo o plano deu resultado, pois as condições de vida dos brasileiros melhoraram e também o poder de compra. Todos queriam comprar, menos os produtores que não

⁷³ ALMEIDA, Cassia; CARNEIRO, Lucienne. Meio século depois, Brasil começa a reverter desigualdade econômica da ditadura. **O Globo** Rio de Janeiro. 2014. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_alphacontent&ordering=3&limitstart=12060&limit=20>. Acesso em: 25 abr. 2020.

⁷⁴ AUGUSTO, Luciano Gomes. O salário Mínimo cinco presidentes depois. **Folha de Londrina**, Econômica. 06 set. 2009. Disponível em: <folhadelondrina.com.br/economia/o-salario-minimo-cinco-presidentes-depois>. Acesso em 25 abr. 2020.

queriam produzir com os mesmos preços. Ocorreu o desabastecimento e as prateleiras ficaram vazias. A carne, por exemplo, era vendida com ágio ⁷⁵.

No governo de José Sarney (15/03/1985 a 15/03/1990) o Salário Mínimo variou do máximo de R\$ 419,82 em Março de 1985, ao mínimo de R\$ 229,82 em Março de 1987⁷⁶.

O economista Fernando de Holanda Barbosa diz que o plano Cruzado fracassou porque não atacou a causa básica da inflação: o verdadeiro conflito distributivo entre vários grupos das sociedades latino-americanas, que procuravam usar o Estado para apropriar-se de renda dos outros grupos da sociedade. A redução do déficit poderia ser efetuada através do aumento dos impostos ou de diminuição dos gastos, ou por uma combinação entre os dois. Todavia os contribuintes alegavam que estavam pagando impostos demais, enquanto aqueles que se beneficiavam dos gastos do governo argumentavam que estavam recebendo menos do que deveriam. Como diz o ditado “a corda arrebenta sempre do lado mais fraco”. O imposto inflacionário que é a contrapartida da emissão de moeda termina sendo pago pelas classes menos favorecidas, que não estão devidamente representadas nos órgãos de decisão política, nem tampouco dispõem de recursos para se organizarem na reivindicação de seus interesses. Menos de um ano depois, os preços foram descongelados, a inflação disparou, as exportações caíram, as importações aumentaram e as reservas cambiais foram esgotadas. O país não conseguiu mais honrar seus compromissos externos e teve que decretar a moratória da dívida externa em 1987⁷⁷

O governo Sarney, foi catastrófico para a economia brasileira e para a classe mais pobre do país. Viu-se naquela época, o Salário Mínimo com baixo poder de compra e as prateleiras vazias de produtos básicos como carne, feijão e até sal, chegava ao fim. Acontecia a eleição direta para presidente e vice-presidente do país. A primeira eleição direta para muitos brasileiros trazia esperança de mudança, o governo Sarney deveria ser esquecido principalmente para a classe menos favorecida da sociedade.

Transcrevendo as palavras de da SILVA e BORJA REIS:

reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada O art.3º da Constituição Federal preleciona claramente os objetivos da República Federativa do Brasil: I) constituir uma sociedade livre e solidária; II) garantir o desenvolvimento nacional: erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as

⁷⁵ BARBOSA, Fernando de Holanda. Plano Cruzado. **FGV CPDOC**. 1997. Disponível em: <fgv.br/cpdoc/acervo/dicionário/verbete-tematico/planocruzado>. Acesso em 28 abr. 2020.

⁷⁶ AUGUSTO, Luciano Gomes. O salário Mínimo cinco presidentes depois. **Folha de Londrina**. Econômica. Londrina. 06 set. 2009. Disponível em: <folhadelondrina.com.br/economia/o-salario-minimo-cinco-presidentes-depois>. Acesso em: 25 abr. 2020.

⁷⁷ BARBOSA, Fernando de Holanda. Plano Cruzado. **FGV CPDOC**. 1997. Disponível em: <fgv.br/cpdoc/acervo/dicionário/verbete-tematico/planocruzado>. Acesso em 28 abr. 2020.

desigualdades sociais e regionais: IV) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Assim, no Brasil, o salário mínimo é citado como parte integrante do rol dos direitos sociais preconizados pela lei suprema do país em seu art. 7, inciso IV: salário mínimo, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com sua vinculação para qualquer fim⁷⁸.

2.1.3.7 O Salário Mínimo no governo Collor e Itamar Franco

O governo Collor de Melo compreendeu o período de 15 de Março de 1990 a 02 de Outubro de 1992 e era objetivo de Collor conter a crise com três planos econômicos. No entanto, a perda do Salário Mínimo, para a classe mais pobre, foi muito grande no governo Collor. Em agosto de 1991, o Salário Mínimo atingiu o seu pior nível das últimas duas décadas, chegando a R\$ 134,65, em Agosto de 1991⁷⁹.

O economista Marangoni na sua discussão sobre Economia Estagnada faz referência às palavras de Sônia Miriam Draibeem de um balanço nada animador sobre a evolução das turbulências no final dos anos 1980 e início de 1990:

No final da década de 1980, 48,6% da força de trabalho ganhava até dois salários mínimos e 27,2% da população ocupada recebia um salário mínimo. Para ter uma ideia, dos baixos valores salariais e da crescente concentração de riqueza, vale assinalar o comportamento de participação da massa salarial na renda interna total: caiu de 40,79% em 1970 a 37,9% em 1980 e em 1989 estava estimada em 30%. (...) O Brasil ingressa nos anos 1990 com cerca de um terço de sua população em estado de pobreza⁸⁰.

Depois do *impeachment* de Collor, assumiu o governo seu vice-presidente Itamar Franco, mas o poder de compras do Salário Mínimo, continuou variando de forma negativa até a implantação do Plano Real, em julho de 1994, quando ele passou a ter uma curva ascendente. O Plano Real, do governo Itamar Franco, conseguiu estabilizar a economia e colocar fim à crise de hiperinflação que atingia o país desde 1980. Em julho de 1994, a

⁷⁸ SILVA, V. S. da; BORJA REIS, C. F. de. Salário mínimo na era do Real sob a perspectiva da economia política. **Leituras de Economia Política**, Campinas n. 26, p. 1-26, jan./jun. 2018. Disponível em: <eco.unicamp.br/images/arquivos/Artigos/3651/artigo1.pdf>. Acesso 30 abr. 2020.

⁷⁹ AUGUSTO, Luciano. O salário Mínimo cinco presidentes depois. **Folha de Londrina**. Econômica. Londrina 06 set. 2009. Disponível em: <folhadelondrina.com.br/economia/o-salario-minimo-cinco-presidentes-depois>. Acesso em: 25 abr. 2020.

⁸⁰ MARAGONI, Gilberto. Anos 1980, década perdida ou ganha? **Revista de Informações e debates do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)**. Desafio do desenvolvimento. 15 jun. 2012. São Paulo. a. 9 ed. 72. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/Anos-1980-decada-perdida-ou-ganha>>. Acesso em: 25 abr. 2020.

nova moeda, o Real, entrou em vigor e no final do mesmo ano a inflação já estava estabilizada⁸¹.

2.1.3.8. O salário mínimo no plano real

O Plano Real foi implantado progressivamente, visando equilibrar as contas públicas com o objetivo de reduzir os gastos públicos, realizar privatizações de várias empresas estatais, e aumentar as receitas do Estado. Determinou uma série de aumento de impostos e reformas no orçamento da união. Até mesmo sugeriam reformas na Constituição de 1988 que foram aprovadas pelo poder legislativo e com isso o governo pôde remanejar livremente 20% dos recursos da educação e saúde para outros setores. O Plano também promoveu a desindexação da economia, que desencadeava a inflação. O governo indexou a economia ao dólar americano, moeda estável. Outra ação do governo foi promover a abertura econômica do país⁸².

2.1.3.9. O governo Fernando Henrique Cardoso e o salário mínimo

O governo de Fernando Henrique Cardoso teve início em 01 de Janeiro de 1995 e com dois mandatos, terminou em 01 de Janeiro de 2003. O seu governo promoveu algumas reajustes no Plano Real. Fernando Henrique fez parte da equipe econômica que gestou o plano Real no governo Itamar Franco. Com o plano Real, o Salário Mínimo inicia um processo de recuperação. Nesse período, o seu valor era corrigido e fixado, pelo governo federal, anualmente, com base na inflação passada, mas a deliberação sempre esteve vinculada a conjuntura política, fiscal e inflacionária. As regras do Salário Mínimo só foram alteradas no final de 2006, quando um acordo firmado entre governo e centrais sindicais estabeleceu para o ano seguinte um reajuste nominal de 8,6%, e para os anos de 2008 a 2011, o aumento real seria igual ao crescimento do PIB, calculado no segundo ano anterior ao do reajuste. Em 2011 foi aprovada a Lei 12.382, para vigorar entre 2012 e

⁸¹ RUY, C. M.. A trajetória do salário mínimo de Vargas à Lula. **Força Sindical – Memória Sindical**. São Paulo. 10 nov. 2010. Disponível em: <fsindical.org.br/memoria-sindical/a-trajetoria-do-salario-minimo-de-vargas-a-lula/>. Acesso em 18 abr. 2020.

⁸² ROMANI, André; KIANIKI, Alessandra. Plano Real, que domou inflação estabilizou economia completa 25 anos. **Veja**. Economia. São Paulo. 30 jun. 2019. Disponível em: <veja.abril.com.br/economia/plano-real-que-domou-inflacao-estabilizou-economia-completa-25-anos>. Acesso em: 20 fev. 2020.

2015, que consolidava a regra de valorização para o Salário Mínimo, que determinava o reajuste anual de acordo com a inflação, (com defasagem de um ano), e crescimento do PIB (com defasagem de dois anos)⁸³. Essa política foi abandonada com a saída de Dilma Rousseff em 2016.

Por volta de 1980, a política dos Estados Unidos se mantém com uma forte estrutura protecionista para apoiar a geração de superávits, destinados ao pagamento dos juros e dos serviços da dívida externa e o Brasil estava entre os grandes devedores. Em 1990, o jogo mudou, a estrutura protecionista americana foi dissolvida em favor da liberalização comercial, financeira e fixação e valorização do câmbio. A conjuntura econômica mundial de 1990, época do governo de Fernando Henrique Cardoso, estava sobre grande transformação relacionada ao processo de globalização⁸⁴. Em 1990, o padrão neoliberal estava no seu auge, e redimensionou as relações de dependência, e desestruturou as políticas de substituição de importações. Criou-se então novas formas de vinculação do país à economia mundial, nos processos de produção do comércio e das finanças⁸⁵.

Diante do contexto da globalização, os governos dos países em desenvolvimento em geral, inclusive o Brasil passaram a concentrar atenção na manutenção da estabilidade macroeconômica e na liberalização dos mercados em detrimento da política industrial. Neste contexto o plano Real foi adotado para fazer cair a hiperinflação. O reequilíbrio do balanço de pagamento ficou condicionado aos ditames de capitais externos. Mesmo apresentando um elevado superávit primário, o segundo mandato de Fernando Henrique termina com a inflação e dívida pública em trajetória ascendente, numa conjuntura econômico-social adversa, com consequência para a classe trabalhadora: precarização do fator trabalho, pobreza, desemprego massivo⁸⁶.

Analisando a forma de correção e fixação do Salário Mínimo no governo de Fernando Henrique, de 1988 a 2010, da SILVA e BORJA REIS destacam:

⁸³ SILVA, V. S. da; BORJA REIS, C. F. de. Salário mínimo na era do Real sob a perspectiva da economia política. **Leituras de Economia Política**, Campinas. (26), p. 1-26, jan./jun. 2018. Disponível em: <eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3651/Artigo1.pdf>. Acesso em: 01 mai. 2020.

⁸⁴ ALMEIDA, Paulo Roberto de. A economia internacional no século XX: um ensaio e síntese. **SciELO. Revista Brasileira de Política Internacional**. v. 44, n.1. Brasília. jan./jun. 2001. Disponível em: <scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292001000100008>. Acesso em: 18 jun. 2020.

⁸⁵ MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. Boitempo. 368 p. São Paulo. 2011. Disponível em: <<http://www.fatecbauru.edu.br/asrticle/download.pdf>>. Acesso em: 02 maio 2020.

⁸⁶ SILVA, V. S. da; BORJA REIS, C. F. de. Salário mínimo na era do Real sob a perspectiva da economia política. **Leituras de Economia Política**, Campinas (26), p. 1-26, jan./jun. 2018. Disponível em: <eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3651/Artigo1.pdf>. Acesso em: 03 mai. 2020.

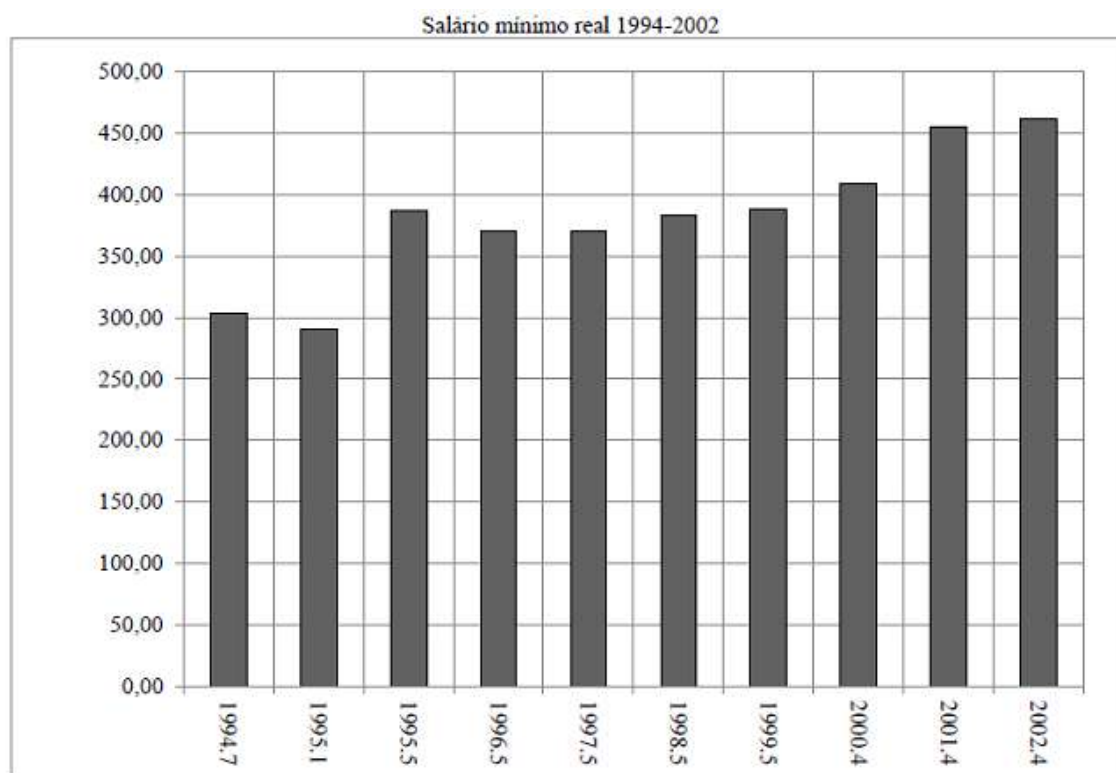
A forma legal de correção e fixação do Salário Mínimo estava vinculado às deliberações do governo, com a aprovação no Congresso Nacional. A partir de 2011, embora ainda determinado pelo governo, passa a ser sancionado via Decreto e de acordo com regras estabelecidas em lei. Na prática, entre 1995 e 2001 a determinação do Salário Mínimo pelo governo não contou com aprovação do Congresso Nacional, tendo sido feita via reedição de medidas provisórias (MP). Dentre as dificuldades alegadas pelo pensamento econômico de base neoclássica para se estabelecer uma política de valorização do Salário Mínimo podem ser enumeradas: a) ampliação do desemprego e da informalidade; b) inviabilidade atuarial da previdência e o desequilíbrio das finanças públicas⁸⁷.

No gráfico 4⁸⁸ que se segue, de 1995 a 2002, um ciclo de alta, porém numa débil valorização do Salário Mínimo da ordem de 29,8% com dois momentos importantes de elevação real: maio de 1995 e abril de 2001, sem compensar a deterioração na depreciação patrocinada pela ditadura militar de 1964 a 1985 e a compressão do período de hiperinflação de 1986 a 1993.

⁸⁷ Idem.

⁸⁸ Ibidem.

GRÁFICO 4



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Ipeadata. Série em reais (RS) constantes do último mês, elaborada pelo Ipea, deflacionando-se o salário mínimo nominal pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do IBGE a partir de março de 1979. Atualizado em 08/04/2015.

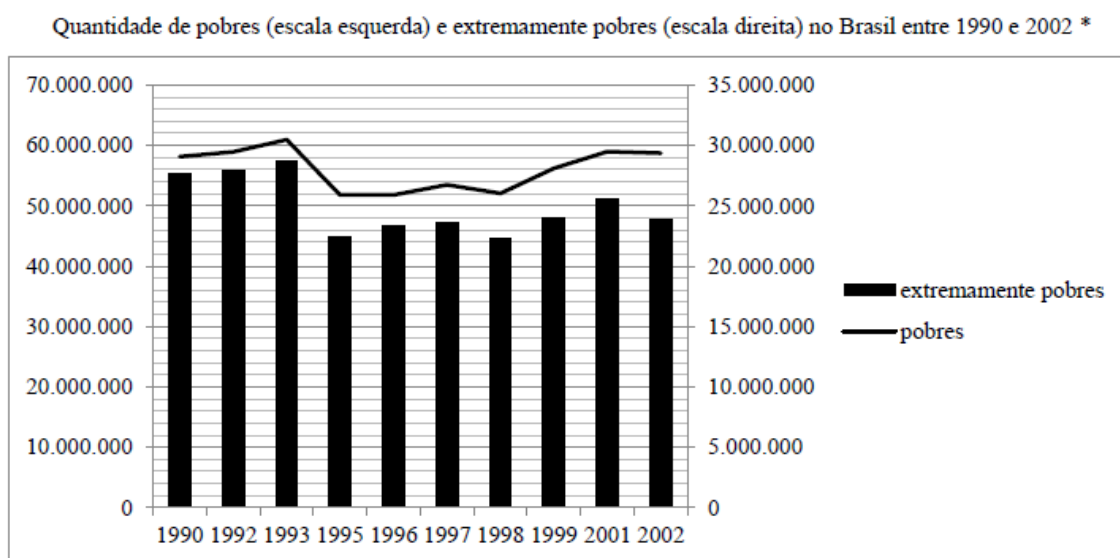
Analisando uma publicação do historiador José Rogério Beier, encontramos dados que mostram que no governo de Fernando Henrique Cardoso de 1999 a 2002, se descontada a inflação do período, o Salário Mínimo não aumentou, como também perdeu seu valor: -4,32% e -1,42% respectivamente. Comparando o valor do Salário Mínimo em relação à cesta básica, durante o governo de Fernando Henrique, um Salário Mínimo comprava 1,15 da cesta básica no primeiro ano de seu governo (1995) e 1,54 da cesta no último ano (2002), o que caracterizou um aumento de 34,37% de aumento do poder de compra do trabalhador em relação à cesta básica⁸⁹.

De acordo com SILVA e BORJA REIS, em que se pese o ciclo de alta (com frágil valorização), não se pode olvidar das condições sociais que se consolidaram no período, com persistente números de indivíduos relegados à condição de pobreza, como se depreende no gráfico 5. Embora a estabilização tenha reduzido a quantidade de pessoas

⁸⁹ BEIER, J. R.. Histórico do Salário Mínimo brasileiro revela diferenças entre o governo FHC e Lula e desmentem historiador da “década perdida”. **umhistoriador**. 20 jan. 2015. Disponível em: <<https://umhistoriador.wordpress.com/2013/01/21/historico-do-salario-minimo-brasileiro-revela-diferenca-entre-o-governo-fhc-e-lula-e-desmente-historiador-da-decada-perdida>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

pobres e extremamente pobres, ela voltou a crescer nos anos seguintes. Em 2002, a parcela de pessoas pobres alcançou os níveis da década de 1990 de extremamente pobres de cerca de 24 milhões⁹⁰.

GRÁFICO 5 ⁹¹



(*) Ver Ipeadata. Indivíduos pobres e extremamente pobres de acordo com a linha baseada em necessidades calóricas. A linha de pobreza aqui considerada é o dobro da linha de extrema pobreza, uma estimativa do valor de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa, com base em recomendações da FAO e da OMS. São estimados diferentes valores para 24 regiões do país.

Fonte: ELABORAÇÃO própria a partir dos dados do Ipeadata. Série calculada a partir das respostas à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE). Atualizado em: 12 nov. 2014.

2.1.3.10 O governo Lula e o salário mínimo

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva teve início em 01 de Janeiro de 2003 e com dois mandatos terminou em 31 de Dezembro de 2010. Durante esses oito anos de gestão, o governo manteve a estabilidade econômica, retomou o crescimento do país, favoreceu a redução da pobreza e diminuiu a desigualdade social. O governo Lula registrou crescimento formal de emprego. Lula assumiu o governo com a inflação em 12,53% e entregou o governo com a inflação em 5,90%. No seu governo ocorreu a redução do

⁹⁰SILVA, V. S. da; BORJA REIS, C. F. de. Salário mínimo na era do Real sob a perspectiva da economia política. **Leituras de Economia Política**, Campinas (26), p. 1-26, jan./jun. 2018. Disponível em: <eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3651/Artigo1.pdf>. Acesso em: 03 mai. 2020.

⁹¹ Idem.

desemprego e constantes recordes na balança comercial, com recordes na produção automobilística em 2006 e o crescimento real do Salário Mínimo. Em 2008, ocorreu uma crise mundial, mas o país conseguiu sair de forma efetiva dessa crise com retração do PIB de apenas 0,2%. O Brasil mostrou-se muito bem em inovações tais como patentes por milhões de habitantes, investimentos em pesquisa e desenvolvimento, usuários de internet banda larga e celulares por 100 pessoas e prazo médio para se abrir um negócio no país. Aumento de gastos federais com educação. No ano de 2010, o total de arrecadação de impostos foi de R\$ 805,7 bilhões, que representou o maior valor da história o Brasil segundo dados da Receita Federal. O segundo mandato do presidente Lula, com maior disposição de receitas fiscais e liquidez externa, propiciou o aumento real do Salário Mínimo, o programa Bolsa Família cresceu substancialmente que somado ao programa Fome Zero, gerou a melhoria na distribuição funcional da renda. A população vivendo abaixo da linha da pobreza de 2001 para 2012, reduziu de 24,3% da população para 8,3%, conforme dados da Organização para Alimentação e Agricultura (FAO)⁹².

DE DECCA e LOPREATO argumentam que:

...o aumento do crédito ao consumidor e a elevação do Salário Mínimo Real e outras políticas sociais como o programa Bolsa Família e a expansão das exportações provocaram um avanço maior na renda e no emprego, aumentando a demanda de consumo e investimentos. O comportamento satisfatório das contas públicas contribuiu para a estabilidade macroeconômica. O bom comportamento da arrecadação tributária permitiu a intensificação do uso da política de incentivos e subsídios fiscais em favor de setores específicos (indústria naval), programas sociais associados à infraestrutura (habitação) e parte das políticas setoriais atendidas pelo Programa de Desenvolvimento Produtivo (PDP). [...] As medidas de caráter social se somaram ao impulso gerado pelas ações de apoio ao investimento e ao capital privado. A nova ordem teve como elemento síntese a política de valorização do salário mínimo. A elevação do salário mínimo começou anteriormente, mas ganhou o caráter de política de distribuição de renda no governo Lula e, como se discute adiante, repercutiu sobre os ganhos de todos os trabalhadores do setor privado e de parte relevante do setor público nas diferentes regiões do País. A política do salário mínimo cumpriu também o papel de correia de transmissão para a Previdência Social: tornou-se responsável por elevar o valor dos benefícios pagos, pois parcela substancial dos aposentados do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) tem os vencimentos atrelados ao piso nacional. Adicionalmente, o programa Bolsa Família, reestruturado, ampliou o montante das transferências sociais e passou a atender mais de 12 milhões de famílias abaixo da linha de pobreza, incentivando o consumo em regiões pobres do País⁹³.

⁹² BRASIL reduz a pobreza extrema em 75% diz FAO. **Estadão**. São Paulo, 16 set. 2014. Disponível em: <[noticias/uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2014/09/16/brasil-reduz-a-pobreza-em-75-diz-fao-htm](http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2014/09/16/brasil-reduz-a-pobreza-em-75-diz-fao-htm)>. Acesso em: 09 mai. 2021.

⁹³ DEDECCA & LOPREATO. **Brasil: perspectivas do crescimento e desafios do mercado de trabalho**. Instituto de Economia. Unicamp. Campinas. dez. 2013. Disponível em: <www.eco.unicamp.br/imagens/arquivospdf>. Acesso 08 maio 2020.

Em 2004, Lula vinculou o reajuste da remuneração mínima ao Produto Interno Bruto. Os aumentos reais verificados ao longo dos anos seguintes foram graduais. Em 27 de dezembro de 2006, Lula assinou o Protocolo de Intenções de Valorização do Salário Mínimo, um acordo entre o poder Executivo e as Centrais Sindicais. O protocolo foi transformado em um Projeto de Lei n. 1/2007 com diretrizes para 2008 a 2023⁹⁴. Este PL ficou parado do Legislativo até 2018, mas ainda se encontra em tramitação.

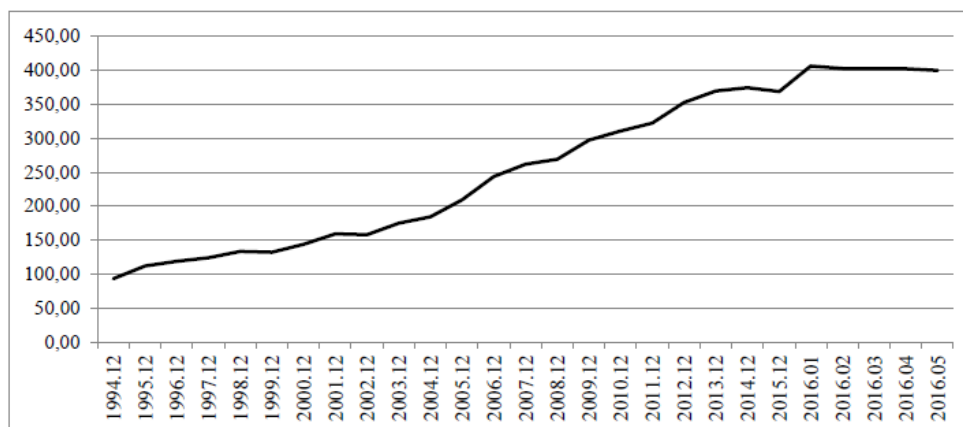
Com a edição da lei 12.382, de 25 de Janeiro de 2011⁹⁵, já no governo de Dilma a política de valorização do Salário Mínimo (2012-2015) consolidou-se, com valor análogo a US\$ 300, como mostrado no gráfico 6.

⁹⁴ SILVA, V. S. da; BORJA REIS, C. F. de. Salário mínimo na era do Real sob a perspectiva da economia política. **Leituras de Economia Política, Campinas** (26), p. 1-26, jan./jun. 2018. Disponível em: <eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3651/Artigo1.pdf>. Acesso 03 mai. 2020.

⁹⁵ Dispõe sobre o valor do salário Mínimo em 2011 e a sua política de valorização de longo prazo, disciplina a representação fiscal para fins nos casos em que houver parcelamento do crédito tributário, altera a Lei n. 9.430, de 27 de dezembro de 1996; e revoga a Lei n. 12.255, de 15 de junho de 2010. Disponível em: <www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2011/lei-12382-25-fevereiro-2011-610088-norma-pl.html>. Acesso em: 03 mai. 2020.

Gráfico 6⁹⁶

Salário mínimo em paridade do poder de compra, de 1994 a 2016



Fonte: Elaboração própria a partir de série elaborada pelo Ipeadata. Representa, em cada mês, qual era o preço nos Estados Unidos da mesma cesta de bens que se podia adquirir com um salário mínimo no Brasil. A conversão é feita pela taxa de paridade de poder de compra (PPC) observada pelo Banco Mundial em 2005, corrigida pela inflação ao consumidor nos Estados Unidos e no Brasil. Para a inflação americana, utiliza-se o IPC do Bureau of Labor Statistics (BLS). Para a inflação brasileira, INPC/IBGE (a partir de março de 1979), IGPC-Mtb (jan./1948-mar./1979), IPC-RJ/FGV (jan./1944-jan./1948) e IPC-SP/Fipe (jul./1940-jan./1944).

2.1.3.11 O governo Dilma Rousseff e o salário mínimo

Dilma Rousseff iniciou o seu primeiro mandato em 01 de Janeiro de 2011 e foi reeleita para mais quatro anos, mas sofreu *impeachment* permanecendo na presidência até 12 de Maio de 2016. Em seu governo institucionalizou a política de valorização do Salário Mínimo, Transcrevemos as palavras de SILVA E BORJA REIS:

No governo de Dilma, o Dieese estimou que 46,7 milhões de pessoas tenha tido rendimento referenciado no Salário Mínimo. Assegura que existiu um acúmulo de ganho real do Salário Mínimo de 76,54% desde 2002. A elevação do Salário Mínimo na economia, para o ano de 2015, contabilizou R\$ 38,4 bilhões com incremento de renda e R\$ 20,7 bilhões correspondendo ao aumento na arrecadação tributária. Com o valor do piso em R\$ 788,00, foi possível adquirir 2,22 cestas básicas – cujo valor correspondia a R\$ 322,00 a cesta - sendo esta relação a maior registrada desde 1979. Muito embora, esse valor de piso do Salário Mínimo ainda estivesse distante do valor estimado pelo Dieese que devia ser de R\$ 3.186,92 em 2005. A elevação do piso serviu para alavancar o crescimento do consumo de bens duráveis e do nível de emprego. De 2003 a 2014, houve uma dinâmica positiva de redução da desigualdade nos rendimentos do trabalho⁹⁷.

Analisando os valores dos salários durante os governos de Fernando Henrique, Lula e Dilma, encontramos alguns dados que nos mostram o poder de compra do trabalhador,

⁹⁶ SILVA, V. S. da; BORJA REIS, C. F. de. Salário mínimo na era do Real sob a perspectiva da economia política. *Leituras de Economia Política, Campinas* (26), p. 1-26, jan./jun. 2018. Disponível em: <eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3651/Artigo1.pdf>. Acesso 03 mai. 2020

⁹⁷ Idem.

quantas cestas básicas podiam ser compradas com o salário e até mesmo o valor em dólar do Salário Mínimo.

Em 2006, no governo de Lula, a economia brasileira começa a sofrer mudanças, entrando em um regime de crescimento, em consequência das políticas de distribuição de renda e do crescimento do mercado interno. Uma grande parcela da população que antes não tinha condições de consumir, entra no mercado e passa a comprar mais. Baseando-se nas análises de TEIXEIRA e PINTO, em 2010 e 2011 os limites ao modelo de crescimento, baseado no mercado interno e na redistribuição da renda, combinado com a manutenção de juros elevados e apreciação cambial, mostraram-se claros. Observa-se um crescimento com elevado consumo das famílias, mas com baixo dinamismo industrial, externamente unindo-se às cadeias produtivas asiáticas. O consumo cresce sem expansão da produção industrial devido ao vazamento da renda para o exterior com aumento das importações de manufaturas, desarticulando as cadeias produtivas domésticas e consequentemente reduzindo o poder multiplicador das políticas sociais de transferência de renda e aumento do Salário Mínimo. O setor privado, principalmente as indústrias diminuem a produção, o PIB não consegue crescer. A capacidade ociosa desse setor em níveis elevados leva à retração dos investimentos privados a partir de 2011⁹⁸.

Na Tabela 2, analisando os valores dos salários durante os governos de Fernando Henrique, Lula e Dilma, destaca quantas cestas básicas são compradas com um Salário Mínimo.

⁹⁸ TEIXEIRA, R. A; PINTO, E. C. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeiras, bloco no poder e desenvolvimento econômico. **SciELO Brasil**. Economia e Sociedade. v. 21, n. 3, p. 909-41, dez. 2012. Disponível em: <scielo.br/j/ecos/a/WRPZxp3LrymkXcqsR6gmNXD/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 08 mai. 2020.

TABELA 2⁹⁹

Relação Salário Mínimo x Cesta Básica			
Ano	FHC	Lula	Dilma
1	1,15	1,47	2,09
2	1,21	1,52	2,18
3	1,30	1,74	
4	1,30	1,97	
5	1,30	2,06	
6	1,35	1,81	
7	1,46	1,93	
8	1,55	2,27	

De 2002 a 2013, a população brasileira considerada em situação de subalimentação caiu em 82%. Esse dado veio do relatório das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) que mostrou a redução da fome no Brasil. Em 2014 o Brasil saiu do Mapa Mundial da Fome. Esse é um dado muito importante, pois a redução da fome está incluída entre os Objetivos do Milênio da ONU¹⁰⁰.

⁹⁹ BEIER, Rogério. Histórico do Salário Mínimo brasileiro revela diferenças entre governo FHC e Lula e desmente historiador da “década perdida”. **umhistoriador**. Wordpress. Disponível em: <<https://umhistoriador.wordpress.com/2013/01/21/historico-do-salario-minimo-brasileiro-revela-diferenca-entre-o-governo-fhc-e-lula-e-desmente-historiador-da-decada-perdida>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

¹⁰⁰ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL. **Relatório indica que o Brasil saiu do Mapa da Fome em 2014**. Brasília. 2014. Disponível em: <<https://www.gov.br/casacivilpt-br/assuntos/noticias/2014/setembro/relatorio-indica-que-brasil-saiu-do-mapa-da-fome-em-2014>>. Acesso em 25 mai. 2020.

Tabela 3¹⁰¹

Parcela dos Salários no Produto Interno Bruto 1994-2013, em percentuais

Ano	Parcela
1995	36,4
1996	37,7
1997	37,3
1998	38,0
1999	36,9
2000	36,9
2001	36,7
2002	35,7
2003	36,6
2004	35,7
2005	36,7
2006	38,2
2007	38,9
2008	39,8
2009	41,5
2010	41,8
2011	42,7
2012	45,3
2013	45,1

Fonte: Silva (2016, p. 122). Dados deflacionados pelo IPCA no caso dos salários e pelo deflator implícito do PIB no caso do PIB.

Na tabela 3 mostramos em percentuais a parcela dos Salários no PIB desde o Plano Real até próximo ao final do primeiro governo de Dilma. É visível, que no final do primeiro governo de Dilma o poder de compra dos trabalhadores que recebiam o Salário Mínimo, era maior do que no demais anos do Plano Real e que, portanto, aqueles trabalhadores puderam melhorar o padrão de vida.

Na Tabela 4, temos resultados que nos permitem fazer uma comparação entre os valores encontrados nos oito anos de governo de Fernando Henrique Cardoso, os oito anos de Lula e os seis anos de governo de Dilma.

¹⁰¹ SILVA, V. S. da; BORJA REIS, C. F. de. Salário mínimo na era do Real sob a perspectiva da economia política. **Leituras de Economia Política**, Campinas v. 26, p. 1-26, jan./jun. 2018. Disponível em: <eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3651/Artigo1.pdf>. Acesso 04 mai. 2020.

Tabela 4

Histórico do Salário Mínimo no Brasil - 1995/2012 - por J.R.B										
Ano	Governo	Vigência	Valor	Percentual de Aumento	Inflação (IPCA)	Aumento Real	Cesta Básica (SP)	Aumento Cesta	PIB	Valor (US\$)
1995	FHC	01/05/1995	R\$ 100,00	0,00%	22,41%	0,00%	R\$ 86,81	0,0%	4,2%	\$ 109,89
1996	FHC	01/05/1996	R\$ 112,00	12%	9,56%	2,44%	R\$ 92,57	6,6%	2,2%	\$ 113,13
1997	FHC	01/05/1997	R\$ 120,00	7,14%	5,22%	1,92%	R\$ 92,18	-0,4%	3,4%	\$ 112,78
1998	FHC	01/05/1998	R\$ 130,00	8,33%	1,66%	6,67%	R\$ 100,01	8,5%	0,0%	\$ 114,04
1999	FHC	01/05/1999	R\$ 136,00	4,62%	8,94%	-4,32%	R\$ 104,86	4,8%	0,3%	\$ 81,44
2000	FHC	03/04/2000	R\$ 151,00	11,03%	5,97%	5,06%	R\$ 112,22	7,0%	4,3%	\$ 87,28
2001	FHC	01/04/2001	R\$ 180,00	19,21%	7,67%	11,54%	R\$ 123,36	9,9%	1,3%	\$ 83,72
2002	FHC	01/04/2002	R\$ 200,00	11,11%	12,53%	-1,42%	R\$ 129,21	4,7%	2,7%	\$ 86,21
2003	Lula	01/04/2003	R\$ 240,00	20%	9,30%	10,70%	R\$ 162,79	26,0%	1,1%	\$ 72,07
2004	Lula	01/05/2004	R\$ 260,00	8,33%	7,60%	0,73%	R\$ 171,03	5,1%	5,7%	\$ 88,14
2005	Lula	01/05/2005	R\$ 300,00	15,38%	5,69%	9,69%	R\$ 172,87	1,1%	3,2%	\$ 119,52
2006	Lula	01/04/2006	R\$ 350,00	16,67%	3,14%	13,53%	R\$ 177,45	2,6%	4,0%	\$ 162,79
2007	Lula	01/04/2007	R\$ 380,00	8,57%	4,45%	4,12%	R\$ 184,72	4,1%	6,1%	\$ 186,27
2008	Lula	01/03/2008	R\$ 415,00	9,21%	5,90%	3,31%	R\$ 229,09	24,0%	5,2%	\$ 247,02
2009	Lula	01/02/2009	R\$ 465,00	12,05%	4,31%	7,74%	R\$ 241,53	5,4%	-0,3%	\$ 198,72
2010	Lula	01/01/2010	R\$ 510,00	9,68%	5,90%	3,78%	R\$ 225,02	-6,8%	7,5%	\$ 296,51
2011	Dilma	01/01/2011	R\$ 545,00	6,81%	6,50%	0,31%	R\$ 261,25	16,1%	2,7%	\$ 330,30
2012	Dilma	01/01/2012	R\$ 622,00	14,13%	5,83%	8,30%	R\$ 285,54	9,3%	1,0%	\$ 334,41

O histórico do Salário Mínimo de 1995 a 2012 está representado na Tabela 4 com seu percentual de aumento, aumento real, o valor em dólar.

Evolução do Salário Mínimo no Brasil entre os anos 1995-2012. Fonte: IBGE (Inflação IPCA), DIEESE (Cesta Básica), Revista Exame (PIB)¹⁰².

A população vivendo abaixo da linha de pobreza sofreu uma redução de 24,3% para 8,4% entre 2001 e 2012. Enquanto que a pobreza extrema caiu de 14% para 3,5%, conforme dados da ONU¹⁰³. Entretanto, após uma recessão aguda de 2014 a 2016, a economia brasileira teve um processo de recuperação bem lento, ao redor de 1% ao ano no período de 2017 a 2019, como destaca OREIRO e DE PAULA:

A reação do consumo das famílias (responsáveis por 50% do PIB do ponto de vista do gasto) e de formação bruta de capital fixo tem sido muito lenta mantendo esses componentes da demanda praticamente estagnados no primeiro semestre de

¹⁰² BEIER, J. R.. Histórico do Salário Mínimo brasileiro revela diferenças entre o governo FHC e Lula e desmentem historiador da “década perdida”. **umhistoriador**. Wordpress. 21 jan. 2013. Disponível em: <<https://umhistoriador.wordpress.com/2013/01/21/historico-do-salario-minimo-brasileiro-revela-diferenca-entre-o-governo-fhc-e-lula-e-desmente-historiador-da-decada-perdida>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

¹⁰³ SAINDO do Mapa da Fome da ONU é histórico, diz governo. **Exame**. 16 set. 2014. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/sair-do-mapa-da-fome-da-ONU-e-historico-diz-governo>>. Acesso em: 18 abr. 2020.

2016 e primeiro trimestre de 2019. Observa-se uma economia em estado de estagnação¹⁰⁴.

A desocupação maior foi na construção civil de dezembro de 2014 a março de 2017. A lenta recuperação do mercado de trabalho está baseada no aumento do trabalho informal (trabalhadores sem carteira, empregadores e trabalhadores por conta própria, sem CNPJ e trabalhadores familiares auxiliares) trabalhadores sendo contratados com salários mais baixos, na informalidade e sem poder de barganha, devido ao alto nível de desocupação. Até o ano de 2019 essa situação acaba limitando o crescimento da massa salarial e reduzindo assim o crescimento do consumo das famílias.

Desde 2015, o movimento no mercado de trabalho tem sido acompanhado de um aumento na concentração de renda e desigualdade entre os trabalhadores como assinala BARBOSA:

Em meados de 2014, os 50% mais pobres se apropriavam de cerca de 5,7% de toda a renda de trabalho, enquanto que no primeiro trimestre de 2019 essa proporção caiu para 3,5%, uma queda de quase 40%. Já os 10% mais ricos da população que recebiam cerca de 49% do total da renda de trabalho em meados de 2014 aumentaram para 52% no início de 2019, um aumento de 30% na fração da renda apropriada pelos 10% mais ricos¹⁰⁵.

2.1.3.12 Salário Mínimo no Governo Temer e Bolsonaro

Como o *impeachment* de Dilma, o vice-presidente Michel Temer assume interinamente o governo em 12 de maio de 2016 e de forma definitiva em 31 de agosto de 2016 ficando no governo até 31 de dezembro de 2019. Inicia o governo com uma grave crise econômica no país. Conseguiu reduzir a taxa de juros de 14,25% para 6,50% e a inflação saiu de 9,32% para 2,76%. Quanto à taxa de desemprego, por outro lado, essa passou de 11,2% para 13,10%. Devido à recessão, havia uma redução de receitas e as receitas públicas provocaram déficit nos cinco primeiros meses de governo. Com a aprovação do Congresso Nacional, Temer conseguiu mudar a meta fiscal e estabelecer um teto para os gastos públicos, além de propor mudanças na Previdência Social¹⁰⁶.

¹⁰⁴ OREIRO, José Luís; PAULA, Luiz Fernando de. A economia brasileira no governo Temer e Bolsonaro: uma avaliação preliminar. IPEADATA. 29 set. 2019. Disponível em: <luizfernandodepaula.com.br/ups/a-economia-brasileira-no-governo-temer-e-bolsonaro-final-05.pdf>. Acesso 20 fev. 2021.

¹⁰⁵ BARBOSA, R. J. Estagnação, desalento, informalidade e a distribuição da renda do trabalho no período recente (2012 – 2019). **Mercado de Trabalho** – Conjuntura e Análise. (67), IPEA. set. 2019. Disponível em: <repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9949>. Acesso em: 20 mar. 2020.

¹⁰⁶ VEJA fatos que marcaram os dois anos do governo Temer. **Época**. Economia. Agência Brasil. 15 mai. 2018. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Economia/noticia/2018/05/veja-fatos-que-marcaram-os-dois-anos-do-governo-Temer>>. Acesso em: 03 mai. 2020.

Em julho do primeiro ano de Temer, o Conselho Federal de Economia emitiu nota criticando o governo, destacando que a principal razão do crescimento do déficit primário seria não a elevação, dos gastos, mas a forte contração da receita, em decorrência da retração econômica e da elevação da elisão e evasão fiscal, também conhecida como sonegação fiscal, que é o uso de meios ilícitos para evitar o pagamento de taxas, impostos e contribuições. Foi sugerido que o crescimento das despesas fosse atrelado ao PIB, assim como a política de vincular o aumento do salário mínimo ao crescimento do país. O sistema tributário também foi criticado pois o país arrecadava 72% dos impostos sobre o consumo e renda dos trabalhadores, contra apenas 28% sobre a renda do capital e riqueza¹⁰⁷.

Sob a justificativa de modernizar as Leis Trabalhistas e criar novos postos de trabalho foi sancionada em 2017, a terceirização para todas as atividades e a reforma trabalhista, alterando a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em pontos como jornada de trabalho, plano de carreira, remuneração e férias. Ocorreram também cortes em investimentos sociais e houve aumento da fome¹⁰⁸.

Temer deixa o governo sem aumentar o salário mínimo. Diferente dos outros anos, 2019 começa sem a entrada em vigor do novo Salário Mínimo fixado no Orçamento da União. Com isso, o menor salário pago no país permanece com o valor de R\$ 954,00 até que o novo presidente, Bolsonaro, assine e publique um decreto para reajustar o piso das remunerações. A previsão anterior seria de um Salário Mínimo de R\$ 1.006,00 segundo estimativa divulgada no Projeto de Lei Orçamentária Anual em 2019¹⁰⁹.

Quando destacamos a extrema pobreza no Brasil, estamos nos atendo em conceito absoluto, embora para colocar um indivíduo como extremamente pobre ou pobre, partimos de um valor de rendimento que foi previamente determinado por setores que necessitam de dados para a execução de políticas públicas.

Hoje, conceitos como “linha de pobreza”, “renda *per capita*” ou “vulnerabilidade social” são frequentemente usados como parâmetros para medir o grau de pobreza em uma determinada sociedade. Sabemos que estes conceitos são uteis,

¹⁰⁷ DIMMI Amora. Conselho Federal de Economia emite nota criticando medidas de Temer, **Folha de São Paulo**, 02 jul. 2016. Mercado. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/07/1787943-conselho-federal-de-economia-emite-nota-criticando-medidas-de-temer>>. Acesso em 21 jun. 2020.

¹⁰⁸ BIANCHINI, Lia. Após dois anos de golpe, Temer deixa um Brasil destroçado. **Brasil de Fato**. Curitiba. 28 dez. 2018. Disponível em: <brasildefato.com.br/2018/12/28/após-dois-anos-de-golpe-temer-deixa-o-brasil-destroçado>. Acesso em: 08 jun. 2020.

¹⁰⁹ TEMER deixa o governo sem aumentar salário mínimo. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 01 jan. 2019. Economia. Disponível em: <https://www.em.com.br/internas_economia,1017513/temer-deixa-governo-sem-aumentar-salario-minimo-shtml>. Acesso em: 09 jun. 2020.

sobretudo para o planejamento e execução de políticas públicas voltadas para a desejada redução das desigualdades sociais. No entanto, em outros contextos históricos, como por exemplo, no Brasil Colônia, no Império, ou na Primeira República, estes conceitos não podem ser aplicados. Desta forma, a viabilidade de uma compreensão sobre o que era ser pobre na Colônia, no Império ou na Primeira República, vai depender de outros recursos analíticos e de uma disposição para aceitar que pobreza é um conceito polissêmico e mutante¹¹⁰.

Os dados mostram que a pobreza tem relação direta com os salários e ela pode sofrer uma redução, principalmente quando o Salário Mínimo recebido, é capaz de aumentar o poder de compra dos indivíduos, como aconteceu em 2011, quando o Salário Mínimo podia comprar 2,2 cestas básicas. Para se reduzir a extrema pobreza, é muito importante uma política pública especificamente voltada para atender as diferentes necessidades dos pobres nas grandes regiões do país. Essas políticas públicas bem aplicadas poderiam contribuir para a redução da pobreza nesses locais onde os pobres estão concentrados. Não basta só o aumento do Salário Mínimo, embora o aumento dele ajuda a combater a pobreza, mas outras necessidades também devem ser atendidas tais como moradia, alimentação, vestuário, transporte público, serviços médicos, água potável, saneamento e escola. O Salário Mínimo, dificilmente vai ser suficiente para atender uma família e fazê-la sair da pobreza, se ele não tiver um bom poder de compra. E naturalmente, a política de Salário Mínimo atinge diretamente apenas os trabalhadores formais. Para erradicar a pobreza, políticas de valorização do salário mínimo e do fomento do emprego deveriam estar aliadas a políticas de renda mínima.

É possível atingir níveis baixos de extrema pobreza no país, como ocorreu de 2003 a 2014, quando ela caiu a ponto de variar de 7,7% a 2,34% respectivamente, isso ocorreu quando as políticas públicas aplicadas tinham objetivos claros para isso. Infelizmente, os objetivos foram mudados e novas políticas atuaram fazendo com que esse nível de 2,34% de extrema pobreza começasse a aumentar a partir de 2015. Nos dias atuais temos outros fatores, como por exemplo, a Pandemia de Covid 19, que faz a extrema pobreza aumentar.

¹¹⁰ RÜCKERT, Fabiano Quadros ... [et al.] (Orgs.). **História da pobreza no Brasil**. 2 ed. Rio Grande: Ed da FURG, 2019. Coleção Direito e Justiça Social. 410 p. Disponível em: https://ppghistoria.furg.br/Cardozo2019_PobrezaPDF. Acesso em 10 mai. 2020.

3. UMA ABORDAGEM HISTÓRICA DA POBREZA

3.1 Uma questão antiga

A pobreza não é um fenômeno contemporâneo. Uma vida pobre, humilde e desprovida de todo tipo de bens materiais é muito bem conhecida pelos cristãos. Encontramos várias passagens na bíblia, que nos mostram que ser pobre é visto como condição necessária à salvação da alma. Entre elas destacamos: “Que dificultosa coisa é entrarem no Reino de Deus os que têm cabedais. Porque é mais fácil entrar um camelo pelo fundo de uma agulha, do que entrar um rico no Reino de Deus”. (Evangelho de São Lucas)¹¹¹. A bíblia mostra que todos os exemplos que Jesus, inclusive sua própria vida desprovida de todos os bens era de pobreza e humildade. A fé e a caridade deveriam andar juntas e uma forma de caridade seria distribuir aos pobres todos os bens materiais. Em épocas anteriores à industrialização, era muito comum tentar justificar a pobreza, considerando que ela seria necessária, pois só o pobre poderia alcançar o reino dos céus, enquanto o rico estaria fadado ao fogo do inferno. O rico só teria salvação se doasse seus bens aos pobres.

Na Idade Média, a pobreza também existiu, e ela desencadeava um sentimento de vergonha, por ser um estado indigno do homem. Os pobres eram principalmente doentes, viúvas, órfãos, cegos, surdos-mudos, leprosos e deficientes físicos. Esses pobres viviam da caridade de religiosos, embora muitas pessoas fossem solidárias e os ajudassem oferecendo a eles casa e alimentos.

Em épocas mais recentes, a pobreza em que viviam os negros escravizados era fabricada pelos brancos e dominou a Terra por vários séculos e mesmo depois da abolição da escravatura, em todo o mundo, estes seus descendentes não puderam escapar de certos condicionamentos históricos, que os condenaram ao atraso e regimes de muita miséria, até mesmo nos dias atuais. Não por acaso, entre os mais pobres, a porcentagem de negros é maior do que a de brancos.

No período colonial os pobres constituíam uma camada social de impossibilitados e desclassificados, criados na indigência, sem condições suficientes de sobrevivência que foi se alargando, até o século XVIII predominantes como negros livres, mestiços, brancos

¹¹¹ A BÍBLIA sagrada: antigo e novo testamento. São Paulo: Centro Bíblico Católico, 1993.

sem trabalhos e/ou biscateiros, mendigos, bastardos e oriundos de núcleo familiar dirigido por mulheres sozinhas, que se amesquinham na sombra da caridade na cidade¹¹².

No século XIX, antes mesmos da abolição da escravatura, os escravos compravam o direito à liberdade com o próprio trabalho, o que tornava a entrada de negros no mundo dos homens livres, muito precária, e fazia perdurar o domínio senhorial. Sem recursos para pagar a liberdade, os escravos contraíam dívidas com terceiros, e os pagavam por intermédio de contratos de locação de serviços. Esses contratos significavam, em muitos casos, um prolongamento da exploração do trabalho, uma vez que os libertos ainda eram submetidos a condições similares à escravidão¹¹³.

Há uma produção capitalista da pobreza e da desigualdade, mas a pobreza nas sociedades pré-capitalistas também existiu. Isso aconteceu, quando ocorreu a exploração do homem pelo homem, muito antes de se formar sociedades de classe. Em sociedades primitivas, quando os homens produziram quantidades maiores de alimentos do que necessitavam para sobreviver, esse excedente tornou possível a exploração do homem pelo homem. Em ambientes bem antigos onde não se contavam com forças produtivas suficientes para formar excedentes, essa exploração não era muito comum, porque predominava a escassez de produtos necessários à sobrevivência. Rousseau (1712-1778) em seu discurso sobre a origem e fundamentos da desigualdade entre os homens, cita bases nas quais se afirma o processo gerador das desigualdades sociais e morais entre os homens¹¹⁴.

Na Europa pré-capitalista a pobreza não era considerada degradante, embora temida. De acordo com Andrade, os pobres compunham-se na “ordem natural”, divina, insondável do mundo. A sociedade mais abastada e a igreja se encarregavam de sustentar os pobres, através dos gestos de caridades e muitas casas de acolhimentos foram criadas para abrigar os pobres. Com o passar dos anos, e com o aumento do número deles,

¹¹² SOUZA, 1986 (apud SIQUEIRA, 2009).

¹¹³ TRUZ, Igor, Abolição – Alforriados, negros ainda foram explorados como escravos. **Agência USP de Notícias**. São Paulo. 28 fev. 2013. Disponível em: <educação.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/alforriados-negros-ainda-foram-explorados-como-escravos.htm>. Acesso em: 20 dez. 2019.

¹¹⁴ MACHADO, Geraldo Magela. Rousseau e a desigualdade entre os homens. **Navegando e Aprendendo**. InfoEscola. 2008. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/filosofia/rousseau-e-a-desigualdade-entre-os-homens>>. Acesso em: 12 dez. 2019.

passaram a considerá-los perigosos, perversos e criminosos e como praticantes da vadiagem eram punidos severamente por leis rígidas¹¹⁵.

Nas sociedades pré-capitalistas a pobreza era resultado da escassez de produção e não havia forças produtivas suficientemente desenvolvidas para produzir os bens necessários de forma excedente. Tudo o que se produzia era o essencial para atender às necessidades coletivas¹¹⁶.

Na Inglaterra, a partir do fim do século XV, o número dos pobres subiu muito quando várias famílias foram expulsas do campo e nas cidades, para onde se mudavam, não conseguiam trabalho. Como assinala Régis de Castro Andrada, a pobreza transformou-se em “opção de elementos refratários ao trabalho, e os pobres em classes perigosas. Na tradição liberal, embora produzida pela sociedade capitalista, a pobreza se explica pela natureza, ou pela índole individual”¹¹⁷.

A partir do século XVI, na Inglaterra, a caridade pública através das paróquias, foi acompanhada de legislação de combate à “vagabundagem”, como eram chamados os pobres. Thomas Robert Malthus escreve sobre o funcionamento global da sociedade e uma “história natural da pobreza”, ou seja, da história das “leis objetivas” que são: a depravação da natureza humana e a disparidade entre o crescimento geométrico da população e o crescimento aritmético da produção de alimentos. Para Malthus, a pobreza é o destino inevitável da espécie humana. Malthus defendia que era necessário acabar com a ajuda aos pobres, pois o conforto do pobre levaria à produção de mais pobres. Em 1834, foi aprovada a Lei dos Pobres, na Inglaterra, que proibia o auxílio aos indigentes¹¹⁸.

O inglês Adam Smith foi mais otimista. Ele defendia que a pobreza é a expressão do atraso econômico, uma condição indiretamente eliminável. Diz ele:

...é o crescimento da produção de todos os setores econômicos *Call the diferente arts* decorrente da divisão do trabalho, que produz, numa sociedade bem governada, essa opulência universal que se estende às camadas inferiores da população¹¹⁹.

¹¹⁵ ANDRADE, Castro Régis. Política e pobreza no Brasil, **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**. São Paulo, n. 19, nov. 1989. Disponível em: <www.scielo.br>sciolo>pid=S0102-64451989000400008>. Acesso em: 08 dez. 2019.

¹¹⁶ RUFINO, L. M. **A pobreza no contexto das sociedades capitalistas**. In: _____ II SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL TRABALHO e POLÍTICA SOCIAL, Florianópolis, 12 out. 2017. . RI UFSC, 2017. Disponível em: <repositório.ufsc.br>bitstream>handle.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2020.

¹¹⁷ ANDRADE, Castro Régis. Política e pobreza no Brasil, **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**. São Paulo, n. 19, nov. de 1989. Disponível em: <www.scielo.br>sciolo>pid=S0102-64451989000400008>. Acesso em: 08 dez. 2019.

¹¹⁸ Idem

¹¹⁹ Ibidem

A expressão “classes perigosas” parece ter surgido na primeira metade do século XIX. A escritora inglesa Mary Carpenter em estudo da década de 1840 sobre criminalidade e “infância culpada”, utiliza a expressão no sentido de um grupo social formado à margem da sociedade civil. Para a escritora inglesa, as classes perigosas eram formadas pelas pessoas que já tivessem passado pela prisão, ou as que, mesmo não tendo sido presas, haviam optado por obter o seu sustento e o de sua família através da prática de furtos e não de trabalho mal remunerado e, muitas vezes por condições degradantes¹²⁰.

Acreditamos que nenhuma pessoa seja pobre porque deseja. Ter privações na vida é natural. O que não é natural é ter privação material a ponto de se sentir isolada do mundo abastado, não é natural alimentar-se pouco e mal ou passar fome, sentir frio por falta de vestimentas adequadas, sentir dor por falta de assistência médica, numa sociedade que desperdiça recursos e mantém grupos privilegiados. Não é natural estar em luta constante contra esse monstro chamado pobreza. Para afastar esse monstro o melhor é tentar conhecê-lo bem, em todos os seus detalhes. Para isso vamos analisar melhor as causas profundas da pobreza histórica no nosso país.

3.2 A Pobreza no Brasil: uma construção social e histórica

Na formação da sociedade brasileira, desde o período colonial, a pobreza tem sido uma constante e é persistente até os dias atuais. Nesse sentido, é também ela produto da colonização europeia, uma vez que seria difícil enquadrar os povos que já habitavam estas terras, como pobres ou ricos.

Em diferentes contextos sociais, econômicos, políticos culturais e étnicos, a situação de pobreza no Brasil variou para mais ou para menos, mas podemos afirmar que a pobreza é uma realidade persistente e duradoura em nosso país. Está claro, que ela atinge muito mais os negros e mestiços do que aos brancos. Suas causas, portanto, parecem transcender questões conjunturais econômicas e para compreendê-la devemos considerar também os aspectos históricos das relações sociais e étnicas estabelecidas historicamente no Brasil.

Quando aqui chegaram os europeus, encontraram os nativos que se agrupavam conforme sua cultura e língua, vivendo em harmonia com a natureza na imensidão de terra,

¹²⁰ CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

onde podiam deslocar-se sem restrições de propriedade, sendo importunados apenas por outros grupos tribais que se diferenciavam muito pouco uns dos outros em termos de condições de vida material. O europeu, embora em menor número, provocou um grande acidente aos nativos, principalmente porque além de agressivos, queriam conquistar cada vez mais terras. Trouxeram doenças que os nativos não puderam combater e para dificultar mais a relação entre eles, queriam escravizá-los para realizar os trabalhos dos quais não necessitavam e que europeus não queriam realizar. Para os novos habitantes que aqui chegaram, os indígenas tinham uma vida inútil e ociosa e poderiam ser facilmente dominados, pois os mesmos não seriam organizados e não dispunham das armas com tecnologias mais avançadas¹²¹.

Os nativos do “Novo Mundo” passaram a sofrer pressões não apenas dos colonos, mas também dos evangelizadores jesuítas, franciscanos e carmelitas que buscavam a conversão dos indígenas ao cristianismo. O projeto dos jesuítas era salvar a alma dos índios pela conversão, ao preço da liberdade de seus corpos. Destacamos as palavras de RIBEIRO, “história faria prevalecer o plano oposto, obrigando os próprios evangelizadores a cumprir o projeto colonial através da guerra genocida contra todos os índios e da ação missionária, a seu pesar, etnocida”¹²².

A colonização foi tão maléfica para os nativos que há no cantor do indígena, Gonçalves Dias uma consciência dramática, senão trágica de que a colonização extinguiu populações inteiras de silvícolas.

I-Juca Pirama não é tão somente “aquele que deve morrer” quando vencido pela tribo inimiga. É também aquele que acabaria morrendo às mãos dos conquistadores brancos que vieram de além-mar. No “canto do Piaga”, um de seus primeiros “poemas americanos”, sobe ao primeiro plano a visão horrífica dos invasores que virão de repente “matar vossos bravos guerreiros” e “roubarvos a filha e a mulher”¹²³.

3.2.1 O processo de colonização e a pauperização dos nativos

Nos primeiros anos da chegada à costa brasileira, os portugueses não se interessaram, ou não puderam explorar de forma intensiva as terras das quais se apossavam. Em 1516, Portugal começou a comandar expedições guarda-costas para o

¹²¹ RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 3 ed. São Paulo: Global, 2015. 358p.

¹²² Idem.

¹²³ BOSI, Alfredo. **Cultura**. In: _____ A Construção Nacional 1830-1889: Rio de Janeiro: Objetiva, 2014, v. 2.

Brasil, para impedir que outros países europeus, fizessem a retirada de produtos do Brasil, especialmente o pau-brasil.

A partir de 1530, Portugal iniciou a exploração de vários produtos naturais do Brasil tais como: especiarias; ervas-medicinais, sementes, alguns animais e madeiras - o pau-brasil. O comércio era feito com os índios, na base de permuta por colares, pentes, machados e outros objetos.

As florestas litorâneas de pau-brasil se estendiam do Rio Grande do Norte ao Rio de Janeiro, onde ficam hoje, Pernambuco, Porto Seguro e Cabo Frio, que eram as regiões de maior concentração do produto. O pau-brasil só podia ser explorado com a autorização do rei de Portugal, que ficava com parte do lucro. No entanto outros países faziam contrabando do produto, principalmente a França. A extração do pau-brasil era predatória e quando as florestas diminuía, os exploradores passavam para outras regiões, deixando um rastro de destruição. Durante aproximadamente trinta anos, nenhum europeu se fixou no Brasil, não formaram aqui povoados, apenas construções fortificadas chamadas feitorias e em alguns pontos do litoral, para a defesa e armazenamento do pau-brasil ou de outras mercadorias naturais da terra¹²⁴. Se não havia produção econômica de fato, segundo os parâmetros mercantilistas da época, no que diz respeito à produção da pobreza junto às populações nativas, esta foi significativa. E o processo de colonização e ocupação da terra com a finalidade de exploração mercantilista e depois capitalista formadora de uma sociedade cujo modelo era autóctone e se constitui hoje num estado nacional independente, continuou a produzir o desequilíbrio ecológico, social e econômico que se mostrou um grande produtor de pobreza.

A chegada dos europeus à costa brasileira desestabilizou as comunidades indígenas desde seu contato inicial. Procuraram subjugar os nativos, fazendo-os realizar tarefas tais como: entrar pelas florestas para cortar as árvores do pau-brasil e transportá-las para os navios, capturar animais para serem levados para a Europa e realizar todo tipo de trabalho que fosse necessário. Os povos que aqui chegaram agiam de forma a perturbar o desenvolvimento, a cultura, as manifestações religiosas e até o idioma dos nativos. Foram capazes de recrutar milhares para a mão de obra servil e exterminar outros milhares.

Era muito comum, os nativos dar aos europeus em casamento, uma moça índia. Dessa forma esse europeu estabelecia laços de parentesco - cunhadismo - com todos os

¹²⁴ CARVALHO, Leandro. “Colonização do Brasil”; **Brasil Escola**. História do Brasil. Disponível em: <https://brailecola.uol.com.br/historiab/colonizacao-brasil.htm>. Acesso em: 22 de outubro de 2020.

membros desse grupo. O cunhadismo foi responsável por grande quantidade de mestiços no país. Os indígenas, na qualidade de parentes, passavam a prestar todos os tipos de serviços ao europeu. Como destacou RIBEIRO:

Como cada europeu posto na costa podia fazer muitíssimos desses casamentos, a instituição funcionava como uma forma vasta e eficaz de recrutamento de mão de obra para os trabalhos pesados de cortar paus-de-tintas, transportar e carregar para os navios, de caçar e amestrar papagaios e soíns. Mais tarde, serviu também para fazer prisioneiros de guerra que podiam ser resgatados a troco de mercadoria, em lugar do destino tradicional, que era ser comido ritualmente num festival de antropofagia¹²⁵.

Com o cunhadismo, surgiram vários povoados pela costa do Brasil, principalmente em pontos onde se localizavam naufragos e degredados, pois esses brancos com suas várias mulheres, filhos e filhas ficavam sempre em contatos amistosos com as aldeias, pois dependiam dos índios para suas sobrevivências. Nas palavras de RIBEIRO¹²⁶: “Viabilizava-se, porém, uma atividade altamente nociva, a economia mercantil, capaz de operar como agência civilizatória pela intermediação do escambo, trocando artigos europeus pelas mercadorias da terra”¹²⁷.

Europeus de vários núcleos nas costas do Brasil resgatavam índios e os vendiam aos ocupantes dos navios que estavam ancorados principalmente nas costas paulistas. Porto dos Escravos foi à designação de um famoso ancoradouro de navios na costa paulista. Ao longo das costas do Brasil formavam-se esses núcleos que com seus líderes conseguiam com facilidade vantagens com os indígenas.

Com o regime de donataria¹²⁸, Portugal concede terras brasileiras a senhores agregados ao trono, desde que esses agregados tivessem fortunas próprias para colonizar as terras. Esses senhores deveriam povoar as terras e fazê-las produzir. Tinha o donatário poder político, econômico e jurídico para melhor administrar sua gleba de trinta léguas. Com o sistema de donatarias, o cunhadismo foi perdendo força e o índio já não era mais tratado como parente e passava a ser mão de obra escrava.

¹²⁵ RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Global. 2015. 358p

¹²⁶ Idem.

¹²⁷ Ibidem.

¹²⁸ A donataria ou capitania corresponde a um território ultramarino entregue pelo rei a um particular (o capitão-donatário), geralmente pertencente à baixa nobreza, o qual tinha como principal obrigação, a promoção do povoamento e a exploração econômica do território. Disponível em: <<https://www.sohistoria.com.br>> dicionário>palavra>. Acesso em 14 fev. 2021.

O trabalho (naturalmente mais como *tripalium* do que como *poiesis*) ao longo da costa se tornava cada vez mais intenso. A população autóctone crescia. Dificuldades iam surgindo com a prosperidade crescente do empreendimento colonial. Umhas donatarias fracassando e outras progredindo. A coroa tentando controlar as donatarias que sobreviveram, implanta um Governo Geral, agora na forma de vilas, com pelourinho, contingentes militares armados e fortificados, trazendo ao Brasil numerosos povoadores. Nas palavras de RIBEIRO:

Uma verdadeira revolução econômica se dá é com o salto de múltipla roça indígena, que se cultivava, misturando dezenas de plantas, para a fazenda de monótonos canaviais açucareiros. Era o passo da fartura-fome para quem lavrava, porque ia deixado de cultivar o que se comia e usava, para produzir mercadoria¹²⁹.

O número de índios escravos aumentava cada vez mais e aumenta também o enfrentamento com os índios vizinhos, com o objetivo de aumentar a mão de obra servil. No relato de RIBEIRO percebemos a revolta dos indígenas:

Quando da chegada de Mem de Sá como governador, a situação era crítica na Bahia, assolada pela epidemia e pela fome (1563-4). Os índios, rebelados contra os colonos, se negavam a plantar, acoados em terras mais para o interior. Era ainda mais grave a situação da Guanabara, onde se consolidava a ocupação francesa, fortemente apoiada pelos índios¹³⁰.

Várias guerras cruéis contra os indígenas vizinhos ocorrem. Os vencedores eram agrupados nas diversas paróquias e entregues aos missionários e sob a direção dos jesuítas cumpriam as tarefas tais como: os índios desde a madrugada até ao anoitecer tinham horários determinados para trabalhar na roça, caçar e pescar, trabalhar na fiação e tecelagem, para ler, rezar e até para fornicar, pois a população caíra muito, por todos os motivos que já assinalamos e também porque, quando os colonos queriam escravizar os indígenas, eles procuravam pelos índios já pacificados, pois os mais selvagens passaram a viver bem mais distante, e os colonos teriam que fazer guerras com eles.

Grandes populações de índios foram dizimadas pelas doenças infecciosas trazidas pelos brancos. Entre essas doenças a varíola que em três meses, por volta de 1562 e 1563 provocou a morte de 30 mil índios e também negros, atingindo muito pouco os brancos que possuíam defesas contra a doença. A febre maligna e também as guerras contra os índios provocaram reduções expressivas na população indígena. Não só as doenças provocavam a redução do número de índios, assim também como a escravização dos mesmos, quando

¹²⁹ RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 3. Ed. São Paulo: Global. 2015. 358p.

¹³⁰ Idem.

foram induzidos a se deslocar para a Bahia. Dados de Anchieta em “Informação dos primeiros aldeamentos” registra que a população indígena dos arredores da Bahia, avaliada em 80 mil pessoas, se viu reduzida a menos de 10 mil¹³¹.

Em algumas capitanias existiam os índios livres, mas também um acentuado número de índios escravizados que, muitas vezes, com os negros faziam os trabalhos nas plantações e nos engenhos de açúcar.

Diferentes comunidades indígenas se agrupavam, para fazer guerras contra outros grupos de indígenas, às vezes se alinhavam com os brancos, para lutarem contra outras tribos ou contra outros brancos. Os Tupinambá lutavam juntos dos franceses contra os portugueses. O governador geral Mem de Sá quando recebeu o poder (1558) teve muita dificuldade para expulsar os franceses, pois os mesmos estavam aliados com índios Tupinamba para conquistar as terras dos portugueses. Nessa época, a peste, a guerra e a escravização se abateram sobre os Tupinambá vencendo-os. Vencidos os índios Aimoré e Tapuia, consolidam-se, daí por diante, na Bahia, Espírito Santo, São Vicente, Piratininga e suas extensões para o sul. Também em Pernambuco que, depois de liquidar a resistência dos Caeté e aliados, dos franceses na Paraíba e no Ceará, se imporia adentro, no Maranhão. Com os índios trasladados de uma capitania para outra, fugindo dos brancos, é que os jesuítas iriam encontrar mais índios para catequizar. Com uma população de 30 a 40 mil habitantes, na maioria mamelucos, as implantações da Bahia, Pernambuco, Espírito Santo e São Paulo prosperaram e cresceram. Outras decaíram, como Itamaracá que foi abandonada pelos portugueses por causa do ataque os índios aliados dos franceses, além de Ilhéus e Porto Seguro, que sucumbiram pelos ataques dos Aimoré.

Na capitania de São Paulo, os engenhos de açúcar não prosperaram muito, nem novas lavouras surgiram e as missões jesuíticas se desenvolveram pouco lá também. Mas, a associação dos mamelucos com índios livres e escravos foi forte na capitania de São Paulo. Esses se expandiam com a tarefa de capturar índios para o uso ou para venda¹³².

No Rio de Janeiro, depois da expulsão dos franceses, os portugueses viviam em paz com os índios Tupinambá, tinham até como escravos índios Tamoio vencidos. A Bahia era o maior núcleo português. Comunidades indígenas ajudavam na defesa da cidade de Salvador além de fornecer mantimentos aos brancos. Contavam com mais de trinta engenhos movidos por 3 ou 4 mil escravos negros e 8 mil índios. Os escravos negros

¹³¹ Ibidem.

¹³² RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 3. Ed. São Paulo: Global. 2015. 358p.

vinham aumentando cada vez mais. Em Pernambuco também, os dois grandes engenhos eram movidos por escravos negros. Os portos da baía de Pernambuco foram importantes portos para a entrada de escravos africanos. As cidades mantinham um sistema complexo de escambo de mão de obra, com os indígenas, para as vilas e para os engenhos, através de negociações que ficavam cada vez mais difíceis. Essas dificuldades foram fazendo com que os colonos desistissem dessa forma de trabalho do índio. A maioria dos índios desapareceu, uma parcela maior do que quantos foram incorporados nos estabelecimentos portugueses, porque havia bem perto o mato para reorganizar sua vida sertão adentro. No Nordeste açucareiro surgiu uma nova formação de brasileiros, composta originalmente por mamelucos ou brasilíndios, gerado pela mestiçagem de europeu com índios, que logo se desdobrou pela presença precoce e cada vez mais maciça de escravos africanos¹³³.

A escravidão indígena predominou ao longo do século XVI, quando a escravidão negra, no século XVII, começou a sobrepujá-la. Mesmo assim, os índios continuaram a existir em áreas pioneiras, como estoque de escravos baratos que realizavam trabalhos auxiliares e cada índio custava uma quinta parte do preço de um negro importado. O escravo indígena ainda continuou sendo muito usado nos trabalhos de caça e pesca, transporte de pessoas e cargas por água e terra, nos trabalhos artesanais e principalmente no cultivo dos gêneros alimentícios. Também é importante destacar que eles foram usados nas guerras onde podiam favorecer aos brancos.

Sendo os indígenas considerados súditos da Coroa portuguesa, escravizá-los era relativamente polêmico, mesmo assim isso ocorria desde 1540. A escravidão indígena foi proibida pela primeira vez em 20 de março de 1570 por meio da Carta Régia de 1570. De acordo a Lei, todos os índios eram livres, exceto que a Carta Régia instituiu a “Guerra Justa” e a escravidão voluntária. Falhas na Lei e a “vista grossa” das autoridades permitiram que a sujeição dos indígenas fosse prática recorrente até fins do século XVII¹³⁴. No caso de guerra justa era autorizado o aprisionamento do índio, a uma lei de alforria se seguia outra, autorizando o cativo como os leilões oficiais para a venda de índios, onde as taxas cobradas por índios vendidos eram usadas para custear obras públicas e até construções de igrejas. Até mesmo índios incorporados à colônia como os que eram recolhidos às missões foram acossados como citado por RIBEIRO:

¹³³ Idem.

¹³⁴ ESCRAVIDÃO Indígena no Brasil. **Sua Pesquisa com**. 19 jul. 2020. Disponível em: <sua-pesquisa.com/historiadobrasil/escravidao_indigena>. Acesso em: 19 fev. 2021.

...quando Mem de Sá autorizou uma guerra de vingança para escravizar os índios Caeté por haverem comido o bispo Fernando Sardinha. Os colonos, com base nessa ordem de vingança, caíram sobre as missões e dos 12 mil catecúmenos sobraram apenas mil, quando a ordem foi revogada¹³⁵.

Como temos relatado, de acordo com vários trabalhos de historiadores, o índio brasileiro teve uma vida de sofrimento na mão dos colonizadores, desde o primeiro século de colonização. A extraordinária redução no número de índios de praticamente todas as tribos e extermínio de outras é considerado um verdadeiro genocídio. Ao longo da colonização, sempre que uma tribo mais arredia era encontrada, os colonizadores faziam deles cativos para realizarem os trabalhos mais pesados, usando as índias para trabalhos agrícolas e domésticos e até mesmo para a gestação de crianças.

Era comum o arrendamento de índios, uma situação pior do que a dos escravizados que sendo comprados deveriam ser cuidados, por ser um capital humano que fora comprado por um bom dinheiro e não poderia perder o seu valor venal. O arrendado não sendo comprado e custando o preço do seu arrendamento, poderia dar mais lucro quanto mais trabalhasse e menos comesse. Isso levava a um desgaste sobrenatural e uma forma de genocídio que foi imposta a 1 milhão de índios¹³⁶.

Vários viajantes estrangeiros que passaram pelas terras brasileiras se dedicaram a exaltar a bela natureza dos trópicos. Citamos entre eles Theodore Taunay que escreveu em latim, com tradução para o francês a obra: *Idílios brasileiros*. Obra que exalta a paisagem exuberante da América portuguesa. Temos também a obra de Édouard Corbière de 1823 que escreve a imagem do indígena bom, nobre e honrado, que morre para não se submeter à escravidão¹³⁷.

A exploração e povoamento do Brasil se intensificaram a partir de 1532 por determinação do rei de Portugal, Dom João III, quando a expedição de Martin Afonso de Souza chegou ao Brasil e iniciou a exploração no litoral, onde é hoje São Paulo. Os portugueses começaram a exploração de minerais e vegetais e a distribuição de sesmarias – lotes de terras. No litoral paulista teve início o plantio de cana-de-açúcar e os primeiros engenhos foram construídos. Nessa época a cana-de-açúcar tinha grande valor financeiro na Europa. A produção de açúcar se tornou um negócio rentável para Portugal. Para trabalhar na produção do açúcar, a mão-de-obra escrava dos indígenas foi a primeira a ser

¹³⁵ RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Global, 2015. 358 p.

¹³⁶ Idem.

¹³⁷ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Cultura**. In: _____ Crise Colonial e Independência 1808-1830: Rio de Janeiro, 2014. v. 1.

usada e predominou ao longo do século XVI e só no século XVII a escravidão negra veio a sobrepujá-la, quando os portugueses passaram a traficar os africanos e escravizá-los com trabalho compulsório e violento. O tráfico negreiro se tornou junto com os engenhos de açúcar grande atrativo para os povos que exploravam as novas terras¹³⁸.

Mesmo com a escravidão de africanos ocorrendo em quantidades cada vez maiores, muitos indígenas subsistiram em várias áreas, como estoques de escravos baratos utilizáveis para funções auxiliares.

3.2.2 Colonização, pauperização e escravização de africanos

Com relação aos africanos, no início da colonização os que aqui chegaram vieram em condições de inferioridade, já como escravizados que deveriam servir aos brancos em todos os tipos de tarefas, sem nenhuma compensação financeira.

No Brasil colonial, a escravização do negro era vista como um grande negócio, pois com ela a agricultura prosperava em todos os aspectos e mais e mais africanos entravam no país para serem escravizados. Enquanto enriqueciam seus donos, a maioria dos negros vivia amontoado em senzalas, recebendo em troca basicamente a alimentação. As elites brasileiras perceberam que o comércio de escravos garantia altos ganhos financeiros, e o tráfico então, passou a ser muito importante no mercado brasileiro. O contrabando de africanos impulsionou muito bem esse mercado deixando ricos muitos comerciantes. Os traficantes de africanos vendiam para os atacadistas locais de escravos, e esses revendiam para os homens que chefiavam as caravanas e levavam pelo Brasil afora os negros. Os tropeiros, regatões, ou monçoneiros – chefes das caravanas – comercializavam os africanos e voltavam com os produtos da agricultura, pecuária e produtos artesanais, sempre lucrando, tanto com a venda dos africanos como com a venda dos produtos, que compravam no interior¹³⁹.

Os primeiros escravizados vindos de África chegaram à Capitania de Pernambuco entre 1.539 e 1.542 para trabalhar na cultura canavieira. Posteriormente eles passaram a realizar todos os tipos de trabalhos que os brancos não faziam. Foi a mão de obra servil africana, fornecida pelo tráfico de escravos, que tornou possível a extraordinária expansão

¹³⁸ RIBEIRO Darcy. **O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Global. 2015. 358 p.

¹³⁹ CALDEIRA, Jorge. **O Processo Econômico**. In: _____ Crise Colonial e Independência: 1808-1830. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. v. 1.

das fazendas de plantações de cana-de-açúcar, e posteriormente de algodão e café. Entre os anos de 1.576 e 1.600, desembarcaram de 40 mil a 50 mil africanos no país e entre 1.601 e 1.625 esse volume triplicou chegando a cerca de 150 mil. Até a segunda metade do século XVII estima-se que, 350 mil a 360 mil cativos tenham entrado no Brasil¹⁴⁰.

Em 1730, 100 mil pessoas foram trazidas de Angola para o Rio de Janeiro na condição de escravizados; em 1721, comerciantes de Salvador haviam trazido 80 mil escravos, da hoje Benin. Comerciantes de Salvador tiveram que ampliar os estaleiros e aumentar a frota para dar conta do tráfico, assim ao final do século XVIII estima-se que 1,4 milhão de escravos foram trazidos da África para o Brasil¹⁴¹.

Em Pernambuco e na Paraíba, a lavoura açucareira numa produção semi agrária e semi-industrial se ocupava do trabalho servil, que aumentava com o tráfico negreiro. Quando a produção açucareira sofreu um decréscimo, a exploração das jazidas de ouro e diamantes em Minas Gerais ocupou um ponto de destaque, levando para a parte mais central do país uma grande quantidade de mineradores, com uma legião maior ainda de escravos, fazendo com que o Rio de Janeiro se tornasse a base de apoio para o comércio dos minerais mineiros.

De acordo com as estimativas mais recentes, em todo o período de tráfico negreiro para o Brasil, desde meados do século XVI até os anos de 1850, chegaram ao país mais de 4,8 milhões de africanos: no primeiro quartel do século XIX (1801 – 1825), entraram 1.012.762 africanos; no segundo quartel (1826 – 1850), 1.041.964, e outros 6,8 mil vieram após a nova lei de proibição do tráfico de 1850. A aritmética dos dados revela que mais de 42% da importação de africanos para o Brasil em três séculos de tráfico negreiro aconteceu na primeira metade do século XIX¹⁴².

A importância econômica do Norte do país se deslocava também para a região mais ao sul, quando o terreno estava sendo preparado para um tipo de riqueza maior do que dos minerais e do açúcar: o café. Em 1770, plantações de café foram feitas no Rio de Janeiro e um pouco mais tarde em vários pontos de São Paulo¹⁴³.

A grande e diversificada produção brasileira e a ligação entre os centros comerciais mostra o desempenho econômico do Brasil no final do século XVIII e início do século XIX. A economia do país se sustentava no trabalho dos escravos, por isso o tráfico de

¹⁴⁰ MARQUES, Raquel de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. *Novos estudos*, CEBRAP n. 74. São Paulo mar. 2006. Disponível em: <www.scielo.br/scielo/a-dinamica-da-escravidao-no-brasil-resistencia-trafico-negreiro-e-alforrias-seculos-XVII-a-XIX>. Acesso em: 20 jan. 2020.

¹⁴¹ Idem

¹⁴² CHALHOUB, Sidney. **População e Sociedade**. In: _____ *A Constituição Nacional 1830-1889*: Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. v. 2.

¹⁴³ CENNI, Franco. **Italianos no Brasil** 3. ed. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

africanos aumentava cada vez mais. Cada capitania brasileira tinha seu próprio mercado, como já falamos, mas quase sempre trocando seus produtos por escravos, que era o produto mais rentável, pois eram os escravos que faziam todos os trabalhos, seja nas fazendas, nas minas e nos transportes de produtos nas diversas regiões do país. A expansão das culturas e principalmente de café aumentou exponencialmente a entrada de escravizados no país. Entre 1831 e 1845, cerca de 470 mil africanos desembarcaram aqui. De acordo com NEVES, entre 1841 e 1850, 83% de todos os africanos que saíram da África vieram para o Brasil¹⁴⁴.

Quanto à média anual de navios negreiros que desembarcaram negros no Brasil passou de 21 apenas em doze anos (entre 1796 e 1808), para 51 no período de 1808-1825, (nos dezessete anos seguintes) o que coincide com a vinda da família real para o Brasil. Existem registros de 279 traficantes operando entre 1811 e 1830, as 13 maiores empresas eram responsáveis por 42,1% do total de viagens que desembarcavam no Rio de Janeiro. Essa mesma concentração acontecia na Bahia. Os traficantes de negros acumularam grandes fortunas e eles se concentravam mais no Rio de Janeiro e em Salvador e suas fortunas eram maiores do que os agricultores que exportavam¹⁴⁵.

No Brasil, ao final do século XVIII e início do século XIX, o negro na condição de escravo servia ao branco, muito embora naquela época já existissem negros livres no país. Aqui existiam brancos ricos, pobres e remediados. Quanto aos negros e mestiços, esses eram pobres, oprimidos e explorados.

Entre os ricos estavam os brasileiros que possuíam propriedades rurais, os brancos portugueses, em sua maioria, eram comerciantes. Com o passar dos anos, muitos ricos fazendeiros perdiam o posto de mais ricos para os comerciantes e traficantes de escravos. As fortunas dos agricultores que exportavam, eram menores que a dos traficantes de escravos. As grandes fortunas no Brasil Colonial foram dependentes dos negros, ou porque serviram eles como mercadorias ou pelo seu trabalho. Foram eles os responsáveis por todo tipo de trabalho na agricultura, nos engenhos, na criação de gados ou nas minas de ouro e diamantes. Em 1808, com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, vieram também várias famílias aristocratas portuguesas, e aqui, atuaram como comerciantes.

¹⁴⁴ NEVES, Daniel Silva. Como ficou a vida dos escravos após a Lei Áurea? **Brasil Escola**. São Paulo. Disponível em: <brasilescola.uol.com.br/historiab/como-ficou-vida-dos-ex-escravos-apos-lei-aurea.htm>. Acesso 04 mai. 2020.

¹⁴⁵ CALDEIRA, J. **O Processo Econômico**. In: _____ Crise Colonial e Independência 1808-1839: Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. v. 1.

Com a independência do Brasil, uma hierarquia social se formou tendo ao alto, grandes proprietários rurais e grandes negociantes, logo abaixo os negociantes menos abastados, os altos funcionários do Estado, as patentes mais elevada das Forças Armadas e os profissionais liberais renomados. Logo abaixo estavam os brancos pequenos comerciantes, contadores, oficiais do Exército e Marinha, boticários, despachantes, o que correspondia à classe média. Numa posição mais inferior se destacavam “os mecânicos, mestres de obras, ourives, marceneiros, seleiros e os que faziam os diferentes trabalhos manuais. Os brancos pobres ocupavam a base dessa classificação e viviam de biscates e caridade e competiam com os escravos nos piores trabalhos” Os negros (africanos ou crioulos) livres ou escravos, assim como os mestiços pobres formavam uma classe à parte, eram todos pobres. Havia mestiços em todas as classes sociais, inclusive nas elites¹⁴⁶.

No início do século XX, a tese do branqueamento teve grande repercussão no Brasil, entre intelectuais como o médico João Baptista Lacerda. Esta tese defendia um padrão genético superior para a raça humana. Ela vigorou em várias partes do mundo como “teses eugenistas”, onde o homem branco europeu tinha o padrão da melhor saúde, da maior beleza, a maior competência e civilidade quando comparado com outros humanos como os das raças amarela (asiáticos), negros (africanos) e vermelhos (indígenas). Alguns brasileiros incorporando essa tese da eugenia como a “tese do branqueamento”, necessária para o Brasil, visto que, dada a realidade do processo de miscigenação na história brasileira, os descendentes de negros ficariam progressivamente mais brancos a cada nova prole gerada, ou nova geração, por conta da sobreposição dos traços da raça branca sobre outras, como a negra e a indígena. Nas palavras de Lacerda: “A população mista do Brasil deverá ter, pois, no intervalo de um século, um aspecto bem diferente do atual. As correntes imigratórias europeias, aumentando a cada dia mais os elementos brancos desta população, acabarão, depois de certo tempo, por sufocar os elementos nos quais poderia persistir ainda alguns traços do negro”¹⁴⁷. O “neocolonialismo” é uma tese racista que foi apoiada por alguns intelectuais brasileiros e só foi desacreditada após a Segunda Guerra Mundial¹⁴⁸.

¹⁴⁶ COSTA e SILVA, Alberto. **População e Sociedade**: I: _____ Crise Colonial e Independência 1808-1830: Rio de Janeiro: Objetiva, 2014, v. 1.

¹⁴⁷ FERNANDES, Cláudio. Tese do Branqueamento. **Mundo Educação. Revista Eletrônica**. Disponível em: <mondoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/tese-branqueamento.htm> Acesso em 14 de mai. 2021.

¹⁴⁸ Idem.

Com a abolição da escravidão em maio de 1888, importantes debates ocorreram na Câmara dos Deputados do Império do Brasil. Os deputados estavam preocupados com as consequências da abolição e como o trabalho remunerado poderia ser organizado, o que não existia até aquela época. Um dos assuntos em pauta era um projeto de lei sobre a repressão à ociosidade, pois até então, os proprietários de escravos eram os responsáveis pelos seus escravos.

No Brasil, a Lei da Abolição não foi suficiente para elaborar um plano para a integração do liberto e após a abolição, os libertos não dependiam mais dos seus senhores e não existia até então, nenhum projeto habitacional para os mesmos, assim também como nenhum projeto social, político e nem salarial. Com a abolição da escravidão, a desigualdade entre negros e brancos continuou e até hoje ela perdura em nosso país. O que prevaleceu foi à exclusão, deixando os negros em uma condição de sub cidadania. A vida dos negros continuou sendo difícil, principalmente pelo fato de que um grande preconceito existia na sociedade e continua a existir e não houve nenhuma medida para integrá-los econômica e socialmente.

Muitos libertos não continuaram nas fazendas onde viviam como escravos, nem tiveram opção de cultivar a terra por conta própria, em razão da Lei de Terras¹⁴⁹, muitos mudaram para as cidades, onde tiveram dificuldades de encontrar trabalho. Perambulando pelas cidades começaram a sofrer com a repressão e foram taxados de vadiagem e

¹⁴⁹ A Lei de Terras de 1850 não causou impacto imediato. “A partir dessa lei a terra só poderia ser adquirida através da compra, não sendo permitidas novas concessões de sesmarias, tampouco a ocupação por posse, com exceção as terras localizadas a dez léguas do limite do território. Seria permitida a venda de todas as terras devolutas. Eram consideradas terras devolutas as que não estavam sob os cuidados do poder público em todas as suas instâncias (nacional, provincial ou municipal) e aquelas que não pertenciam a nenhum particular, sejam estas concedidas por sesmarias ou ocupadas por posse. No período colonial, o termo “terra devoluta” era empregado para designar a terra cujo concessionário não cumpria as condições impostas para sua utilização, o que ocasionava a sua devolução para quem a concedeu: a Coroa. Condições impostas, terras ocupadas e cultivadas. No caso da posse, seriam regularizadas todas as terras cultivadas ou com algum princípio de cultura e que constituíssem a morada habitual do posseiro. Era necessário demarcar e medir suas terras, em prazo a ser fixado. No caso de não cumprimento dessas determinações, a legitimação da posse não seria efetuada. O posseiro apenas recebia o título da posse, porém não se tornava o proprietário. Se houvesse posses localizadas no interior ou nas limitações de alguma sesmaria, seria reconhecido como proprietário aquele que realizou as benfeitorias. No que diz respeito à imigração, a lei determinava a permissão de venda de terras aos estrangeiros e, caso houvesse interesse, estes poderiam se naturalizar. Mas, as terras eram vendidas por um preço relativamente alto, dificultando a aquisição por parte dos colonos. A lei de Terras tentou corrigir os erros cometidos pelo Brasil durante o período colonial (nas concessões de sesmarias) e início da independência até sua promulgação (o crescimento do número de posseiros) e, dentro das possibilidades, promover a imigração a fim de substituir o trabalho escravo. A Lei de Terras de 1850 é significativa no que se refere à ocupação da terra no Brasil, pois a partir dela a terra deixou de ser apenas um privilégio e passou a ser encarada como uma mercadoria capaz de gerar lucros. A Lei de Terras passou por processos de regulamentação”. CAVALCANTE, J. L. Lei de Terras de 1850. *Histórica*. Revista Eletrônica Ed. 2. 2005. Disponível em: <historica.arquivoestado.sp.gov.br/materiais/anteriores/edição02/materia02> Acesso em 14 de mai. 2021.

vagabundagem, principalmente aqueles mais combativos ainda quando escravos, que não se rendiam às condições impostas pelos grandes proprietários.

É naquela expressão “classe perigosa” da escritora inglesa Carpenter, mais a expressão “malfeitores” das ruas de Paris citados por M. A. Frégier – alto funcionário da polícia de Paris – que os deputados brasileiros irão encontrar inspirações para as discussões sobre a questão do trabalho, da ociosidade e da criminalidade na sociedade brasileira. Para os deputados, aquele que não consegue trabalho não consegue acumular, vive na pobreza. Para os deputados, a ociosidade é um vício e ao pobre falta a virtude do trabalho. Quando da abolição da escravatura, a Câmara concluía erroneamente que na expressão “classes pobres e viciosas”, ser pobre e ser vicioso significam a mesma coisa, portanto, para eles os pobres carregam vícios, os vícios produzem os malfeitores, os malfeitores são perigosos. Daí surge: as classes pobres – classes perigosas¹⁵⁰.

A conclusão de que a classe pobre é perigosa, teve e tem consequências para a história de nosso país. Os negros libertos carregaram preconceitos por terem sido negros, escravos e pobres. O indivíduo negro e pobre carregou e carrega até os dias de hoje, preconceito de boa parte da sociedade e é quase sempre considerado suspeito pela polícia. Quando da abolição da escravidão, os negros não estariam mais sob a responsabilidade de seus senhores, e os seus senhores não poderiam exercer sob eles nenhum tipo de poder seja através de violência física ou de intimidação. Os libertos então foram abandonados, jogados na pobreza absoluta. Para mantê-los ligados ao trabalho, de onde tirariam os seus sustentos, o poder público e suas instituições de controle deveriam assumir as responsabilidades pela ordem e conseqüentemente, pelo negro, concluiu a Câmara. A repressão à ociosidade passou a ser defendida pelos deputados, que atribuíram o “fato” de o liberto ser possuidor de “todos os vícios” ao seu “antigo estado”, e pela própria “natureza” do negro. A Lei Áurea não poderia abolir esses vícios, pois os mesmos seriam da natureza do cativo¹⁵¹. Por todas essas expressões não é difícil entender o porquê das teorias racistas, de tanto preconceito e violência contra os negros, e porque os negros formam a maioria dos pobres até os dias atuais. Ideias vagas, suposições e conclusões sem fundamentos porque não existem dados que possam fundamentar a afirmativa, fazem história da pior qualidade.

¹⁵⁰ CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

¹⁵¹ Idem

3.2.3 Pobreza e política imigratória para o Brasil

Ao longo do século XIX a política imigratória do Brasil usou três modalidades: a política de núcleos coloniais que era financiada pelo governo imperial com distribuição de lotes que deveriam ser explorados pelo trabalho familiar; a política de colônias de parceria, financiada por particulares, com ônus para os imigrantes; e por último a política de subvenção que ficava sob a responsabilidade dos governos das províncias e imperial, que subsidiava parcialmente os custos da vinda dos estrangeiros. Em 1879, a Lei que tinha como objetivos estabelecer o marco legal das relações de trabalho livre, buscou obter os três objetivos: a locação de serviços propriamente ditos; a parceria agrícola; a parceria pecuária. Com essa lei a partir de 1880, ocorreu uma grande entrada de imigrantes no país, sobretudo para atender à demanda de mão de obra da lavoura cafeeira¹⁵².

Na primeira metade do século XIX, houve vários projetos de colonização no Brasil, que se restringiam ao Sul e Sudeste do país. Entre 1822 e 1850, apenas 15 mil europeus emigraram para o Brasil. E muito pouco se utilizava da mão de obra desses europeus na cafeeicultura. Depois de 1850, outras colônias foram criadas pelo governo imperial, pelos governos provinciais, por empresas particulares e indivíduos, usando a mão de obra desses também com números reduzidos. Mas, na segunda metade do século XIX, houve um fluxo constante de emigrantes vindos do centro e norte de Portugal, da Madeira e dos Açores. Por mais de trinta anos, entre 1855 e 1887, entraram no Brasil de quatro mil a 10 mil emigrantes ao ano. Os portugueses se estabeleceram principalmente no Rio de Janeiro, onde formaram “o outro Portugal”, e em outras cidades como Salvador, Recife e Belém.

A tentativa do governo brasileiro de importação de mão de obra de asiáticos não foi bem sucedida e poucos chineses vieram para o Brasil. Em fins da década de 1870, até mesmo os abolicionistas se opuseram à imigração asiática denunciando a iminência de uma nova escravidão, na qual chineses substituiriam os negros no trabalho desumano nas lavouras. Os positivistas, por sua vez, argumentavam pela incompatibilidade entre as civilizações do Ocidente e Oriente, que poderia levar a um choque cultural perigoso para uma nação ainda em “construção”. O nítido componente racista nos argumentos dos conservadores considerava os chineses “pestilento fluido emanado da podre civilização da

¹⁵² PAULA, J. A. de. **O Processo Econômico**. In: _____ A Construção Nacional 1830-1889: Rio de Janeiro: Objetiva, 2014, v. 2.

china”, “uma raça atrofiada e corrupta”, “bastardizada e depravada”¹⁵³. As políticas de imigração orientadas por esta visão incentivaram, sobretudo a imigração europeia, vencendo o argumento de que o Brasil necessitaria da imigração europeia, muito mais por matizes culturais e civilizatórios do que apenas como mão de obra, apoiando a todas as diretrizes que facilitassem a vida do imigrante europeu no Brasil. Assim, a imigração da Europa aumentou nos anos de 1870 para 15 a 20 mil por ano, sendo: 30% de portugueses, 25% italianos e 8% alemães, como destacou BETHELL¹⁵⁴.

A Itália passava por um grande aumento demográfico, com falta de emprego e terras. Isso facilitou a vinda de italianos para o Brasil. Já em 1880, um grande número de italianos desembarcou no país. Entre 1885 e 1886, dos 35 mil imigrantes, 20 mil eram italianos; em 1887, dos 55 mil imigrantes, 40 mil eram italianos; em 1888, dos 135 mil imigrantes, 105 mil eram italianos. Chegaram também portugueses, espanhóis, alemães e franceses. A grande maioria dos imigrantes, 60% em 1888 e 1889, e quase todos os italianos foram para São Paulo, que desde 1884 estava subsidiando as passagens dos imigrantes. O censo de 1890 mostrou 22% de estrangeiros na população de São Paulo, a maior parte, italianos¹⁵⁵.

Nativos, imigrantes pobres, europeus, africanos e asiáticos de culturas e hábitos diferentes, passaram a conviver entre si nesse mundo chamado Brasil, de novos donos de terras ou de indústrias, novos patrões e deveriam exercer novas atividades para sobreviverem. A Europa se industrializava, e desde a passagem do sistema de produção feudal para o de produção capitalista, crescia a mão de obra não utilizada na Europa. Mas será que o Brasil, nessa mesma época, necessitava de mão de obra europeia, uma vez que já estaria em vias de abolir a escravidão e sobraria muitas pessoas aptas para o trabalho, no caso os milhares de libertos? Não seria essa imigração maciça, uma manifestação racista contra a população negra que ocupava toda a extensão do Brasil?

Essas famílias estrangeiras dirigiram-se para o Brasil em virtude do quadro de atração de mão de obra para o país, atitude tomada pelo governo imperial após a abolição dos escravos com o intuito de não deixar faltar trabalhadores, sobretudo em São Paulo,

¹⁵³ LIMA, Sílvio Cezar de Souza. Imigração Chinesa: Os filhos do império celeste: a imigração chinesa e sua incorporação à nacionalidade brasileira. **Rede da Memória Virtual Brasileira**. Biblioteca Nacional. Disponível em <<https://bndigital.bn.gov.br/dossies/rede-da-memoria-virtual-brasileira/alteridades/imigracao-chinesa/>> Acesso em 15 de mai. 2021.

¹⁵⁴ BETHELL, Leslie. **O Brasil no Mundo**. (Trad. Denise Bottmann). In: _____ A Construção Nacional 1830-1889: Rio de Janeiro: Objetivo, 2014, v. 2.

¹⁵⁵ Idem.

onde a multiplicação de cafezais, a partir de 1870, exigia¹⁵⁶. Já era desejo de alguns liberais do Império trazer pequenos proprietários para povoar as regiões sulinas do país e sustar a cobiça dos vizinhos platinos pela região, e o desejo dos grandes fazendeiros de manter uma política agrária calcada na grande propriedade e na agricultura de exportação, e para isso, havia a necessidade de farta mão de obra ou pela entrada maciça de escravos ou por imigrantes pobres, cujo destino seria substituir os primeiros nas plantações e não tornar-se pequenos proprietários¹⁵⁷.

A imigração foi intensa de 1830 a 1930. Nos primeiros cinquenta anos, os imigrantes foram obrigados a exercerem as atividades que encontravam, pois precisavam sobreviver. Muitos passaram a exercer atividades nos campos, encontramos também imigrantes que permaneceram nas cidades. No Sul do país, o traslado de camponeses foi voltado para a ocupação e o povoamento de extensas regiões, onde os imigrantes não encontraram facilidades; tinham de descampar e construir suas moradas antes de começar a plantar.

Muitos imigrantes tinham como objetivo se enriquecerem e retornarem aos seus países de origem, desses, os portugueses formava a maioria. Muitos voltaram, mas poucos enriqueceram. Outros imigrantes já vieram com objetivos de aqui permanecerem, formarem e sustentarem suas famílias com seus trabalhos.

Os imigrantes se deslocavam para as mais variadas províncias do país. Famílias polonesas chegaram ao Paraná em 1890, vários alemães também foram para o sul do Brasil. Várias famílias italianas desembarcaram em São Paulo. A partir de 1886 e até 1920 mais de 2,5 milhões de imigrantes italianos trabalhavam nas plantações de café¹⁵⁸.

Nos últimos cinquenta anos de imigração, a política imigratória já era clara e já existia um contrato que deveria ser assinado pelos imigrantes. Esses contratos no entanto favoreciam os grandes fazendeiros e deixavam os imigrantes dependentes daqueles.

Os cafeicultores paulistas precisavam de mão de obra barata e em grande número, que substituísse a mão de obra escrava e receberam um grande número de imigrantes. Nas regiões paulistas, mesmo com desejos de possuírem terras, os imigrantes italianos, espanhóis, portugueses e japoneses encontraram outro panorama bem diferente do que os imigrantes que se deslocaram para o Sul. Esses se deslocavam para o campo, onde já

¹⁵⁶ NOVAIS, F. A. (coord). **República: da Belle Époque à Era do Rádio**. In: _____ História da vida privada no Brasil. Rio de Janeiro: Companhia da Letras, 1998, v. 3. 218 p.

¹⁵⁷ Idem.

¹⁵⁸ Ibidem.

encontravam as moradias prontas e muitas vezes as lavouras de café já com produção. Nessas fazendas eles deveriam trabalhar sob a fiscalização de fazendeiros¹⁵⁹.

Vários imigrantes tiveram êxito nos locais onde viveram e construíram suas famílias. No Rio de Janeiro, os portugueses dominaram os negócios de atacado e varejo. Quando era possível, alguns mudavam de profissão. Os que não obtiveram sucesso no campo se mudavam para as cidades, onde viviam se escondendo dos parentes e amigos para não demonstrar que haviam fracassado nos seus objetivos iniciais. Não é errôneo afirmar que uns tantos imigrantes conseguiram se enriquecer, mas muitos não tiveram oportunidades e passaram a formar com os negros libertos a classe dos pobres brasileiros.

3.3 A produção econômica da pobreza no Brasil

O país passou por várias modificações, teve que se organizar administrativamente, usando modelos que foram importados de Portugal. Lentamente as adaptações ocorriam. Não era fácil familiarizar-se com tantas novidades e o governo se viu às voltas com problemas gerados por diferenças de culturas, principalmente dos grupos de indígenas e negros. As manifestações religiosas dos africanos incomodavam muito aos europeus. No relato de SCHWARCZ, o príncipe regente precisou ordenar ao governador de Minas Gerais que iniciasse uma guerra ofensiva aos “índios antropófagos botocudos”¹⁶⁰. Essa ordem dada pelo príncipe regente já é uma amostra do desejo de que os Botocudo desaparecessem das novas terras.

Em Pernambuco e na Paraíba, a lavoura açucareira numa produção semi agrária e semi-industrial se ocupava do trabalho servil, que aumentava com o tráfico negreiro se expandiu grandemente, em todo o século XVIII e na entrada do século XIX várias caravanas dos tropeiros já alcançavam pontos distantes tanto no oeste, como na região central do país.

No Sul do país, entre os produtos do mercado interno podiam ser encontrados no Rio Grande do Sul trigo, charque, couro, graxas, navios, sebo, vela. Santa Catarina e Paraná forneciam mulas e gado gaúcho, óleo de baleia e erva-mate.

¹⁵⁹ CALDEIRA, J. **O Processo Econômico**. In: _____ Crise Colonial e Independência 1808-1839: Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. v. 1.

¹⁶⁰ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Cultura**. In: _____ Crise Colonial e Independência 1808-1830: Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. v.1 .

A ocupação econômica do extremo sul do país foi descontínua e foi voltada pelo mercado interno do país, desde o século XVIII até o século XIX, com a presença restrita da escravidão, sem grandes propriedades rurais e com sucessivas chegadas de imigrantes principalmente europeus. No Sul do Brasil, foram menores historicamente as desigualdades de renda e riquezas, mantendo a região nível médio de qualidade de vida superior ao de outras regiões brasileira, mesmo prevalecendo a concentração absoluta de renda e da riqueza. Vale destacar que o Rio Grande do Sul se desponta na produção de alimentos como arroz, trigo, milho e carne e essa economia regional voltada pela pecuária, foi realizada pela presença do trabalho familiar, mas deixando de fora as grandes estâncias que eram voltadas para a pecuária, como assinala João Antônio de Paula¹⁶¹.

No Rio Grande do Sul, a pecuária atendia às necessidades do próprio estado, de Santa Catarina e Paraná, no que diz respeito ao couro e charque. No século XIX, com a chegada dos imigrantes alemães, italianos e eslavos, a ocupação da região sofreu uma mudança e os novos habitantes iniciaram um povoamento ligado às atividades agrícolas que eram realizadas em pequenas e médias propriedades de cultivos de subsistências. Foram introduzidas novas culturas como o trigo e a uva. O clima do Sul, mais parecido com o da Europa e que não era favorável às lavouras tropicais, reduziu a presença de latifúndios¹⁶².

No século XIX, pelo seu comércio, a cidade de Rio Grande se despontou como uma das principais localidades da Província do Rio Grande do Sul. O progresso econômico de Rio Grande foi uma das razões da evolução urbana e do crescimento demográfico que se efetivou, naquele século, decorrentes de sua condição privilegiada de cidade marítima. O crescimento comercial da localidade deveu-se a existência da barra e de seu porto. Com o aumento das relações comerciais começa a nascer um grupo de burgueses de classe média que mais tarde seriam responsáveis pelo surgimento das indústrias de grande porte. Esses homens tiveram a iniciativa de operar as primeiras barcas a vapor que faziam as viagens entre os portos do Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre, e até para a Europa. Esse progresso econômico foi uma das razões da evolução urbana e do crescimento demográfico que se efetivou naquele momento. Na cidade de Rio Grande, a fileira principal de casas ocorria em direção leste oeste, por trás dessa fileira de casas que era realmente bonita e graciosa,

¹⁶¹ PAULA, J. A. de. **O Processo Econômico**. In: _____ A Construção Nacional 1830-1889. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. v.2.

¹⁶² SILVA, Júlio César Lázaro da. História da Economia da Região Sul. **Brasil Escola**. São Paulo. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/brasil/historia-economia-regiao-sul.htm>>. Acesso em 29 mar. 2020.

existia uma rua de cabanas pequeninas e baixas, feitas de barro e cobertas de palhas, habitações das classes mais baixas¹⁶³.

Dos imigrantes europeus que se deslocam para o Rio Grande do Sul, os alemães têm em sua maioria, o destino certo: o Vale dos Sinos para a fundação de colônias agrícolas. Com o mesmo propósito os italianos povoam a Zona da Serra gaúcha. Aqueles que permanecem na cidade do Rio Grande, junto à população portuguesa, influem definitivamente na economia local, contribuindo no setor comercial e industrial¹⁶⁴.

Na tese de DELLA CRUZ, encontramos destaque para os imigrantes alemães e italianos como responsáveis pela melhoria econômica do Rio Grande do Sul, o que relatamos a seguir: É o comerciante alemão o responsável pelas mudanças estruturais do Rio Grande do Sul, não só pela indústria que se desenvolve com os recursos advindos do comércio, como também pelas empresas de navegação, bancos e loteamentos, principalmente na capital. Aos italianos, chegados depois de 1875, que encontraram uma rede de comercialização já montada pelos alemães, cabe desenvolver a especialização de um artigo na zona colonial, a produção de vinho¹⁶⁵. Existiu uma diferença de recepção entre os imigrantes italianos que chegavam ao Sul dos que chegavam a São Paulo, como bem assinala CENNI:

Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná tinham recebido verdadeiros colonos, isto é, imigrantes que entravam imediatamente na posse de terras e passavam a ser pequenos proprietários rurais, gozando de favores especiais e vivendo sob um regime que nada tinha de latifundiário.[...] Em São Paulo, a imigração processou-se de maneira inteiramente diferente, pois, como vimos, não houve colonização, a princípio, mas simples importação de braços para substituir o mais depressa, e de qualquer forma, o braço escravo. “Fornecer braços à lavoura” era o que se lia nos jornais daquele tempo e o que pediam a todo instante os deputados na Assembleia Estadual. Formou-se assim, inicialmente, em São Paulo, um proletariado rural ambulante que, sendo simplesmente assalariado, mudava de patrão com grande facilidade¹⁶⁶.

Em Rio Grande, a construção da via férrea Rio Grande - Bagé e a construção do Cais do Porto Velho, no século XIX, assim como várias reformas e melhorias como a limpeza e o asseio público, proporcionaram que várias indústrias se estabelecessem no Rio Grande e levassem a criação de vários empregos e de mão de obra de imigrantes. A prosperidade trazida pela intensificação do comércio, construções sólidas e de bom gosto de residências, facilitou a instalação de importantes indústrias em Rio Grande, ainda

¹⁶³ DELLA CRUZ, Gisele, Thiel. **As misérias da cidade: População, Saúde e Doença em Rio Grande no Final do Século XIX**. 1998. 172 f. Dissertação (Mestrado em História das Populações)-Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1998.

¹⁶⁴ Idem.

¹⁶⁵ Ibidem.

¹⁶⁶ CENNI, Franco. **Italianos no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003. p.230.

naquele século. Muitos operários estrangeiros se deslocaram para o Rio Grande para trabalhar nas fábricas, mas o estilo de vida desses operários nem sempre era digno e salubre. Passam a viver em aglomerados anti-higiênicos, os cortiços, vigiados pelos donos das fábricas e autoridades, mal pagos e subalimentados, ao contrário da burguesia que residia em casas com todo conforto e luxo inclusive seguindo a moda europeia e usando mercadorias importadas, e frequentando clubes e teatros. Sem nenhuma dignidade, os trabalhadores são oprimidos e tratados com indiferença e qualquer transgressão é traduzida como indisciplina, que pode levar a descontos nos seus salários.

Os ambientes das fábricas são tão insalubres como dos cortiços. Pobres e imigrantes que resolvem fixar-se na cidade procuram os cortiços para morarem. Esses lugares eram vistos pelas autoridades como pontos de contaminações, lugares pestilentos e de maus hábitos. Nesses lugares as pessoas, sujeitas à pobreza, são vistas como desviantes e praticantes de costumes imorais e desregrados, transgressoras e agitadoras, transmissoras de moléstias, taxadas como “classes perigosas”. Muitas doenças chegam a atacar esses trabalhadores como anemia e tuberculose.

Com o fim da escravidão, o índice da miséria da população negra é muito grande, levando a várias doenças nos libertos. Esses libertos sem locais para morarem, passam a viver também nos cortiços¹⁶⁷.

Os pobres ofereciam também perigo de contágio. Por um lado, o próprio perigo social representado pelos pobres, aparecia no imaginário político brasileiro de fins do século XIX através da metáfora da doença contagiosa: as classes perigosas continuariam a se reproduzir enquanto as crianças pobres permanecessem expostas aos vícios de seus pais¹⁶⁸.

Em meados do século XIX, nas cidades, a riqueza e o luxo, em oposição à pobreza e a miséria e as diferenças da vida burguesa e da vida proletária passaram a fazer parte dos pensamentos dos habitantes. Várias discussões faziam parte das conversas sobre a vida nas cidades, sobre o aumento da população, das indústrias e sobre insalubridade de partes da cidade. Como acontecia na Europa, também aqui no Brasil, epidemias aconteciam e provocavam várias mortes. Os ataques à indigência e aos mais pobres ficaram mais constantes. O pobre, sua vida, sua habitação, seus hábitos a sujeira das cidades foram considerados focos de doenças. A necessidade de trabalhar a higienização dos lugares e das

¹⁶⁷ DELLA CRUZ, Gisele, Thiel. **As misérias da cidade: População, Saúde e Doença em Rio Grande no Final do Século XIX**. 1998. 172 f. Dissertação (Mestrado em História das Populações)-Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1998.

¹⁶⁸ CHAHOUB, S. **A cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras. 1996.

pessoas eram temas das autoridades. Entre as ações que foram realizadas, destacamos a abertura de avenidas, o alargamento das ruas para arejar a cidade, a demolição de cortiços e o ataque à indigência, assim como foi feito no Rio de Janeiro.

O pobre passa a ser visto como perigo, e a partir dessa época se divide o espaço urbano em espaços pobres e ricos. A pobreza passa a ser uma ameaça física e moral¹⁶⁹. Estaria a ação pública realmente preocupada com a situação da melhoria de vida dos mais pobres? Não seriam essas intervenções relacionadas às ideologias raciais que existiam de forma marcante no século XIX? Não estariam os brancos abastados preocupados com as contaminações que poderiam chegar até eles com doenças que eram mortais para a população negra e pobre?

Para além do centro-sul do país, quando se adentra para o centro oeste, encontramos no Mato Grosso pessoas livres e pobres que eram indispensáveis nas fazendas e nas usinas da região. Essa classe de nível social inferior era formada por agregados, camaradas e os que não pertenciam a nenhum dos dois grupos, senhores ou escravos, embora vivessem igualmente desprovidos de nenhum pertence, como os modestos ribeirinhos. Conflitos aconteciam entre livres e pobres e as autoridades das províncias, isso porque as elites tentavam impor disciplinas a estes chamados pobres. Tentavam também “civilizá-los” usando o mecanismo de recrutamento militar. Entre os componentes desse grupo de pobres nem todos eram vadios, criminosos e perniciosos a qualquer ordem pública e muitos até mantivessem uma ocupação. Outro termo que aparece no Mato Grosso é “desvalido”. Era usado para designar crianças pobres e também presos pobres. O desvalido era um desprotegido, um desamparado, um abandonado que precisava de auxílio de outra pessoa ou ajuda do Estado. Uma criança desvalida não conseguia frequentar escola, por não ter como se manter com materiais escolares, precisava da ajuda do Estado, assim também como um preso desvalido, que precisava do Estado para alimentá-lo¹⁷⁰.

Nas regiões de Goiás, a pecuária substituíra a riqueza quando ocorreu a queda da produção de metais. Após 1770, os monçoneiros – figuras que chefiavam caravanas fluviais que abasteciam as minas de ouro - desapareceram e deram lugar aos tropeiros, que

¹⁶⁹ DELLA CRUZ, Gisele, Thiel. **As misérias da cidade: População, Saúde e Doença em Rio Grande no Final do Século XIX. 1998.** 172 f. Dissertação (Mestrado em História das Populações)-Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1998.

¹⁷⁰ RÜCKERT, F. Q. (Org.); et al. **História da Pobreza no Brasil.** Rio Grande. 2 ed. Rio Grande: Ed. da FURG, 2019. Coleção Direito e Justiça Social. 410 p. Disponível em: <https://ppghistoria.furg.br/Cardozo2019_PobrezaPDF>. Acesso em 10 mai. 2020.

facilmente entravam pelo cerrado e tinham facilidades para vender os seus produtos. Na região amazônica existia outro circuito comercial com incursões fluviais que negociavam com índios, fazendo os resgates – trocas diretas de produtos - e percorriam todos os afluentes do rio Amazonas chegando ao porto de Belém, centro econômico da região. Mais ao sul, os regatões tocavam o território das rotas tropeiras. Regatões e tropeiros juntos promoviam a integração de todo o interior oeste¹⁷¹.

A região Nordeste funcionava como centro exportador para a metrópole e também se conectava com a rede comercial do interior do país. Produtos do vale amazônico chegavam ao Maranhão. O Maranhão vivia de exportações de algodão, em torno de 75% do exportado, e do arroz. Só de seu porto saía em torno de 10% das exportações no final do século XVIII e início do século XIX. O sul do Maranhão e o interior do Piauí eram zonas onde a atividade bovina estava presente, currais se distribuíam pelo interior. As boiadas seguiam por vias terrestres para a Paraíba, Pernambuco e Piauí. Várias charqueadas foram construídas e a grande produção de carne-seca industrializada era embarcada por via marítima, de Recife no Pernambuco para Salvador na Bahia¹⁷².

Em São Luís no Maranhão, salários de miséria eram pagos às mulheres empregadas nas fábricas têxteis, no final do século XIX e início do século XX, esses salários mesmo miseráveis, contribuía na composição da renda familiar. As fábricas têxteis não foram suficientes para contratar a mão de obra disponível de negros recém-libertos do trabalho escravo e de retirantes da seca do nordeste, sobretudo do Ceará e dos pobres locais, Essa mão de obra excedente contribuiu para pressionar os salários baixos. Na capital, existiam leis sanitárias, que limitavam a presença de população pobre na área central da cidade. Não era permitida a moradia em porões e sótãos, e nem em baixo de sobrados ou dependências de prédios, desde que não recebem ar e luz diretos, e mais ainda se não tivessem instalações próprias para cozinhas, latrina e saída para quintal. Essa lei quase sempre não era obedecida¹⁷³. Com tantas proibições os mais pobres passaram a morar em cortiços e palhoças cobertas por palhas, mesmo que essas fossem também proibidas.

O preconceito contra os pobres é uma das constantes da história social brasileira.

¹⁷¹PEREIRA DAS NEVES, L. B.. **A Vida Política**. In: _____ Crise Colonial e Independência 1808-1830: Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. v. 1.

¹⁷²CALDEIRA, Jorge. **O Processo Econômico**. In: _____ Crise Colonial e Independência 1808-1830: Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. v. 1.

¹⁷³RÜCKERT, F. Q (Org.); et al. **História da Pobreza no Brasil**. Rio Grande. 2 ed. Rio Grande. Editora da FURG. 2019. Coleção Direito e Justiça Social. 410 p. Disponível em: <https://ppghistoria.furg.br/Cardozo2019_PobrezaPDF>. Acesso em 10 mai. 2020.

Nos primeiros anos da República quando o Brasil acabara de sair de um regime de escravidão, mais forte ele se apresentava. A forma de vestir, os lugares frequentados, as companhias, as moradias, as diversões, etc., eram itens que classificavam ou desclassificavam um indivíduo. Os hábitos dos pobres, em geral, eram considerados sinais de decadência, de falta de civilização, de atraso social, etc. Por isso mesmo, os casebres, cortiços e os baixos sobrados, opções de moradias para a grande maioria dessa população, representavam fatores de desclassificação social¹⁷⁴.

O centro de gravidade econômica variava de acordo com a quantidade ou a qualidade de produtos que embarcava, seja para portos do Brasil, seja para a metrópole. Mais uma vez ocorreu a mudança do centro de gravidade econômica, Fortaleza no Ceará. Por volta de 1775, o algodão começou a aumentar a importância na região litorânea e Fortaleza passou a coletar a sua produção. Por essa época, o Brasil exportava 90% de sua produção para a metrópole, como assinala Caldeira¹⁷⁵.

As várias capitanias do Nordeste tinham em Pernambuco e mais precisamente na cidade de Recife, o centro de convergência dos seus produtos, onde a tradicional produção de açúcar, desde o século XVI continuava sendo o maior negócio da região. Pernambuco tinha tamanha importância que chegou a controlar o tráfico de escravos para todo o litoral norte, o vale amazônico e o sertão do Piauí e do Ceará¹⁷⁶.

Desde fins dos setecentos, muitos homens e mulheres pobres, sem trabalhos na sua maioria, procuraram se estabelecer nas cercanias do povoado do Bonito, em Pernambuco, buscando ocupação. Muitos construíram ranchos para suas famílias em propriedades rurais e atuavam como trabalhadores braçais ou agregados e se dedicavam ao cultivo de mandioca e do algodão. Também em fins de 1820, no sítio do Rodeador, no Bonito, várias famílias pobres se instaram. A mando do governador Luís do Rego Barreto escolhido por D. João VI para comandar uma capitania passou a espionar esse povo, suspeitando que eles fossem remanescentes da revolução de 1817 e se estabeleciam ali para um movimento de contrarrevolução. Em outubro de 1820 o sítio foi totalmente arrasado. Vários documentos para compreender o comportamento da gente pobre que habitou os sertões nortistas, encontram-se no Arquivo Nacional, na sessão de manuscrito, sob o título **Devassa**, acerca do ajuntamento da serra do Rodeador, compilados na Série Interiores, Correspondência dos presidentes da província (1820-1821).

¹⁷⁴ Idem.

¹⁷⁵ CALDEIRA, Jorge. **O Processo Econômico**. In: _____ Crise Colônia e Independência 1808-1830: Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. v. 1

¹⁷⁶ Idem.

O Rodeador se constituía para a massa pobre em um local onde não existia a justiça. Entre 1815 e 1819 uma grande seca aconteceu, os gêneros de primeira necessidade diminuíram e a fome foi sentida por esse povo pobre e sofrido. Muitos atravessadores, para ter lucros monopolizavam os produtos, para passarem a preços desonestos¹⁷⁷.

Um viajante inglês Koster, de passagem pelas capitâneas nortistas ficou perplexo ante a pobreza que presenciou em várias localidades. Na região do Ceará, ao apelar junto a uma choupana, encontrou duas crianças de aparência lamentável. Questionados, os pais disseram que tinham ido algures, buscar massa do miolo de carnaúba para a alimentação usual, não sendo possível, a qualquer prelo, obter nas cercanias farinha de mandioca¹⁷⁸.

Esse povo pobre, desarrimado e errante era visto como desordeiro, perturbador, vagabundo incorrigível. Tratavam-se de homens e mulheres livres, nomeados por desclassificados. Eles eram tidos como pessoas que não levavam vantagens sobre os escravos. Todo esse contingente móvel de pessoas livres representava, desde o princípio dos Oitocentos, uma população bastante expressiva. A fome e a posse da terra os impelia a deslocarem-se constantemente¹⁷⁹.

Embora Pernambuco tivesse sido um centro de distribuição de escravos para outras regiões do Brasil, vale destacar que a escravidão africana não foi dominante em todas as regiões do país, em todos os momentos e em todas as atividades. Nas capitâneas do Sul e também na região amazônica onde se destacava a economia das “drogas do sertão”, não tiveram predomínio de trabalhos de escravos africanos. Em regiões nordestinas e mineiras também existiam outras formas de trabalhos, como assinalou PAULA¹⁸⁰.

No Ceará, o ano de 1877, com a seca, foi ano de tragédia. Agricultores e trabalhadores das terras, arruinados pela seca, se deslocavam para a capital, na esperança de continuarem vivos, pois a miséria que estavam vivendo, jamais havia sido vista. Estavam incapacitados para qualquer tipo de trabalho pela fome e pela destruição de suas esperanças. Esses eram os retirantes que entre 1877 e 1880, sofriam as consequências da grande seca.

Pela primeira vez, a seca trouxe para dentro de Fortaleza a presença impactante de multidões de retirantes esfaimados e andrajosos a implorar por ajuda e “contaminar” a cidade com sua miséria explícita, suas doenças, seus “vícios”,

¹⁷⁷ RÜCKERT, F. Q. et. al. (Org) **Histórias da pobreza no Brasil**. 2 ed. Rio Grande: Editora da FURG, 2019. 410 p. Coleção Direito e Justiça Social. 410 p.

Disponível em: <https://ppghistoria.furg.br/Cardozo2019_PobrezaPDF>. Acesso em 10 mai. 2020.

¹⁷⁸ KOSTER, 2002(apud RÜCKERT et al. 2002).

¹⁷⁹ RÜCKERT, F. Q. et. al. (Org) **Histórias da pobreza no Brasil**. 2 ed. Rio Grande: Editora da FURG, 2019. 410 p. Coleção Direito e Justiça Social.

Disponível em: <https://ppghistoria.furg.br/Cardozo2019_PobrezaPDF>. Acesso em 10 mai. 2020.

¹⁸⁰ PAULA, J. A. de. **O Processo Econômico**. In: _____ A Construção Nacional 1830-1889. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. v. 2.

sua fome, seus crimes e sua ofensiva ameaça a civilização. A vida urbana passa a ser o cenário privilegiado do drama da seca¹⁸¹.

Esses retirantes que se deslocam em direção as cidades do litoral, ao deixarem suas casas e plantações pela falta de chuvas, já iniciavam a caminhada em estado precário de saúde e de nutrição, pois adiavam a suas retiradas na esperança que a chuva pudesse chegar e irrigar as plantações. Na chegada à Fortaleza ficavam frustrados, não existiam trabalhos para todos. Os que conseguiam trabalho na pedreira de Mucuripe, carregando pedras, recebiam a ração alimentar uma vez ao dia, e faziam trabalhos extenuantes, que podia lhes custar a vida. A ajuda oficial estava condicionada ao trabalho, ao contrário da caridade pública. Com a superlotação dos necessitados em Fortaleza, muitos retirantes se deslocavam para a Amazônia, uma viagem perigosa pelas condições dos navios e também pelo próprio trabalho nos seringais da floresta amazônica¹⁸².

A elite de Fortaleza que usufruía o lucro da riqueza das exportações do algodão até então, e que vivia momentos de euforia comuns à ótica da burguesia, que se encontrava afastada da realidade daqueles que trabalham arduamente a terra, se vê cercada por uma multidão de retirantes, que pouco a pouco vai tomando de assalto o espaço urbano tão cuidadosamente construído. Pobres pedem esmolas perambulam pelas ruas sem ocupação, utilizam áreas públicas - como praças e ruas - e trapaceiam para obter maiores ganhos da caridade.

Em 1878, a situação de Fortaleza era caótica. Além da população vinda do interior do Ceará, chegavam retirantes dos sertões de Pernambuco, da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Segundo Raimundo Girão, cedo Fortaleza converteu-se na metrópole da fome, capital de um pavoroso reino, o reino do martírio coletivo de “uma raça em penúria”. Se em dezembro de 1877 lá estavam mais 85 mil pessoas, em março de 1878 eram cem mil e, em setembro, 114 mil. Sua população normal, pelo censo de 1872, era de 21 mil. Aracati, cidade de cinco mil habitantes, estava comportando mais de sessenta mil¹⁸³.

Ainda, de acordo com Girão, em 1878, a situação de Fortaleza era caótica. Além da população vinda do interior do Ceará, chegavam retirantes dos sertões de Pernambuco, da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Segundo Raimundo Girão, cedo Fortaleza converteu-se na metrópole da fome, capital de um pavoroso reino, o reino do martírio coletivo de “uma raça em penúria”. Se em dezembro de 1877 lá estavam mais 85 mil pessoas, em março de

¹⁸¹ CASTRO NEVES, Frederico de. “A Capital de um pavoroso reino”: Fortaleza e a Seca de 1877. **Redlyc. Revista Tempo**. 2000, Niteroi. Universidade Federal Fluminense. p. 93-11. Disponível em: <<https://www.redlyc.org/articulo.oa?id=167018237006>>. Acesso em: 22 jan. 2021.

¹⁸² Idem.

¹⁸³ GIRÃO, 1953,(apud GONÇALVES 2017).

1878 eram cem mil e, em setembro, 114 mil. Sua população normal, pelo censo de 1872, era de 21 mil. Aracati, cidade de cinco mil habitantes, estava comportando mais de sessenta mil.

No século XIX, a economia do Amazonas era baseada na exploração mediante o extrativismo das chamadas “drogas do sertão”, que além de caça e da pesca tinha a exploração de madeiras, resinas, óleos, ervas, castanha-do-pará, fibras e da borracha. Principalmente no caso dos seringueiros, - homens livres que extraíam a resina de borracha - as relações de trabalho eram formalmente livre. Na prática significava trabalho compulsório. Eles trabalhavam pelo sistema de “aviamento”, o qual, mediante o monopólio da venda de produtos necessários a subsistência dos seringueiros, e os seringalistas como únicos compradores da borracha produzida pelos seringueiros, isso resultou num tipo de “servidão por dívida”, esses ficavam compulsoriamente ligados aos seringais, sempre endividados pela manipulação dos preços de quem comprava e vendia os produtos¹⁸⁴.

Embora o trabalho de retirada do látex fosse exclusivo do seringueiro, ele não podia ser recompensado pelo seu suor, pela dificuldade em extrair ou encontrar o produto, nem pelos riscos que corria ao se embrenhar pela floresta. Quem precificava o seu trabalho era o seringalista, o intermediário do negócio. Esse sistema de aviamento se constituía num encadeamento de relações mercantis, no que podemos comparar com os atravessadores de hoje, vários intermediários se colocando entre o trabalho inicial, a retirada do látex, inclusive as casas comerciais de Belém e Manaus e o comprador final, que no caso em destaque seriam as casas exportadoras para a Europa. O que aumenta a gravidade dessa relação seringueiro-comprador de látex é o sistema de aviamento. O seringueiro ficando ligado ao seringalista, sem poder negociar o seu produto, pois estava sempre em dívida com o seringalista, dele dependia para os custos de sua sobrevivência e de toda sua família.

Como bem destaca Josué de Castro:

Desde os primeiros tempos de ocupação do vale amazônico que o reino de Portugal começou a incentivar nesta região da colônia “a colheita da droga” para compensar o seu desapontamento comercial com a colheita da especiaria do Oriente, dificultada em extremo pela concorrência de outros povos também navegadores e traficantes; a coleta de plantas de temperos medicinais e de vícios que abundavam na floresta amazônica. Não é sem razão que um grande conhecedor da história da Amazônia, Artur Ferreira Reis, afirma que, “amparada assim tão carinhosamente a colheita de drogas, o colono fez de sua exploração um dos seus fundamentos de vida no vale. O maior de todos. Quase que o

¹⁸⁴ PAULA, J. A. de. **O Processo Econômico**. In: _____ A Construção Nacional 1830-1889. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. v.2.

único”. E daí em diante nunca a Amazônia conseguiu sair de sua economia de colheita de produtos de floresta...¹⁸⁵.

Os colonos cada vez mais se embreavam pela floresta, a única forma de ganho seria obter maior retirada do látex, para negociar com os seringalistas. Nos acampamentos dos colonos era muito comum a monocultura de mandioca. A mandioca era usada como alimento predominante dos seringueiros, na forma de farinha. Infelizmente esse tipo de alimentação pobre em vitaminas, propiciava o aparecimento de muitas doenças.

Deslocando para a parte mais sudeste do país, constatamos que as primeiras grandes lavouras de café surgiram na Baixada Fluminense e no Vale do Rio Paraíba, nas províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo. O trabalho escravo formava a grande força no cultivo, colheita e beneficiamento do café. O transporte era feito por mulas para o Rio de Janeiro, de onde era exportado para a Europa e Estados Unidos.

Bahia e Minas Gerais se ligavam pelo vale do rio São Francisco e abrigavam regiões de mineração de ouro e diamantes além de criação de gado e cultivo de gêneros alimentícios que abasteciam Minas Gerais e Goiás. O efeito do auge aurífero foi reter no interior do país, uma massa de recursos que permitiu edificar uma ampla rede urbana das zonas de mineração. Floresce uma civilização do ouro, com edificação e decoração ocupam uma vasta mão de obra especializada de artesãos e de artistas. Os ricos brasileiros se tornaram mais ricos.

Com o esgotamento das jazidas de ouro, veio a diáspora. Aquela civilizadíssima população de negros, mulatos e mestiços se dispersou pelas sesmarias de Minas, implantando ali modos de viver, de comer, de vestir, de calar, de entristecer-se e até de se suicidar que são únicos no Brasil. É a mineiridade¹⁸⁶.

De acordo com Roberto Borges Martins, no seu artigo “Vila Rica, vila pobre: dilemas de uma historiografia de aluvião”:

Durante a maior parte do século XX, os principais historiadores da economia brasileira afirmaram que o declínio da produção aurífera, ao longo da segunda metade do século XVIII, teria lançado Minas Gerais numa decadência severa e prolongada. Segundo esses autores a crise teria se manifestado principalmente através de uma profunda depressão, da involução da economia para uma agricultura de subsistência “de baixíssima produtividade”, e do dramático empobrecimento da população. Sem condições de repor ou mesmo de manter plantéis, os mineradores os dizimavam na esperança vã de entrar novos filões, ou

¹⁸⁵ CASTRO J. de. **Geografia da Fome: O dilema brasileiro: pão ou aço**. ed. 10. Antares. 1984. Rio de Janeiro Disponível em:
<<http://files.o-geografo.webnode.com.br/200000097-d07dcd177a/Jos%C3%BAe%20de%20Castro%20Geografia%20da%20Fome.pdf>>.
Acesso em: 27 jun. 2020.

¹⁸⁶ RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 3 ed. São Paulo: Global. 2015. 358 p.

vendiam os escravos, agora ociosos, para o novo setor exportador que despontava no Vale do Paraíba. De maior importador de cativos da colônia. Minas teria se transformado em um grande exportador, em tal volume que teria garantido a decolagem da lavoura cafeeira¹⁸⁷.

Martins, através de sua pesquisa mostra que essa tese não é verdadeira. A população urbana não se dispersou e as vilas não entraram em processo de atrofia e de deterioração econômica, social e física. MARTINS usou duas fontes para mostrar que essa decadência não ocorreu.

A primeira delas, o levantamento censitário realizado em 1804, conhecido, mas pouco explorado, abrange os seis distritos urbanos do termo e foi publicado em 1969 pelo Arquivo Nacional. (Mathias, 1969) [...] A outra é constituída por três códices de documentos inéditos sob custódia do Artigo Público Mineiro, que contém registros do donativo voluntário estabelecido pela Carta Régia de 6 de abril de 1804¹⁸⁸.

Nessa documentação, o Príncipe Regente D. João solicita aos súditos brasileiros, doações espontâneas à coroa portuguesa, que se encontra em dificuldades financeiras por causa das guerras napoleônicas. Em 1804, a arrecadação dos quintos do ouro, se encontrava muito baixa, por causa da baixa produção de ouro. Segundo os dados desse Censo de 1804, no distrito de Ouro Preto foram arrolados 1.671 fogos, com 8.965 habitantes, sendo 6.097 livres e 2.868 escravos.

[...] O contingente escravo, principal forma de acumulação de riqueza na época, era considerável, chegando a 32% da população total. Sua posse era amplamente disseminada – estavam presentes em nada menos do que 42,5% dos fogos da cidade e nos dois distritos mais importantes, Ouro Preto e Antônio Dia. Mais da metade dos domicílios possuía pelo menos um cativo. Cerca de 80% dos 711 proprietários tinham até cinco escravos e apenas 9% possuíam mais de dez. O tamanho médio dos plantéis era de quatro escravos por fogo. Esta prevalência de pequenos plantéis está perfeitamente alinhada com o padrão da escravidão urbana em várias partes da América e a de Ouro Preto era maior do que muitas cidades dos Estados Unidos. A razão de masculinidade dos escravos (139 homens por 100 mulheres) era mais baixa do que as normalmente observadas em Minas Gerais, mas muito elevada considerando o caráter exclusivamente urbano desta população. A estrutura etária da população escrava apresenta uma deformação – um estreitamento na faixa de 0 a 9 anos, e um inchaço nas idades produtivas – bem característica das áreas importadoras. A proporção de africanos (47%) é maior do que a observada em algumas regiões fortemente importadoras. Em todas as sociedades escravistas que interromperam ou reduziram suas importações essa porcentagem caiu muito rapidamente, porque a taxa de mortalidade dos africanos era muito mais alta do que a de crioulos. Assim, a

¹⁸⁷ MARTINS, R. B. **Vila Rica, vila pobre: dilemas de uma historiografia de aluvião**. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da UFMG. 2014.
Disponível em: <<http://diamantia.cedeplar.ufmg.br/porta1/download/diamantina-2014/vila-rica-vila-pobre-dilemas-de-uma-historiografia-de-aluviao.pdf>>. Acesso em: 08 jan. 2020.

¹⁸⁸ Idem.

sustentação deste elevado coeficiente de africanidade indica que Vila Rica continuava adquirindo “negros novo”, na época do censo.¹⁸⁹.

Neste censo de 1804 a pobreza também foi registrada pelas expressões “vive pobre”, “muito pobre”, “vive de pedir esmola”, significando pobreza extrema. Desses 127 (88%) eram africanos ou seus descendentes, os pretos, crioulos e pardos.

Nessas regiões, principalmente em Goiás, também havia culturas de algodão e manufatura têxtil do algodão. Minas Gerais tinha como principal rota de comércio o Rio de Janeiro, mesmo após a queda da produção de ouro, Minas Gerais continuou sendo a maior economia brasileira na virada do século XIX, mesmo sendo uma economia que quase só produzia para o mercado interno da colônia. A atividade interna era um dos principais sustentáculos da expansão econômica da época. Minas Gerais enviava para o Rio de Janeiro, quatro tropas semanais com produtos de abastecimento, isso era muito para a época. O movimento populacional no interior de Minas Gerais era muito grande, e se dirigia para onde a atividade econômica crescia¹⁹⁰.

A província do Espírito Santo tinha uma economia açucareira muito precária, as vilas estavam constantemente com uma população muito grande de pobres, homens livres, sem trabalho e muitas vezes com doenças contagiosas. Eles habitavam locais insalubres e não eram assistidos nem recebiam amparo do poder público nem no período colonial nem depois. A “Irmandade da Misericórdia” – instituição de assistência - fazia o trabalho assistencial nessa província. Essa irmandade atendia aos pobres na vida, na doença e até na morte. No período colonial, não existia a preocupação do Estado com os desvalidos. E a Irmandade assumia o trabalho social. Os pobres habitavam locais insalubres e não eram assistidos nem recebiam amparo do poder público nem no período colonial em depois.

No século XIX, foi criado o Hospital Santa Casa da Misericórdia da cidade de Vitória, uma instituição voltada para a caridade que era mantida por pessoas mais abastadas tanto do meio rural como das cidades. Esses mantenedores, com esse tipo de caridade, esperavam salvar suas almas, a ação não tinha como objetivo ser transformadora, pois não se procuravam mudanças no estado de pobreza desses brasileiros¹⁹¹.

¹⁸⁹ Ibidem.

¹⁹⁰ CALDEIRA, Jorge. **O Processo Econômico**. In: _____ Crise Colonial e Independência 1808 – 1830: Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. v. 1.

¹⁹¹ SIQUEIRA, Maria da Penha Samarzaro. Pobreza no Brasil Colonial: representação social e expressões da desigualdade na sociedade brasileira. **Revista Eletrônica** do Arquivo Público do Estado de São Paulo. São Paulo. n. 34, 2009.

Com a chegada da Família Real em 1808, a onda burguesa que fazia parte apenas das conversas dos mais cultos que rodeavam a monarquia estaria desembarcando fisicamente no Rio de Janeiro e um novo Brasil começava a se formar. A criação da nação brasileira e as grandes transformações do capitalismo estavam acontecendo ao mesmo tempo. Surgia um Brasil capitalista com novas práticas, nova economia, mas já com uma grande desigualdade social. Os negros escravizados sempre trabalhando para sustentar e favorecer os brancos, que tinham a oportunidade de acumular riquezas.

A vida difícil dos escravizados que viviam em constante exploração, dormindo mal, na maioria das vezes no chão duro e frio, se alimentando mal, sem tempo para descansar, para enriquecer seus donos, provocava revoltas.

Foram permanentes as revoltas e os movimentos de resistências dos próprios escravos, destacando-se aí a formação de quilombos; as grandes revoltas de escravos, como a dos Malês, em Salvador, em 1835; a intensificação das fugas de escravos e conflitos, que vão marcar as províncias escravistas, sobretudo São Paulo, na década de 1880¹⁹².

Em 1810, no Rio de Janeiro e Salvador ficavam os principais portos que atuavam no mercado interno. Produtos diferentes circulavam por todo o país, de acordo com as produções em cada local, fazendo com que o centro econômico mudasse muito. Cada região comercializava de acordo com o que produzia, comprando o que não produzia de outras regiões. Já o comércio de escravos, acontecia em todos os pontos do país, o nordeste controlava o tráfico de escravos para toda a região norte e nordeste do país. A economia brasileira no século XIX era regionalmente diversificada. Os variados produtos circulavam através de caminhos terrestre, fluviais e através de rotas marítimas, feitas principalmente pelos portos do Rio de Janeiro e Salvador.

Em 1815, o Brasil foi elevado a Reino Unido de Portugal e Algarves, com a sede do governo no Rio de Janeiro, onde residia a família real. As atividades administrativas da corte possibilitaram a contratação de vários portugueses que vieram com Dom João para o Brasil, esses passaram a ter os principais cargos no país e os melhores salários. Novos empregos foram oferecidos também às pessoas nascidas no país, o que favorecia os mais capacitados e letrados. Com o passar dos anos a cidade de Rio de Janeiro passou a

Disponível

em:

<<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao34/materia01/texto01.pdf>>.

Acesso 26 jul. 2020.

¹⁹² PAULA, J.A.de. **O Processo Econômico**. In: _____ A Construção Nacional 1830-1889. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. v. 2.

centralizar o poder e as capitanias do nordeste se sentiram abandonadas pelo poder real no Rio de Janeiro, e por mais que os governadores pedissem atenção, não conseguiam ser atendidos. O país se desenvolvia precariamente. “A manutenção da pobreza e da ignorância seria capaz de conter a vontade geral e subjugar um povo”, como observou Pereira das Neves¹⁹³.

Por volta do ano de 1831, a população do Brasil já contava com aproximadamente 5 milhões de habitantes, com uma acentuada imigração de brancos europeus, negros africanos e de mestiços brasileiros. Os mestiços, principalmente, formavam a baixa patente dos exércitos, das camadas inferiores do serviço público, muitos eram músicos, padres e nas fazendas ocupavam posições mais especializadas. Nas cidades, ocupavam o que seria a classe média baixa, junto com negros livres e brancos que ocupavam posições mais inferiores como: pequenos lojistas, caixeiros, oficiais menores das forças armadas ou da polícia, os que faziam trabalhos manuais¹⁹⁴.

O país com uma área imensa, regiões bem diferentes umas das outras, com administrações e atribuições bem distintas permitia que os poderes se misturassem, todos queriam ter poderes: a corte portuguesa no Rio de Janeiro; os governadores das capitanias; as câmaras municipais; a classe eclesiástica; os grandes produtores rurais e os grandes comerciantes. Podemos dizer que uma miscelânea de poderes se instala no país. Tudo isso contribuía para o desenvolvimento econômico precário, mesmo sendo o Brasil a colônia mais rica de Portugal.

A implantação do capitalismo, como modo de produção, ocorria no mundo. Internamente, o Brasil possuía um importante e integrado mercado, pois aqui a atividade interna era um dos principais sustentáculos da expansão econômica da época. Os produtos circulavam pelo país, de maneira que cada região vendia o que produzia e comprava de outra região o que não produzia. A partir de 1837, o café se tornou o principal produto de exportação do Brasil Império, e enriqueceu os grandes fazendeiros, os “Barões do Café”, que sustentaram financeiramente o império brasileiro¹⁹⁵.

As várias regiões brasileiras tinham exportações variadas e se apresentavam regionalmente diversificadas, não um único produto era exportado, e chegava a depender

¹⁹³ PEREIRA DAS NEVES, L. B. **A Vida Política**. In: _____ Crise Colonial e Independência 1808-1830: Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. v.1.

¹⁹⁴ Idem.

¹⁹⁵ PINTO, Tales. A Origem do Café no Brasil. O Café no Brasil Império. **Escola Kid**. Disponível em: <escolakids.uol.com.br/história/origem-do-café-no-brasil.htm>. Acesso em: 19 nov. 2020.

também da necessidade do produto no exterior. Nas províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo a produção cafeeira foi a matriz decisiva de importantes transformações modernizantes da economia e da sociedade brasileira, seja pelo comércio de africanos e posteriormente pela imigração de trabalhadores livres.

“A economia brasileira não foi homogênea, apesar da efetiva centralidade da produção cafeeira”. Ela foi diversificada e dinâmica e se desenvolvia de acordo com as peculiaridades e evocações regionais, contrariando a imagem, que ainda tem ampla difusão, de uma economia exclusivamente escravista, de monocultura voltada para a exportação¹⁹⁶.

O Brasil, mesmo antes da República, já passava por grandes transformações. Ao deixar a dominação metropolitana e como nação independente teria que se modernizar em termos políticos, culturais, sociais e econômicos. Com a independência, a abertura se fez sentir em ideias, modas, sistema político, em filosofia, ensino superior, crítica religiosa e criação de centros de pesquisas. Com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, vieram pintores, naturalistas, desenhistas, escritores, músicos, e sábios. Imigrantes de países diversos traziam hábitos e culturas diferentes, que se misturavam aos hábitos e culturas dos africanos e dos brasileiros. O Brasil se modernizava em muitos aspectos, mas com relação ao aspecto social, a desigualdade era muito grande e continuava a aumentar à medida que o tempo passava e permanece até os dias atuais provocando a marginalização e a exclusão dos mais pobres. Mesmo com a criação de faculdades, uma grande parcela de habitantes continuava analfabeta, não participando da vida política do país.

Em termos econômicos, o país tentava se modernizar com investimentos, com empréstimos, na tecnologia, nas construções de ferrovias e de portos, nos serviços urbanos, no desenvolvimento e produção primária em minas, silos e matadouros, e na expansão dos curtumes e usinas de açúcar.

Está claro que o Brasil passava por grandes modificações e em três séculos ele se estruturava, no sentido de acompanhar em termos econômicos, países milenares. A sociedade se formava misturando povos de diferentes países com os nativos do Brasil. Uma mistura heterogênea nos aspectos culturais, educacionais e religiosos, várias línguas tentavam se comunicar num mesmo espaço. O processo de modernização era limitado e a economia capitalista instituída era dependente e precária, instituindo um desenvolvimento econômico desigual.

¹⁹⁶ PAULA, João Antônio de. **O Processo Econômico**. In: _____ A Construção Nacional 1830-1889. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. v. 2.

Com a independência, arranjos políticos não foram capazes de superar as precariedades da economia, herdadas do passado colonial. O sistemático bloqueio à constituição de um mercado interno forte, consistente, dinâmico e inclusivo seria condição indispensável à construção do desenvolvimento econômico, destaca PAULA¹⁹⁷.

João Antônio de Paula destaca que, todos os países hoje desenvolvidos de alguma forma, criaram instituições ou políticas que tiveram como destaque, a distribuição primária de renda e de outras reformas como na educação, e na saúde, com investimentos continuados em ciências e tecnologia que promoveram o desenvolvimento econômico. Aqui não existiu revolução democrática e nem reformas democrático liberais, que se observava em outras nações. O autor faz uma observação com relação à menor desigualdade de renda que ocorreu no sul do Brasil, estado onde a escravidão foi restrita na economia e onde não dominou a grande propriedade.

Em 1850, a “Lei de Terras” impediu o acesso dos pobres a terra e o sistema de sesmarias permitiu o latifundiarismo, diminuindo a possibilidade de que um maior número de pessoas tivessem direito a terra e isso aumentou a concentração de renda. Mesmo usando o sistema de sesmaria, alguns protegidos receberam verdadeiros impérios territoriais, e outros receberam sesmarias bem menores. De acordo com a Lei de Terras, quem recebe terras deveria fazê-las produtivas, criar riquezas. Para produzir riquezas, cada um que recebesse terras, teria que ter bens suficientes para construir casas-fortes. Como escreve Paula:

“Tomé de Souza, de 1548, que mandava distribuir as terras em sesmarias, mas condicionava essa distribuição ao que possuísse cabedal suficiente para construir casas-fortes, o que está na base da constituição da estrutura fundiária concentrada, ponto de partida para a conformação do poder oligárquico, fenômeno fundamental de nossa vida política e cultural, que é o *coronelismo*”
Paula¹⁹⁸.

O Brasil entrava no capitalismo, mas com poucas oportunidades para os mais pobres. Os mais abastados podiam ter acesso às modernidades do capitalismo, tais como dos meios de transporte e comunicações, como o telégrafo, o telefone, a ferrovia e até as embarcações mais modernas. Os mais pobres não conseguiam ter acesso ao que chegava ao país e continuavam a ter a vida que sempre tiveram. Mesmo a modernização e o crescimento do país, não permitiram o desenvolvimento econômico, porque nem todos, ou mais especificamente os mais pobres, não puderam usufruir dos benefícios. Sem a

¹⁹⁷ Idem.

¹⁹⁸ Ibidem.

distribuição primária de renda, de riqueza, de habilidades, de escola e de direito à cidadania, a classe pobre ficou marginalizada.

Com a abolição da escravatura e com a queda da Monarquia, esperava-se uma situação diferente, mais civilizada como destaca Schwarcz: “tal situação levou a um sentimento bastante generalizado de que era possível erguer-se da escravidão, sair do gueto, liberar-se do isolamento e acreditar na promessa da inclusão e da mobilidade ascendente”¹⁹⁹.

O novo mundo tão almejado não apareceu, o racismo e as teorias raciais de toda ordem passam a prevalecer. Grandes setores da sociedade passaram a ser marginalizados e excluídos. Negros, mestiços e até imigrantes sofreram com as discriminações. Cada vez mais discriminados se distanciavam dos mais abastados e começava a aparecer grandes bolsões de miséria. Essa nova situação passou a incomodar os mais abastados, o que levou a uma faxina social nas cidades desencadeando o aumento da exclusão social. Muitas famílias sentiram um processo de rebaixamento por motivos sociais, econômicos e até morais. À medida que ocorria o inchaço da pobreza, mais essa população era empurrada para as periferias das cidades, para os morros e lugares inóspitos. Fisicamente e emocionalmente excluídos, essa classe era cada vez mais rejeitada e não conseguia ter acesso a escolas e a tecnologia da época.

Considerando ainda a argumentação de PAULA,

No centro da reiteração das precariedades de nossa economia, destaca-se o sistemático bloqueio à constituição de um mercado interno forte e consistente, dinâmico e inclusivo, condição indispensável à construção do que chamamos desenvolvimento econômico²⁰⁰.

Com a vinda dos imigrantes europeus para o país, esses se ocupavam de trabalhos não só no campo como nas cidades. Nas cidades, operários trabalhavam em péssimas condições com salários baixos e sem nenhuma representatividade e o emprego de mulheres e crianças fazia com que os salários ficassem mais deficientes. Esses trabalhadores não tinham salários que permitissem acesso a nenhum bem de consumo. Para os mestiços e principalmente os negros recém-libertos a situação foi pior ainda, pois o país não priorizou uma política social de amparo para os mesmos, que permaneceram em condições de inferioridade, quando competiam com os imigrantes europeus.

¹⁹⁹ SCHWARCZ, M. Lília. **As Marcas do Período**. In: _____ A Abertura para o Mundo 1889-1930. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. v. 3.

²⁰⁰ PAULA, João Antônio de. **O Processo Econômico** In: _____ A Construção Nacional 1830-1889. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014, v. 2.

Bem próximo da abolição da escravidão, em 1886 e 1887, o Nordeste se apresentava como a região mais populosa e dos 700 mil escravos do país, detinha 47% da população total desses escravos. Todo esse contingente de escravos se viu livre um ano após e passava a fazer parte dos desocupados do nordeste. Esse contingente do Nordeste, juntamente com os demais libertos do Brasil, formava um significativo número de indivíduos que teriam de passar da mão-de-obra escrava para a liberdade e formava o grupo de trabalhadores que foram chamados, na expressão de CHRISTILLINO, de “homens livres e pobres”²⁰¹. O mesmo autor afirma que esse grupo, “homens livres e pobres”, é extenso e complexo em toda a sua organização social e que não é fácil traçar um perfil seguro dele. O que se sabe é que entre eles se encontravam até lavradores com títulos de posse de terras, agregados e dependentes, posseiros de terras devolutas, descendentes de portugueses, africanos, indígenas, libertos, degredados de diversos tipos, migrantes de outras províncias e quilombolas. Mesmo alguns que tinham suas profissões, precisavam vender a mão-de-obra, como forma de complementar suas rendas.

A pobreza, a violência e a discriminação que afetaram os negros no Brasil são reflexos diretos de um país que normalizou o preconceito contra esse grupo e o deixou à margem da sociedade, sem escolas, sem poder frequentar ambientes restritos ao branco, proibidos de manterem suas religiões e suas manifestações culturais.

No século XIX, o país procurava entrar na era do capitalismo, a modernização econômica ocorria de forma desigual ao longo do país, ela se concentrava no Rio de Janeiro e em alguns poucos núcleos urbanos. Está claro que o país se desenvolvia e se modernizava durante o século XIX, mas poucos tiveram acesso ao desenvolvimento e a modernização. A maioria da população não usufruía dos benefícios desse desenvolvimento, ficando à margem da modernização, principalmente por falta de recursos financeiros, pois não teria participado da distribuição primária de renda, riqueza e de oportunidades. O próprio direito à cidadania se ligava à renda do indivíduo. A maioria da população que era pobre, não tinha direito ao voto. Não participava de nenhuma decisão política.

As palavras de PAULA destacadas a seguir resume o que de muito importante aconteceu nesse século XIX em termos de riqueza:

²⁰¹ CHRISTILLINO, Luís Cristiano. **O homem livre e pobre no Brasil oitocentista**. In: _____ Trabalho e trabalhadores no Nordeste: análise e perspectivas de pesquisa histórica em Alagoas, Pernambuco e Paraíba. Oliveira T. B. [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2015, p. 57-84. Disponível em: <http://books.scielo.org.xcx85pdf?oliveira-9PDF>>. Acesso em: 22 out. 2020.

... assim, durante o século XIX, o Brasil experimentou, entre 1840 e 1890, surto industrial, que, não configurando efetivo processo de industrialização foi expressão dos constrangimentos decorrentes da precaridade do mercado interno marcado pela concentração da renda, consequência de uma estrutura político-econômica arcaica²⁰².

Com a abolição da escravidão e com a República surgiam promessas de igualdade, cidadania e de inclusão, mas isso não se constatou. O racismo emergiu no final do século XIX não apenas no Brasil, o chamado racismo científico que se traduzia por uma série de sinais físicos para definir a inferioridade e a falta de civilização de alguns homens. Esses sinais e uma série de indícios foram transformados em estigmas definidores de criminalidade e de loucura. Com isso ocorreu a condenação generalizada de setores da sociedade como negros, mestiços e até imigrantes. Parcelas da sociedade, negros e os que eram classificados como mestiços, experimentaram um processo de queda social, seja por motivos econômicos, sociais e morais. O racismo fazia com que alguns grupos rejeitassem ser colocados e confundidos com negros e mulatos recém-saídos da escravidão.

Embora a Lei Áurea já tivesse sido assinada, os negros e mestiços do Brasil continuavam ligados à escravidão, pois não conseguiam vencer barreiras intransponíveis criadas por sociedades, à nova forma de segregação. O país se mostrava dividido, não apenas entre raças, apresentava-se dividido também entre regiões. De um lado as cidades com suas indústrias que ofereciam oportunidades de trabalhos, embora com políticas de exclusão e do outro lado regiões perdidas, longínquas, sem nenhum sinal de modernidade, de grandes florestas fechadas, que não se comunicavam com o Brasil mais moderno.

Internacionalmente a economia crescia, mas o Brasil se desenvolvia de forma lenta economicamente. O Brasil era o maior exportador de café e da borracha e se preparava para o domínio da economia do café. Por outro lado, cresciam os bolsões de pobreza principalmente nas regiões do Nordeste, que antes eram exportadoras e depois em outros centros urbanos. As indústrias brasileiras não se desenvolviam como no restante do mundo e a tendência para um país agrícola permanecia. Antes mesmo de se iniciar a Primeira Guerra Mundial, o Brasil já sentira a queda das exportações, que se agravou quando esse comércio foi interrompido. Onde o comércio não foi interrompido ele foi reduzido, principalmente o do café. A indústria brasileira foi menos afetada, mas por outro lado, ela era menos representativa do que a agricultura. Com o final da guerra o país tentava retornar

²⁰² PAULA, João Antônio de. **O Processo Econômico**. In: _____ *A Construção Nacional 1830-1889*: Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. v. 2.

a normalidade, mas o Brasil terminara a Primeira República como um país pobre, mesmo com um grande e potencial mercado interno²⁰³.

Entre 1910 e 1920, o país viveu um processo de substituição de importações. A crise da agricultura, fez com que cidades e indústrias se impusessem no cenário nacional, não só como novos fenômenos econômicos e sociais, mas como possibilidades reais e dominantes. Ajudados pela imigração, a população brasileira cresceu, muito mais ainda cresceram os aglomerados urbanos, principalmente de cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e a recém-criada Belo Horizonte; o eixo econômico se voltava para a região Sudeste, sendo que o Nordeste perdia em população e despovoou a economia de açúcar e do algodão SCHWARCZ²⁰⁴.

São Paulo, assim como o Rio de Janeiro, tentava se modernizar. Para isso precisaria se livrar da classe pobre que ocupava a parte central da cidade. São Paulo também demolira casebre e favelas, expulsando os pobres dos bairros centrais, tudo em nome do embelezamento da cidade. Regulamentos oficiais proibiram atividades tais como: venda de galinhas; vassouras; frutas; legumes e outros, que diziam ser incompatíveis com a modernidade.

A classe mais pobre sofria também com as doenças endêmicas do país, principalmente porque tinham que morar em ambientes insalubres, amontoados em pensões, cortiços e favelas. Muitos viviam nas propriedades rurais em casebres de pau a pique, palhoças ou choças de barro, onde se escondiam barbeiros que transmitiam o causador da doença de Chagas. Moravam em locais que acumulavam água parada que podiam transmitir malária e ancilostomíase – doença do Jeca Tatu. Os libertos eram os que mais sofriam com essas doenças, pois suas condições eram as piores.

A classe mais pobre tinha dificuldade em frequentar a escola, e os analfabetos tiveram e ainda têm menos chances de crescimento econômico e sociais. Podemos destacar o tipo de vida nômade de muitos libertos, isolados ou em grupos, que não conseguiam fixar raízes, perambulavam de locais para locais, ou se estabelecendo por pouco tempo e voltando a perambular. Apesar da dificuldade de se fixarem, alguns libertos podiam ser encontrados em pequenas roças, plantando para suas sobrevivências e conseguindo suprir com suas plantações as cidades próximas.

²⁰³ Idem.

²⁰⁴ SCHWARCZ, L. M. **População e Sociedade**. In: _____ *A Abertura para o Mundo 1889-1930: Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. v. 3.*

Todo esse contingente de pobres e desocupados que conseguia trabalho, recebiam o exclusivo para sobreviver. Eles viviam com suas famílias em moradias sem um mínimo de conforto ou privacidade e o pior, sem nenhuma higiene o que facilitava a propagação de doenças comuns da época no Rio de Janeiro. Em 1893, o mais célebre cortiço carioca do período, foi demolido por ordem do prefeito da capital, sem que seus habitantes tivessem para onde ir. Existe a hipótese, que o destino dos antigos moradores dos cortiços, poderiam ter sido os morros que existiam por detrás do antigo cortiço, onde já existiam alguns casebres. Nesse mesmo morro, em 1897, com autorização dos chefes militares, os soldados egressos da campanha de Canudos, foram se estabelecer. O local passou a ser chamado “Morro da Favela”. A cidade do Rio de Janeiro entrava no século das favelas como assinalou SIDNEY CHALHOUB²⁰⁵. Sabemos que hoje, em muitas cidades do Brasil encontramos favelas, onde habitam principalmente pessoas cujo poder aquisitivo não permite ter uma moradia digna.

Os bairros pobres na cidade do Rio de Janeiro são descritos por Lima Barreto:

Há casas, casinhas, casebres, barracões, choças por toda parte onde se possa fincar quatro estacas de pau e uni-las por paredes duvidosas. Todo o material para essas construções serve: são latas de fósforos distendidas, telhas velhas, folhas de zinco, e, para nervuras de parede de taipa, o bambu, que não é barato. Há verdadeiros ladeamentos dessas barracas, nas covas dos morros, que as árvores e os bambuais escondem aos olhos dos transeuntes. Nelas há quase sempre uma bica para todos os habitantes e nenhuma espécie de esgoto. Toda essa população pobríssima vive sob a ameaça constante da varíola e, quando ela dá para aquelas bandas, é um verdadeiro flagelo²⁰⁶.

Quando não era possível morar em barracões se vivia em casas de cômodos que eram antigos casarões localizados distantes do centro, que foram transformados em pardieiros. Esses casarões eram divididos em vários quartos e alugados para diversas famílias. Às vezes em um único cômodo morava uma família inteira. Os trabalhadores vivendo distantes do centro das cidades, tinham que fazer uso das vias ferroviárias, para chegarem ao trabalho. Para expressar as dificuldades de deslocamento, transcrevemos as palavras de Barreto em “Clara dos Anjos”.

Nessas horas as estações se enchem, e os trens descem cheios. Mais cheios, porém, descem os que vêm do limite do Distrito [Federal] com o estado do Rio. Esses são os expressos. Há gente por toda parte. O interior dos carros está apinhado e os vãos entre eles como que trazem a metade da lotação de um deles. Muitos viajam com um pé num carro e o outro no imediato, agarrando-se com as

²⁰⁵ CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1996.

²⁰⁶ BARRETO, Lima, (apud SEVCENKO, 2003 p.77)

mãos às grades das plataformas. Outros descem para a cidade, sentados na escada de acesso para o interior do vagão; e alguns, mais ousados, dependurados no corrimão de ferro, com um único pé no estribo do veículo²⁰⁷.

Outro escritor e jornalista, João do Rio, realizava reportagens modernas e basicamente informativas que foram reunidas em livros e nos mostram os diferentes aspectos do cotidiano carioca da elite da capital, da massa popular e das populações pobres. Ele também nos deixou descrições das ruas, becos e dos casarões da capital. Em 1908 em “A alma encantadora das ruas”, ele descreve a visita que fez, juntamente com autoridades, aos “zungas” – hospedaria barata - no Rio de Janeiro que tinha três andares:

E começamos a ver o rés-do-chão, salas com camas enfileiradas como nos quarteis, tarimbas com lençóis encardidos, em que dormiam de beicho aberto, babando, marinheiros, soldados, trabalhadores de faces barbadadas. Uns cobriam-se até o pescoço. Outros espapaçavam-se completamente nus. No segundo e terceiro andares: trepamos todos por uma escada íngreme. O mau cheiro aumentava. Parecia que o ar rareava, e, parando um instante, ouvimos a respiração de todo aquele mundo como o afastado resfolegar de uma grande máquina. Era a seção dos quartos reservados e a sala das esteiras. Os quartos estreitos, asfixiantes, com camas largas antigas e lençóis por onde escorriam percevejos. A respiração tornava-se difícil. Quando as camas rangiam muito e custavam a abrir, o agente mais forte empurrava a porta, e, à luz da vela, encontrávamos quatro a cinco criaturas, emborcadas, suando, de língua de fora; homens furiosos, cobrindo como lençol a nudez, mulheres tapando o rosto, marinheiros “que haviam perdido o bote”, um mundo vário e sombrio, gargolejando desculpas, com a garganta seca. Alguns desses quartos, as dormidas de luxo, tinham entrada pela sala das esteiras, em que se dorme por 800 réis, e essas quarto paredes impressionavam como um pesadelo. Completamente nua, a sala podia conter trinta pessoas, à vontade, e tinha pelo menos oitenta nas velhas esteiras, atiradas ao assoalho [...]. Havia, com efeito, mais um andar, mas quase não se podia lá chegar, estando a escada cheia de corpos, gente enfiada em trapos, que se estirava nos degraus, gente que se agarrava aos balaústres do corrimão – mulheres receosas da promiscuidade, de saias enrodilhadas. Os agentes abriam caminho, acordando a canalha com a ponta dos cacetes. Eu tapava o nariz. A atmosfera sufocava. Mais um pavimento e arreberíamos. Parecia que todas as respirações subiam, envenenando as escadas, e o cheiro, o fedor, um fedor fulminante, impregnava-se nas nossas próprias mãos, desprendia-se das paredes, do assoalho carcomido, do teto, dos corpos sem limpeza. Em cima, então, era a vertigem. A sala estava cheia. Já não havia divisões, tabiques, não se podia andar sem esmagar um corpo vivo. A metade daquele gado humano trabalhava; rebentava nas descargas dos vapores, enchendo paióis de carvão, carregando fardos. Mais uma hora e acordaria para esperar no cais os batelões que a levasse ao cepo do labor, em que empedra o cérebro e rebenta os músculos. Grande parte desses pobres entes fora atirada ali, no esconderijo daquele covil, pela falta de fortuna. Para se livrar da polícia, dormiam sem ar, sufocados, na mais repugnante promiscuidade. [...] Desci. Doíam-me as têmporas. Era impossível o cheiro de todo aquele entulho humano²⁰⁸.

²⁰⁷ Idem.

²⁰⁸ JOÃO DO RIO, 1908; (apud SEVCENKO, 2003, p.80)

Como descreve Cícero Irlando Rodrigues Carneiro em um artigo sobre o livro de Robert M. Levine “Pai dos Pobres: o Brasil e a Era Vargas”, os pobres das regiões urbanas e rurais constituíram cerca da metade da população brasileira. Sem qualificação e incapazes de trabalhar senão como subalternos, eles desempenhavam apenas papéis marginais no Brasil novo. A educação no meio rural era atrasada, o salário mínimo não existia e a realidade econômica solapava as chances de ascensão. A maioria dos brasileiros da zona rural morava em cabanas de sapé, sem encanamento e eletricidade. A taxa de mortalidade infantil estava entre as mais altas do mundo²⁰⁹.

Até o ano de 1930, o Brasil era visto como uma sociedade tradicional e atrasada, visto como um país rural, agrário-exportador. Parte de sua população vivia no meio rural, sendo pobre ou miserável, com alta concentração de analfabetos, com alta taxa de mortalidade infantil no Norte e Nordeste principalmente, por causa da pobreza em que viviam essas famílias.

No governo de Getúlio Vargas, a classe trabalhista pôde contar com algumas garantias, mas os trabalhadores que não tinham a carteira de trabalho assinada pelos patrões e aos desempregados restavam as obras sociais e filantrópicas para acudi-los nas necessidades. Qualquer tido de infração, os “desajustados” eram levados ao isolamento em espaços educativos e corretivos. Estas constituíam estratégias para a manutenção “pacífica” da parte “sadia” da sociedade. Já existia o Conselho Nacional de Serviços Sociais –CNSS – mantendo a atenção aos pobres, sem uma definição de sua política. Na década de 1950, no contexto desenvolvimentista, as instituições sociais direcionavam seus programas para uma política de integração participativa dos mais pobres no processo de desenvolvimento nacional. A pobreza era abordada como resultado de um insuficiente desenvolvimento econômico do estágio ainda não suficientemente desenvolvido do país, como fenômeno não estrutural²¹⁰.

Entre os anos de 1910 e 1920, grande contingente de imigrantes chega ao Brasil. Por volta de 1930 esse tipo de imigração diminuiu sensivelmente. Em dezembro de 1930, o presidente Getúlio Vargas, alegando a necessária disciplina diante da “afluência

²⁰⁹ CORDEIRO, Cícero Irlando Rodrigues. O pai dos pobres dos pobres?: o Brasil e a era Vargas. **Excemãpaku**. 2013. Disponível em: <revista.ufr.br/examapaku>. Acesso em: 08 jul. 2020.

²¹⁰ YAZBEK, Maria Carmelita. **Pobreza no Brasil Contemporâneo e formas de seu enfrentamento**. Serv. Soc. [online]. 2012, n. 110, p. 288-322. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-66282012000200005>>. Acesso em: 15 mar. 2020.

desordenada de imigrantes, responsáveis pelo desemprego das populações locais”, adotou a política restritiva à imigração²¹¹.

Com o golpe de 1964 e a implantação da ditadura militar, um novo modelo econômico foi imposto. O pacto entre os militares e os empresários era para a promoção do desenvolvimento econômico com investimentos públicos e privados. Mas, o mesmo foi um concentrador de renda, que foi expresso nas palavras do economista Delfim Neto que justificava o modelo com a frase: “era necessário primeiro fazer o bolo crescer, para depois, distribuí-lo”²¹². O país vivenciou nessa época do regime militar, grandes movimentos migratórios, do norte e do nordeste para São Paulo e Rio de Janeiro e do campo para as cidades. Muitas dessas pessoas não conseguiram empregos ou conseguiram empregos com salários baixos. Sem renda ou com renda muito baixa, sem direito a moradia nas cidades, as favelas foram alternativas e os problemas urbanos e sociais cresceram.

No governo de Lula, principalmente no segundo mandato, com a disposição de receitas fiscais e liquidez externa, o aumento real do salário Mínimo, o programa Bolsa Família cresceu substancialmente o que somado ao programa social Fome Zero, proporcionou a melhoria na distribuição funcional da renda. A tabela 2 da página 55 é capaz de mostrar isso.

De acordo com SILVA e BORJA REIS, a parcela dos salários no PIB reduziu de 36,4% em 1995 para 35,7% em 2004 e depois cresceu até alcançar 45,1% em 2013. A população vivendo abaixo da linha de pobreza de 2001 para 2012 se reduziu de 24,3%, da população para 8,3%²¹³. Em 2015, o DIEESE estimava que 46,7 milhões de pessoas tinham rendimentos referenciados no salário mínimo. ...o segundo governo Lula, posto que há que se considerar em todo os períodos, guardadas as devidas proporções, os padrões de uma dinâmica de crescimento baseada na expansão da demanda interna, através do maior protagonismo da política econômica, incentivando a grande indústria doméstica e o maior investimento das empresas estatais²¹⁴.

Por essa época, a renda da população, de uma forma geral, também sofreu aumento, incluindo os benefícios na Previdência Social, levando ao aumento na arrecadação

²¹¹ SCHWARCZ, L. M. **População e Sociedade**. In: _____ A Abertura para o Mundo 1889-1930: Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. v. 3.

²¹² SICSÚ, João. O salário mínimo na ditadura e hoje. **FETEC-CUT PR**. Curitiba: 29 abr. 2014.
Disponível em: <https://www.fetecpr.org.br/salario-minimo-na-ditadura>>. Acesso em: 08 mar. 2020.

²¹³ SILVA, V. S. da; BORJA REIS, C. F. de. Salário mínimo na era do Real sob a perspectiva da economia política. **Leituras de Economia Política**, Campinas n. 26, p. 1-26, jan./jun. 2018. Disponível em: <<https://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3651&tp=a&id=3651&tp=a>>. Acesso em: 08 abr. 2020.

²¹⁴ Idem

tributária. E este curto período de diminuição da pobreza na passagem do século XX e XXI, como uma daquelas raras exceções numa história de longa duração de produção da pobreza e desigualdade é interrompido entre 2014 e 2018.

4 O AGRAVAMENTO DA POBREZA NO BRASIL: 2014-2018

Com a estabilização da economia no governo de FHC, e o aumento salarial que esse governo proporcionou ao Salário Mínimo, teve início a recuperação salarial de que os mais pobres estavam precisando. Durante o governo Lula, a partir de 2003, o Salário Mínimo, além de ter um significativo aumento real em seu valor teve um crescimento relevante em relação ao PIB, com isso pôde ser retirado da linha de miséria, milhares de brasileiros.

No gráfico 2, na p. 12, temos resultados que expressam a extrema pobreza no Brasil de 2003 a 2018, de acordo com os resultados publicados pela PNAD Contínua no ano de 2018. Podemos visualizar em porcentagem o nível de pobreza extrema no país como um todo. No ano de 2003, com 7,70% até o ano de 2014, com 2,34% de extrema pobreza, observamos uma significativa redução da pobreza extrema. Isso poderia significar que fatores importantes estavam acontecendo no país, que levavam à queda da pobreza.

A partir de 2015 observamos um aumento da porcentagem da pobreza extrema que chega em 2018 com um valor de 3,91%. Mesmo com a crise política e recessão econômica ao final do primeiro mandato de Dilma e início do segundo mandato, os trabalhadores tiveram melhoria de rendimentos nos seus salários.

GRÁFICO 8

Extrema pobreza

População vivendo abaixo da linha de pobreza extrema (US\$ 1,90)



Extrema pobreza no Brasil e nas grandes regiões do Brasil²¹⁵

Existe uma diferença de resultados quando se analisa as diferentes regiões do país. Nordeste e Sudeste apresentaram quedas dos rendimentos nas suas populações de 2016 para 2017. No caso do Sudeste, São Paulo e Rio tiveram maiores quedas do que Minas Gerais e Espírito Santo.

Regionalmente, o Nordeste registrou a menor média de renda do Brasil (R\$ 971), enquanto o Sudeste, (R\$ 1.839), a maior em 2018. Ou seja, a renda média no Sudeste é quase 90% superior. No Brasil, 13% dos domicílios particulares permanentes recebiam, em 2018, dinheiro referente ao Programa Bolsa Família. Essa proporção foi de 15,9% em 2012. Nas regiões Norte e Nordeste, 25,4% e 28,2% dos domicílios recebiam esse benefício, em 2018, revelou o IBGE²¹⁶.

As perdas na base da pirâmide social, ou seja, dos mais pobres, são mais intensas do que as quem estão no topo. Segundo os dados da PNAD os 5% mais pobres da população tiveram um rendimento médio real de R\$ 40,00 por mês, em 2017 que corresponde a uma queda de 18% frente ao ano de 2016 que ficou em R\$ 49,00. Para os mais ricos o rendimento caiu menos. Enquanto que 1% mais rica da população, o

²¹⁵ GRÁFICO de Extrema pobreza por grandes regiões do Brasil. Fonte: LCA/Pnad Contínua. Pobreza extrema aumenta 11% e atinge 14,8 milhões de pessoas Valor Econômico v.18 n.4481. 12 de Abril de 2018.

²¹⁶ MULHERES e pretos ganham menos que homens e brancos. ECONOMIA do Jornal O TEMPO. Belo Horizonte 17 de outubro de 2019.

rendimento caiu menos, ou seja, 2,3% indo de R\$ 15.975,00 em 2016 para uma média de R\$ 15.504,00 em 2017²¹⁷.

Em 2018, a metade mais pobre da população, quase 104 milhões de brasileiros, vivia com apenas R\$ 413 mensais per capita, considerando-se todas as fontes de renda. No outro extremo, o 1% mais rico, somente 2,1 milhões de pessoas, tinham renda média de R\$ 16.297 por pessoa. Essa fatia mais abastada da população ganhava quase 40 vezes mais que a metade da base da pirâmide social. A renda domiciliar per capita dos 5% mais pobres caiu 3,8% na passagem de 2017 para 2018. Ao mesmo tempo, a renda da fatia mais rica (1% da população) cresceu 8,2%, o que demonstra um aumento da desigualdade social sem precedente no país²¹⁸.

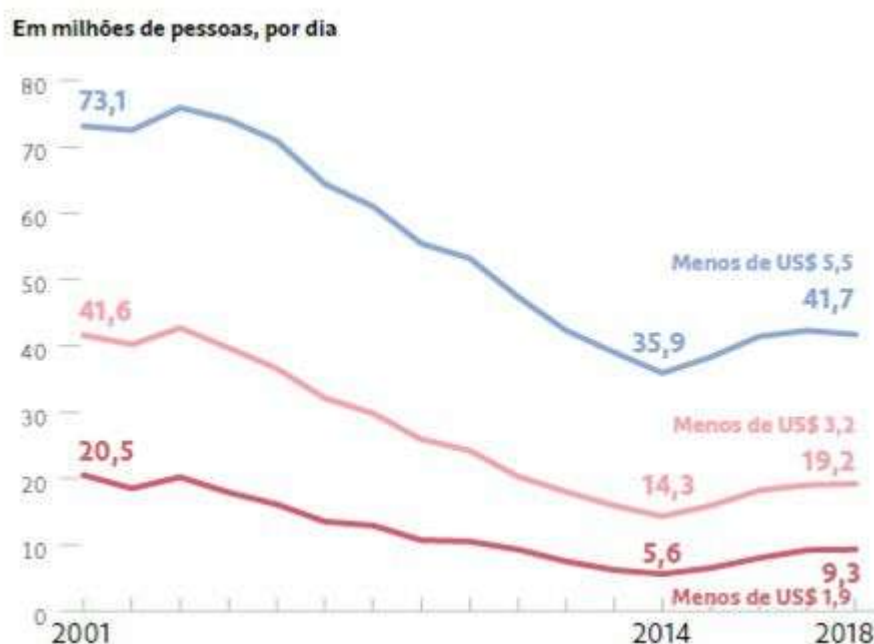
As regiões Norte e Nordeste são regiões mais pobres em indústrias. As indústrias, normalmente necessitam de uma maior quantidade de trabalhadores. Nessas regiões muitas pessoas não têm onde trabalhar.

O Nordeste concentrou o maior percentual daqueles em situação de pobreza, 44,8%, o equivalente a 25,5 milhões de pessoas. Normalmente, encontramos um grande número de artigos, que mostram a penúria em que vivem alguns pobres do Nordeste e principalmente no Maranhão com 54,1% de extrema pobreza, ou mais da metade dos moradores, seguido por Alagoas (48,9%). Não só no Nordeste vive a extrema pobreza, ela se espalha com outras regiões.

²¹⁷ VILLAS BÔAS, B. Pobreza extrema aumenta 11% e atinge 14,8 milhões de pessoas. **Valor Econômico** v.18, n. 4481. 12 de abr. de 2018.

²¹⁸ DIFERENÇA de rendimentos entre pobres e ricos é recorde no país. Economia. Jornal **O TEMPO**, Belo Horizonte, 17 de outubro de 2019.

GRÁFICO 9



Número de pessoas vivendo com menos de US\$ 1,90, US\$ 3,20 e US\$ 5,50 diários no Brasil (2001 a 2018)²¹⁹

O valor de US\$ 1,90 diário per capita em Paridade de Poder de Compra (PPC) é considerado pelo Banco Mundial como a linha de extrema pobreza ou miséria, que no caso do Brasil, corresponderia a cerca de R\$ 150,00 mensais. De acordo com o gráfico 8, o número de pessoas vivendo nesta condição passou de 9,25 milhões, em 2017, para 9,3 milhões, em 2018. Entre 2014 e 2018, o crescimento foi de 67%²²⁰.

Segundo a economista do Banco Mundial, Liliana Sousa: “há diferenças importantes entre essas duas populações. Entre os extremamente pobres, 40% vivem na zona rural, e só um terço dessas famílias têm alguma renda do trabalho”. Já os que vivem com menos de US\$ 5,50 por dia moram majoritariamente na zona urbana e 80% têm renda do trabalho, embora apenas 25% estejam empregados no setor formal²²¹.

²¹⁹ FONTE do Mapa, Banco Mundial. Elaboração: Folha de São Paulo 04 abr. 2020. Disponível em: <<http://observatoriodesigualdades.fjp.mg.gov.br/?p=961>>. Acesso 20 abr. 2021

²²⁰ Idem.

²²¹ EXTREMA pobreza cresce no Brasil e pode aumentar com a crise do Coronavírus. *Folha de São Paulo* em 04 abr. 2020 Disponível em : <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/04/extrema-pobreza-aumenta-e-pode-piorar-com-coronavirus-shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa>. Acesso em 14 de maio de 2021.

Como já relatamos anteriormente, de acordo com o Banco Mundial, o Brasil tem em termos absolutos rendimento médio-alto e no gráfico 8 vamos analisar a linha azul, são pessoas que recebem menos de R\$ 5,5 por dia (renda de R\$ 434 mensais), pode-se observar que a pobreza teve uma ligeira queda diferente da tendência de crescimento iniciada em 2015. A quantidade de pessoas vivendo abaixo dessa linha recuou de 42,3 milhões para 41,7 milhões, entre 2017 e 2018. Mas, entre 2014 e 2018, o aumento foi de 16%. A pobreza extrema foi mais atingida do que a pobreza na crise 2014.

O que estava acontecendo na política entre 2014 e 2015 que ajuda a entender essa mudança de tendência? Nos anos de 2015, 2016 e até 2017, a imprensa brasileira mostrava o estado de miséria, em que se encontravam as classes mais pobres do país. Reportagens e entrevistas jornalísticas, com pessoas dessa classe marginalizada, passavam a tomar destaque nos principais meios de comunicação. A rede de TV Record e o portal de notícias R7 lançam uma web série “Mapa da Fome”, que recolocam no noticiário uma temática que andava distante da grande imprensa, com quatro episódios mostrando o drama de famílias em situações de extrema pobreza no Brasil. Esses episódios foram atualizados e exibidos em fevereiro de 2018 na mesma TV Record e comentados pelo jornalista Domingos Meirelles.

Entre essas reportagens visualizamos o retrato amargo de famílias, que vivem em pobreza extrema no nordeste do país e nas periferias das grandes cidades, como Rio de Janeiro. Famílias que vivem à procura de trabalhos ou que vivem de cata em lixos.

Na série de reportagens feitas e apresentadas pela TV Record “Mapa da Fome”²²² no Brasil, mostra a cidade de Guaribas no Piauí. O repórter relata que, no Nordeste é comum o chefe da família, que na maioria das vezes é uma avó, ter que tomar conta dos netos e às vezes deixar o cartão “Bolsa Família” no mercadinho do vilarejo, local em que, dia a dia, o dono do comércio vai abatendo do total do valor do cartão, o que a família vai consumindo²²³. Observa-se aí, uma forma de controle exercida por um comerciante em

²²² MAPA da Fome no Brasil: uma websérie exclusiva do R7 que mostra a realidade de pessoas que vivem em extrema pobreza no Brasil. As filmagens da REDE RECORD TV, contaram com uma equipe que foi composta assim - Repórter Investigativo: Daniel Mota; Imagens: Leopoldo Morães e Mayolly Sena; Editora: Fabiana Lopes; Edição de pós-produção: Victor Haar; Arte: Demétrius Argyriou; Sonorização: Renan Laranjeira, Fábio Martins e Rafael Ramos; Editor Executivo: Gustavo Costa; Editor Chefe: Pablo Toledo; Chefe de Redação: Rafael Gomide. Para as filmagens a equipe escolheu cidades variadas no Nordeste, Norte e até no Sudeste.

²²³ REPORTAGEM da TV Record Mapa da Fome no Brasil: Disponível em: <<https://noticias.r7.com/brasil/camera-record-cidade-simbolo-de-combate-a-fome-esta-mais-pobre-20052019>>. Acesso 20 jun. 2019.

cima de um chefe de família, que não tem saída e não consegue liberdade para controlar o pequeno rendimento a que tem direito. Essas famílias normalmente são numerosas e se amontoam em um ou dois cômodos, sem água encanada, rede de esgoto, sem energia; nem fossas sépticas essas casas têm. Na mesma reportagem exibida pela TV Record, “O Mapa da Fome no Brasil”, o jornalista nos mostra o que podemos verdadeiramente chamar de pobreza extrema. Reportagens realizadas no Piauí e também no Pará, onde situações de miséria total que muitas famílias enfrentam, morando em casebres de um, ou no máximo dois cômodos, com famílias numerosas, que não têm o que comer e vivendo em pontos afastados das cidades. Muitas gastam parte do valor do programa “Bolsa Família” com o transporte, de barco, para receber o dinheiro na cidade. Muitas delas vivem todo o mês tendo como única renda o valor do Programa “Bolsa Família”²²⁴.

A falta de água no Nordeste é um fator que pesa muito no aumento da pobreza extrema, muitas famílias utilizam o pouco de dinheiro que têm, para comprar água do caminhão pipa e falta dinheiro para o alimento (arroz, feijão, farinha, sal, e óleo principalmente). Nessas regiões mais pobres e com seca permanente, não se encontra trabalho formal nem oportunidades para melhorar a vida dessas pessoas. Como mostrado no programa de TV “Câmara Record”, crianças saem com “estilingue” para o campo a procura de pássaros que serve como alimentos para a família, a única fonte de alimento de origem animal. Outras famílias plantam suas hortas, quando têm água, normalmente a colheita aí só dá para o consumo próprio, nada sobra para ser comercializado. Isso é o que podemos chamar de pobreza extrema. Falta trabalho, alimento, água, luz elétrica, esgoto, saúde, escola, e transborda esperança, vontade de melhorar de vida. Para essas pessoas o trabalho não diminuiu, ele nunca existiu como forma de recurso²²⁵.

O retrato da pobreza no Nordeste pela imprensa já tem uma história longa – desde o século XIX.

Em um dos episódios de “Mapa da Fome no Brasil”, uma menina, permite ser abusada para obter comida²²⁶. O que esperar, em termos de melhores condições de vida, de famílias como essas, se estão abandonadas pelo setor público? As políticas sociais que

²²⁴ Reportagem da TV Record Mapa da Fome no Brasil. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/brasil/camera-record-cidade-simbolo-de-combate-a-fome-esta-mais-pobre-20052019>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

²²⁵ Idem.

²²⁶ Reportagem da TV Record. Menina é abusada por comida na cidade mais pobre. Disponível em <<https://noticias.r7.com/brasil/camara-record-menina-e-abusada-por-comida-na-cidade-mais-pobre-20052019>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

chegam até elas não permitem nenhuma melhora nas condições de vida. Estão abandonadas no tempo e espaço.

Na periferia das grandes cidades da Região Sudeste, encontramos famílias em estado de pobreza extrema, quando seus membros perderam seus empregos e tiveram que viver de “bicos” (trabalhos que aparecem vezes ou outra), que são raros e mal remunerados. Várias pessoas vivem como catadores de lixo reciclável, repassando-os para grandes pontos de coletas que pagam por eles um preço muito baixo. Esses catadores precisam trabalhar durante muitas horas, para conseguir volumes maiores de objetos e muitas vezes, perdem tempo para o estudo e perdem também a oportunidades de buscar trabalho mais qualificado. Eles passam a viver para suprir suas necessidades básicas de sobrevivência. Passam a morar cada vez mais distantes dos centros de ocupação e trabalho ou mesmo distantes das cidades em locais insalubres, perigosos como em morros e encostas, ou, o que não é difícil de encontrar, passam a morar nas ruas, viadutos e prédios abandonados.

No nosso estado, Minas Gerais, mais da metade dos mineiros ganha menos de um salário mínimo, praticamente seis em cada dez mineiros (57%) vivem com, no máximo um salário mínimo por mês. Em Minas Gerais, são 12 milhões de pessoas que têm dificuldades para pagar alimentação, transporte, moradia, remédios e outras despesas durante o mês. Em torno de 4,43 milhões de mineiros estão abaixo da linha de pobreza, muitos habitantes têm restrições de acesso à moradia adequada e vivem em locais sem saneamento básico²²⁷.

No estado do Rio de Janeiro, na Baixada Fluminense, na periferia da cidade de Japeri, observou-se um alto nível de desemprego com um índice altíssimo da pobreza, cerca de 350 mil famílias vivem em condições de pobreza extrema. A mesma Japeri com 14,558 milhões em arrecadação de *royalties* do petróleo. Com tanta riqueza, Japeri apresenta o décimo pior IDH do estado²²⁸. Nada desse dinheiro chega a essa população pobre, mas que de acordo com o estado é aplicado em obras de infraestrutura da cidade. O que seria a infraestrutura que consome tanto dinheiro e deixa a pobreza extrema aumentar? Aí, faltam pavimentação e saneamento básico. Em locais como esse, sobreviver na periferia torna-se um verdadeiro milagre. Até que ponto a pobreza extrema em cidades

²²⁷ LAGÔA, Tatiana. Mais da metade dos mineiros ganha menos de um salário. Economia. Jornal O TEMPO, 06 dez. 2018.

²²⁸ PROGRAMA TV Record. Japeri tem o pior índice de desenvolvimento humano. Disponível em: <recortv7.com/balanco-geral-rj/videos/Japeri-tem-o-pior-indice-de-desenvolvimento-humano-do-rio-17022020>. Acesso em: 23 fev. 2019

como esta é produto direto da falta de recursos públicos? Ou na verdade o que falta é a aplicação dos recursos públicos? Será que a recessão econômica dos últimos anos seria a única responsável pela pobreza extrema que encontramos nesses lugares e tantos outros lugares abandonados do nosso país? A pobreza extrema de Japeri foi mostrada em um episódio “Mapa da Fome no Brasil” da TV Record e também no programa de TV Balanço Geral ²²⁹.

Para Josué de Castro:

A fome no Brasil, que perdura, apesar dos enormes progressos alcançados em vários setores de nossas atividades, é consequência, antes de tudo, de seu passado histórico, com os seus grupos humanos, sempre em luta e quase nunca em harmonia com os quadros naturais. Luta, em certos casos, provocada e por culpa, portanto, da agressividade do meio, que iniciou abertamente as hostilidades, mas, quase sempre, por inabilidade do elemento colonizador, indiferente a tudo que não significasse vantagem direta e imediata para os seus planos de aventura mercantil ²³⁰.

Para famílias carentes, como essas, as oportunidades de melhora são pequenas. A escassez de recursos financeiros leva a escassez de alimentos e nutrientes básicos e para as crianças que estão em desenvolvimento físico e intelectual e as consequências são catastróficas. Com carências nutricionais elas terão dificuldades de aprendizagem na escola e as dificuldades podem acompanhá-las por toda a vida. Essas crianças um dia se transformarão em adultos, e terão que competir no mercado de trabalho mas com tantas carências provavelmente serão candidatas a perdedores. A tendência é continuar na pobreza e excluídos. A vida de exclusão deixa esses jovens adultos em condições de inferioridade, quando comparado com outros jovens que se colocam em classes mais privilegiadas.

Além da pobreza nutricional que gera consequências no desenvolvimento intelectual, esses excluídos sofrem com a pobreza que foi gerada no contexto da sociedade capitalista do início do século XIX, na mesma época da formação de nação brasileira, e sofre também com a globalização, que passa a prevalecer no século XX. No mundo globalizado onde o capital não dá importância ao bem estar social e sim ao lucro, não é interessante formar o indivíduo, é interessante contratar o indivíduo já formado e

²²⁹ Programa TV Record disponível em recortv7.com/balanço-geral-rj/vídeos/Japeri-tem-o-pior-índice-de-desenvolvimento-humano-do-rio-17022020

²³⁰ CASTRO, Josué de. Geografia da Fome: O dilema brasileiro: pão ou aço. ed. 10. Antares. 1984. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://files.o-geografo.webnode.com.br/200000097-d07dcd177a/Jos%C3%BAe%20de%20Castro%20Geografia%20da%20Fome.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2020.

competente. Os adultos que tiveram dificuldades de acompanhar o desenvolvimento tecnológico e científico, porque estiveram isoladas física e intelectualmente, não terão oportunidades como os que tiveram longe da pobreza.

As grandes empresas tendem a procurar cada vez mais a mão-de-obra mais qualificada e mais barata e os locais onde os impostos são menores e os incentivos maiores. Grandes empresas trabalham no sentido de trazer para si o Estado e atuar contra a sociedade. Por isso, é muito importante ter um Estado que adote políticas sociais, para diminuir a pobreza e a desigualdade.

A UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) chama a atenção, para as múltiplas privações a que crianças e adolescentes estão exposto no país. “Para entender a pobreza deve-se ir além da renda e analisar se meninos e meninas tem direitos fundamentais garantidos”²³¹. Entender a privação de direitos é importante para destacar os problemas graves, que afetam as crianças e os adolescentes e que podem colocar em risco o bem-estar deles e delas. De acordo com a UNICEF, a educação, a informação, a proteção contra o trabalho infantil, a moradia, a água e o saneamento básico são direitos das crianças e adolescentes, e a falta de um desses direitos pode colocar esses jovens e crianças em situação de privação. De acordo com os dados da PNADC de 2015, no Brasil, quase 27 milhões desses indivíduos têm um ou mais direitos negados. Eles são encontrados principalmente nas regiões Norte e Nordeste vivendo zonas rurais, sendo os negros, os mais afetados²³². Para a UNICEF, deve-se identificar e entender os problemas, com o objetivo de reduzir a pobreza que afeta essas crianças e jovens. A UNICEF pode sugerir políticas públicas, que possam reverter esse quadro de pobreza extrema.

O economista e professor PAULO HADDAD²³³, cita um ponto muito importante, no nosso modo de ver, que se relaciona com a concentração de renda muito grande nas mãos de uma minoria de brasileiros. A concentração de renda é citada em várias pesquisas feitas no país sendo que, muito pouco se fala o motivo por que essa renda não atinge outras classes. Como o Estado poderia atuar, para diminuir a concentração de renda e favorecer a criação de empregos? O desemprego é visto como um dos fatores que favorece a pobreza.

²³¹ BAUER, Florence “6 em cada 10 crianças e adolescentes brasileiros vivem na Pobreza” - Pobreza na Infância e Adolescência – UNICEF Disponível em <<https://www.unicef.org/brasil/media/file/P...pdf>>. Acesso em: 18/04/2019

²³² A POBREZA na Infância e na Adolescência – UNICEF. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/156/file/Pobreza_na_Infancia_e_na_Adolescencia.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2019

²³³ HADDAD, Paulo. A extraordinária complacência com as desigualdades e o desemprego. OPINIÃO. Jornal **O TEMPO**. 31 de agosto de 2018.

Podemos dizer com toda certeza que nas eleições desde o primeiro governo de FHC até as últimas eleições de 2018, os candidatos sempre prometem políticas de geração de emprego, mas poucos conseguiram.

Uma das consequências da perda de emprego como aconteceu na recessão por volta de 2015, foi um expressivo número de pessoas que passaram a viver nas ruas por não conseguir pagar o aluguel.

Crises diversas nacionais e até internacionais provocam mudanças no cenário econômico nacional, fazendo com que, mais pessoas sejam empurradas para baixo da linha de pobreza e extrema pobreza, como a que aconteceu a partir de 2015, – crise econômica e mais ainda, a crise política – provocando o aumento do desemprego e em consequência aumentando a pobreza. O desempregado não consegue pagar o aluguel, sem opção, passa a viver nas ruas, às vezes com toda sua família. Em alguns casos os filhos abandonam os estudos e vão para as ruas vendendo balas ou fazendo outros pequenos serviços, ficando expostos aos perigos da rua. Além da dificuldade com a moradia, a fome também pode aparecer em muitas pessoas e essas passam a depender da caridade, para não sentir fome.

Nas décadas de 1980 e 1990, a fome foi destaque no Brasil e chamou a atenção do sociólogo Herbert de Souza – Betinho – o fundador da Ação da Cidadania em 1993. Essa Ação da Cidadania era uma rede de mobilização de alcance nacional, para ajudar 32 milhões de brasileiros que, naquela época, segundo dados do Ipea, estavam abaixo da linha de pobreza²³⁴.

Betinho, juntamente com vários artistas e personalidades e com o apoio da mídia, conseguiu estimular os brasileiros a participarem da campanha e doarem alimentos que foram distribuídos para pessoas que tinham fome. Após essa ação, no Brasil, várias campanhas apareceram para que fossem arrecadados alimentos para os mais necessitados. Nos anos 2000 tais ações se tornaram menos visíveis, numa relação direta com a diminuição da pobreza extrema. Com o agravamento da pobreza e os efeitos da Pandemia de Covid 19, tais campanhas voltam a chamar a atenção. Esses movimentos ajudam muito os mais necessitados, mas somente isso não acaba com a fome, mas sim, as ações de governo.

Se as ações individuais não são suficientes, as macroeconômicas também não. Para Marcelo Neri, o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) não é suficiente para reduzir a

²³⁴ NOSSA História: quem tem fome tem pressa. Ação da Cidadania. 01 out. 2013. Disponível em: <<https://www.acaodacidadania.org.br/nossa-historia>>. Acesso em: 11 mai. 2021.

pobreza no país, ele argumenta que deve existir um equilíbrio entre a macroeconomia e o social. As reformas trabalhistas e da previdência recentemente aprovadas foram vendidas como contribuidoras para melhorar a situação, no entanto, o que nós podemos observar, no projeto de reforma da Previdência, lançado pelo governo Temer, é que as classes mais prejudicadas com a reforma foram a classe média e os pobres principalmente, que não têm como contribuir com a previdência, nem salários têm, enquanto que os mais ricos contribuem muito pouco com a previdência.

VILLAS BÔAS, em seu artigo sobre extrema pobreza, citando alguns economistas, faz uma análise do aumento da pobreza extrema de 2016 para 2017 e argumenta que mesmo com a queda da inflação em 2017, a pobreza continuou aumentando no país e o número de pessoas em extrema pobreza passou de 13,34 milhões em 2016 para 14,83 milhões em 2017, um aumento de 11,2%. Cita o economista Cosmo Donato da LCA, que acredita que o fechamento de postos de trabalho formais – com carteira assinada e garantia trabalhista – tenha sido responsável pelo aumento da pobreza extrema, já antes da pandemia, pois o mercado de trabalho gerou ocupação informal de baixa remuneração e ganhos instáveis ao longo do tempo. Outro fator que pesou foi à crise fiscal dos estados, que foi capaz de indiretamente gerar menos empregos, em obras públicas, principalmente para a população mais pobre e menos instruída.

Destaca VILLAS BÔAS a posição do, nessa época, coordenador de Trabalhos e Rendimentos do IBGE, Cimar Azeredo dada em setembro de 2018 de que: “a renda efetivamente recebida de todos os trabalhos recuou 1,36% e 310 mil pessoas a menos tiveram renda do trabalho”. “A qualidade do emprego já tinha sido baixa em 2017, com a redução da taxa de desocupação por meio do trabalho informal”, VILLAS BÔAS²³⁵. Considerando tudo isso, está claro que o número de pobres aumentaria, mesmo sem os efeitos excepcionais das medidas de enfrentamento da Pandemia de Covid-19.

Entendemos que, é de capital importância destacar os reais fatores que levam ao aumento da pobreza extrema no Brasil, para trabalhar no sentido de diminuir esses fatores que tanto prejudicam o desenvolvimento social, científico e cultural dos brasileiros.

²³⁵ VILLAS BÔAS, Bruno. Pobreza Extrema aumenta 11% e atinge 14,8 milhões de pessoas. **Valor Econômico**. v. 18 n. 4481. 12 abr. 2018. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/sdsf/sitstream/handle/id/559605/noticia.html?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 18 abr. de 2019.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para refletir sobre a pobreza no Brasil, precisamos antes, entender o que vem a ser pobreza. A literatura fornece uma série de conceitos para pobreza. Quando analisamos o conceito levando em consideração o aspecto econômico, muitas vezes deixamos de lado pontos importantes que devem ser considerado para dizer se um indivíduo é pobre ou “não pobre”.

O aspecto econômico teve uma prevalência provavelmente porque, as fontes escolhidas para esse trabalho se relacionavam melhor com os nossos objetivos. O aspecto econômico, que é usado por diversos órgãos para avaliar a pobreza, pode ser medido através do rendimento que uma pessoa ou uma família percebem num dado período.

Os órgãos oficiais do país e internacionais usam os rendimentos das famílias para destacar a pobreza e a extrema pobreza no país. O conceito que a PNAD Contínua usa é traduzido como ganho econômico, isso é, a pobreza “material”.

Entendemos que necessidades “não econômicas” como as citadas por ROMÃO tais como: liberdade, auto realização, prestígio e participação na sociedade são importantes e podem não estar presentes na vida dos indivíduos pobres, fazendo parte apenas da vida dos “não pobres”, mas essas são qualidades difíceis, de se medir através de números. As oportunidades de escolhas defendidas por AMARTYA SEN tais como segurança, direitos sociais, educação, saúde, lazer, cultura, habitação e também liberdade, são oferecidas através de políticas públicas, dependendo portanto, da vontade dos governos.

Existem diferenças de resultados quando se analisam as diferentes regiões do país. Tais diferenças não são conjunturais e guardam relação direta com as desigualdades regionais históricas. É muito importante fazer constantes avaliações dos resultados de cada região, oferecendo o que de mais importante cada uma necessita, para se conseguir os resultados esperados, quando se procura acabar com a pobreza.

Na crise política e econômica em torno do ano 2015, o capital financeiro e industrial procurava se ajustar e entre esses ajustes ocorreram desempregos. Com a menor oferta de emprego várias famílias perderam a capacidade de se sustentar, outras passaram a viver do subemprego com rendimentos muitas vezes inferiores ao que tinham antes. A falta de qualificação principalmente daqueles que não tiveram a oportunidade de estudar ou que não conseguiram acompanhar as novas especializações da mão de obra que o mercado

oferecia foram grandemente prejudicados. Estando afastados do mercado de trabalho e sem rendimentos, sofreram transformações negativas em suas famílias. Com a crise econômica no país, o governo procurou fazer ajustes nos programas sociais para diminuir gastos, aumentando mais a pobreza. A partir de 2016, líderes nacionais e veículos de comunicação começaram a ventilar a possibilidade de a fome voltar a assolar as famílias brasileiras mais vulneráveis, em razão da crise econômica, do desemprego crescente e da redução dos gastos nos programas de proteção social. Tais prognósticos não apenas se confirmaram, mas têm sido muito mais aterradores com a Pandemia de Covid-19.

Ao analisar todos os tópicos desse trabalho podemos afirmar que a pobreza é um fenômeno multidimensional que pode levar à falta de quase tudo que possa proporcionar bem estar. Aqueles que vivem em extrema pobreza, assim também, como a classe dos pobres, estão constantemente sujeitos as variações econômicas internas e externas e também da vontade política. A maioria dos governantes brasileiros, fiéis aos interesses dos proprietários, dá as costas a tal fenômeno, como se ele não existisse, deixando o pobre sujeito a exploração, sem voz, sem infraestrutura básica, fragilizado, propenso à doenças e exposto ao risco. Muitos governantes agem como se a pobreza fosse um fenômeno natural mas este trabalho sugere que ela é um fenômeno histórico, cujo processo de fabricação foi visitado em seus aspectos mais gerais.

O Brasil está entre os países de maior concentração de renda do mundo, além da desigualdade no plano social, político, econômico e cultural. Os pobres não têm lugar na sociedade, são desqualificados por suas crenças, pelo seu comportamento social, pelo modo de falar e outros fatores mais. Os governantes devem estar em alerta máxima, para que, o país não perca as conquistas sociais que foram obtidas nos últimos anos, até 2014. É preciso não só, manter os ganhos do Salário Mínimo, como também aumentar os gastos públicos com programas sociais e promover o crescimento inclusivo, capaz de gerar empregos. O aumento da pobreza traz muitas consequências negativas, que na maioria das vezes são duradoras como: a má nutrição, o aumento de doenças, o baixo rendimento escolar e até a mortalidade precoce. Está claro que o pobre sofre não apenas carências de alimentos, água, e saneamento básico como vimos nesse trabalho; sofrem também carência de respeito, de oportunidades e até de esperanças.

6 REFERÊNCIAS

6.1 Fontes

- A BÍBLIA sagrada: antigo e novo testamento. São Paulo: Centro Bíblico Católico, 1993.
- A POBREZA na Infância e na Adolescência – UNICEF. Disponível em:
https://www.inicef.org/brazil/media/156/file/Pobreza_na_Infancia_e_na_Adolescencia.pdf Acesso em: 18/04/2019
- ALMEIDA, Cássia; CARNEIRO, Lucianne. Meio século depois, o Brasil começa a reverter desigualdade econômica da ditadura. **O Globo**, Rio de Janeiro. 2014. Disponível em:
<https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_alphacontent&ordering=3&limitstart=12060&limit=20> Acesso em: 25 abr. 2020.
- AUGUSTO, Luciano Gomes. O salário Mínimo cinco presidentes depois. **Folha de Londrina**, Econômica. 06 set. 2009. Disponível em:
<folhadelondrina.com.br/economia/o-salario-minimo-cinco-presidentes-depois>. Acesso em 25 abr. 2020.
- BIANCHINI, Lia. Após dois anos de golpe, Temer deixa um Brasil destruído. **Brasil de Fato**. Curitiba. 28 dez. 2018. Disponível em: <brasildefato.com.br/2018/12/28/apos-dois-anos-de-golpe-temer-deixa-o-brasil-destruido>. Acesso em; 08 jun. 2020.
- BRASIL já viveu sensação de pleno emprego em 2014. **Portal de Notícia R7**. 15 jan. 2016. Economia. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/economia/brasil-ja-viveu-sensacao-de-pleno-emprego-em-2014-15012016>> Acesso em 05 jun. 2019.
- BRASIL reduz a pobreza extrema em 75% diz FAO. **Estadão**. São Paulo, 16 set. 2014. Disponível em: <noticias/uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2014/09/16/brasil-reduz-a-pobreza-em-75-diz-fao-htm>. Acesso em: 09 mai. 2021.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 27 set. 2019.
- CESTA básica de alimentos. Metodologia. **Dieese**. São Paulo. Disponível em:
<dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica>. Acesso em 13 mai. 2020.
- DIFERENÇA de rendimentos entre pobres e ricos é recorde no país. Economia. **Jornal O TEMPO**, Belo Horizonte, 17 de outubro de 2019.
- DIMMI Amora. Conselho Federal de Economia emite nota criticando medidas de Temer, **Folha de São Paulo**, 02 jul. 2016. Mercado Disponível em:
<<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/07/1787943-conselho-federal-de-economia-emite-nota-criticando-medidas-de-temer>>. Acesso em 21 jun. 2020.
- ENCÍCLICA Rerum Novarum do Papa Leão XIII. Publicada por Bianca Almeida. Disponível em: <bialmeida94.jusbrasil.com.br/artigos/517384272/rerum-novarum> Acesso em 24 abr. 2020.

- EVOLUÇÃO do salário mínimo no Brasil. **ADVF Brasil**. Indicadores Econômicos. 13 mai. 2021. Disponível em: <br.advfn.com/indicadores/salario-minimo>. Acesso em 12 abr. 2020.
- EXTREMA pobreza cresce no Brasil e pode aumentar com a crise do Coronavírus. Publicado na **Folha de São Paulo** em 04/04/2020 Disponível em : http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/04/extrema-pobreza-aumenta-e-pode-piorar-com-coronavirus-shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa. Acesso em 14 de maio de 2021.
- FONTE do Mapa, Banco Mundial. Elaboração: **Folha de São Paulo** (04/04/2020). Disponível em: <http://observatoriodesigualdades.fjp.mg.gov.br/?p=961> Acesso 20/04/21
- GRÁFICO de Extrema pobreza por grandes regiões do Brasil. Fonte: LCA/Pnad Contínua apud VILLAS BÔAS. Pobreza extrema aumenta 11% e atinge 14,8 milhões de pessoas, **Valor Econômico**. v.18 n.4481. 12 de Abril de 2018.
- LAGÔA, Tatiana. Mais da metade dos mineiros ganha menos de um salário. **ECONOMIA**. Jornal **O TEMPO**, 06 de dezembro de 2018
- LEI n. 9.430, de 27 de dezembro de 1996; e revoga a Lei n. 12.255, de 15 de junho de 2010. Disponível em: <www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2011/lei-12382-25-fevereiro-2011-610088-norma-pl.html>. Acesso em: 03 mai. 2020.
- MAPA da Fome no Brasil: uma websérie exclusiva do R7 que mostra a realidade de pessoas que vivem em extrema pobreza no Brasil. As filmagens da REDE RECORD TV, contaram com uma equipe que foi composta assim - Repórter Investigativo: Daniel Mota; Imagens: Leopoldo Morães e Mayolly Sena; Editora: Fabiana Lopes; Edição de pós-produção: Victor Haar; Arte: Demètrius Argyriou; Sonorização: Renan Laranjeira, Fábio Martins e Rafael Ramos; Editor Executivo: Gustavo Costa; Editor Chefe: Pablo Toledo; Chefe de Redação: Rafael Gomide. Para as filmagens a equipe escolheu cidades variadas no Nordeste, Norte e até no Sudeste.
- METODOLOGIA da Cesta Básica de alimentos. **Dieese**. São Paulo. Disponível em: <dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica> Acesso em: 12 jan. 2020.
- NOSSA História: quem tem fome tem pressa. **Ação da Cidadania**. 01 out. 2013. Disponível em: <<https://www.acaodacidadania.org.br/nossa-historia>>. Acesso em: 11 mai. 2021.
- O QUE explica o aumento da pobreza extrema no Brasil. **G1**. Rio de Janeiro. 13/04/2018. Economia. Disponível em: <g1.globo.com/economia/noticias/o-que-explica-o-aumento-da-pobreza-extrema-no-brasil> Acesso em: 12 jan. 2019.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL. **Relatório indica que o Brasil saiu do Mapa da Fome em 2014**. Brasília. 2014. Disponível em: <<https://www.gov.br/casacivilpt-br/assuntos/noticias/2014/setembro/relatorio-indica-que-brasil-saiu-do-mapa-da-fome-em-2014>>. Acesso em 25 mai. 2020.
- PROGRAMA TV Record. Mapa da Fome no Brasil: Japeri tem o pior índice de desenvolvimento humano do Rio. Disponível em: recortv7.com/balanco-geral-rj/videos/Japeri-tem-o-pior-indice-de-desenvolvimento-humano-do-rio-17022020

PROGRAMA TV Record. Mapa da Fome no Brasil: cidade símbolo de combate à fome está mais pobre. Disponível em: <https://noticias.r7.com/brasil/camera-record-cidade-simbolo-de-combate-a-fome-esta-mais-pobre-20052019> em 22/02/2018

PROGRAMA TV Record. Menina é abusada por comida na cidade mais pobre. Disponível em: <https://noticias.r7.com/brasil/camara-record-menina-e-abusada-por-comida-na-cidade-mais-pobre-20052019>.

PROGRAMA TV Record. Japeri tem o pior índice de desenvolvimento humano. Disponível em: <recortv7.com/balanço-geral-rj/vídeos/Japeri-tem-o-pior-índice-de-desenvolvimento-humano-do-rio-17022020>. Acesso em: 23 fev. 2019

ROMANI, André; KIANIKI, Alessandra. Plano Real, que domou inflação estabilizou economia completa 25 anos. **Veja**. Economia. São Paulo. 30 jun. 2019. Disponível em: <veja.abril.com.br/economia/plano-real-que-domou-inflacao-estabilizou-economia-completa-25-anos>. Acesso em: 20 fev. 2020.

REPORTAGEM da TV Record Mapa da Fome no Brasil: Disponível em: <<https://noticias.r7.com/brasil/camera-record-cidade-simbolo-de-combate-a-fome-esta-mais-pobre-20052019>>. Acesso 20 jun. 2019.

Reportagem da TV Record Mapa da Fome no Brasil. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/brasil/camara-record-menina-e-abusada-por-comida-na-cidade-mais-pobre-20052019>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

SAINDO do Mapa da Fome da ONU é histórico, diz governo. **Exame**. 16 set. 2014. Disponível em: <https://exame.com/brasil/sair-do-mapa-da-fome-da-ONU-e-historico-diz-governo>. Acesso em: 18 abr. 2020.

SALÁRIO mínimo deveria ser de R\$ 4.420,11 no Brasil aponta Dieese. Economia. **Correio do Povo**. d 07 ago. 2020. Disponível em: <<https://www.correiodopovo.com.br/noticias/economia/salario-minimo-deveria-ser-de-r-4-420-11-no-brasil-aponta-dieese>> Acesso em: 20 mai. 2021.

SALÁRIO mínimo: pela manutenção da valorização! **DIEESE – nota técnica**, São Paulo, n. 218, p. 12, jan.2020. Disponível em:<dieese.org.br/notatecnica/2019/notaTec218SalarioMinimo.html> Acesso em: 01 mai. 2020.

SICSÚ, João. O salário mínimo na ditadura e hoje. **Carta Capital**. 29 abr. 2014. Disponível em: www.cartacapital.com.br/economia/opinioao> Acesso em: 21 abr. 2020.

SÍNTESE de indicadores sociais uma análise das condições de vida da população brasileira. **Estudo & Pesquisa**. IBGE. 2016.

SÍNTESE de Indicadores Sociais: indicadores apontam aumento da pobreza entre 2016 e 2017. **Agência de Notícias do IBGE**. 05 dez. 2018. Disponível em: <agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias-release/23298-sintese-de-indicadores-sociais-indicadores-apontam...> Acesso em 12/04/2018

TEMER deixa o governo sem aumentar salário mínimo. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 01 jan. 2019. Economia. Disponível em: <https://www.em.br/internas_economia,1017513/temer-deixa-governo-sem-aumentar-salario-minimo-shtml>. Acesso em: 09 jun. 2020.

Valor Econômico. 09 de mar. 2015. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/valor/2015/03/09/nao-quero-o-impeachment-quero-ver-a-dilma-sangrar-diz-tucano.htm?cmpid=copiaecola>> Acesso em: 02 de mai. 2021.

6.2 Bibliografia

- ABREU, Cesaltina. Desigualdade social e pobreza: ontem, hoje e (que) amanhã. **Revista Angolana de Sociologia**. Luanda. 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.4000/ras.440>> Acesso em 18 mai. 2020.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. A economia internacional no século XX: um ensaio e síntese. **SciELO. Revista Brasileira de Política Internacional**. v. 44, n.1. Brasília. jan./jun. 2001. Disponível em: <sciello.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292001000100008>. Acesso em: 18 jun. 2020.
- ANDRADE, Castro Régis. Política e pobreza no Brasil, **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 19, nov.1989. Disponível em: <www.scielo.br/scielo?pid=S0102-64451989000400008>
- ANDRETTA, Filipe. Por R\$ 2,00 Salário Mínimo fica abaixo da inflação; governo não comenta. **ECONOMIA**. 19 de fev. 2021. Disponível em: <economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/02/19/salario-minimo-reajuste-2021-inflacao-inpc-governo.htm>. Acesso em: 08 mar. 2021.
- ANTES da pandemia, Brasil tinha 51,7 milhões abaixo da linha da pobreza, diz IBGE. **Isto É. Dinheiro**. 02 nov.2020. Disponível em <<https://www.istoedinheiro.com.br/antes-da-pandemia-brasil-tinha-517-milhoes-abaixo-da-linha-da-pobreza-diz-ibge/>>. Acesso em 02 de mai. 2021.
- AUGUSTO, Luciano. O salário Mínimo cinco presidentes depois. **Folha de Londrina. Econômica**. Londrina 06 set. 2009. Disponível em: <folhadelondrina.com.br/economia/o-salario-minimo-cinco-presidentes-depois>. Acesso em: 25 abr. 2020.
- BARBOSA, Fabiane Machado. Igualdade: possibilidades e (im)possibilidades no pensamento de Tocqueville. **Revista UNIOEST**. Cascável. v. 11, n. 20, p. 55-70, 2011. Disponível em: <webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Az3RmAghyBMJ:e-revista.unioeste.br/index.php/csaemrevista/article/download/7601/...>. Acesso em: 15 dez. 2019.
- BARBOSA J. B.; FERREIRA de SOUZA, P. H. G.; SOARES, S. S. D. Desigualdade de Renda no Brasil de 2012 a 2019. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**. 16 agos. 2020. Disponível em: <dadosiesp.uerj.br/desigualdade-de-renda-no-brasil-de-2012-a-2019> Acesso em: 18 set. 2020.
- BARBOSA, Fernando de Holanda. Plano Cruzado. **FGV CPDOC**. 1997. Disponível em: <fgv.br/cpdoc/acervo/dicionario/verbete-tematico/planocruzado>. Acesso em 28 abr. 2020.
- BARBOSA, R. J. Estagnação, desalento, informalidade e a distribuição da renda do trabalho no período recente (2012 – 2019). **Mercado de Trabalho – Conjuntura e**

- Análise. (67), IPEA. set. 2019. Disponível em:
<repositório.ipea.gov.br/handle/11058/9949>. Acesso em 20 mar. 2020.
- BARRETO, Lima. Clara dos Anjos. Ministério da Cultura – Fundação Biblioteca Nacional Departamento Nacional do Livro. 1949. Brasília. Disponível em:
<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000048.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2019.
- BAUER, Florence. “6 em cada 10 crianças e adolescentes brasileiros vivem na Pobreza” - Pobreza na Infância e Adolescência – UNICEF. Disponível em
<https://www.unicef.org>brasil>media>file>P... pdf> acesso em 18/04/2019
- BEIER, J. R. Histórico do Salário Mínimo brasileiro revela diferenças entre o governo FHC e Lula e desmentem historiador da “década perdida”. **umhistoriador**. Wordpress. 21 jan. 2013. Disponível em:
<<https://umhistoriador.wordpress.com/2013/01/21/historico-do-salario-minimo-brasileiro-revela-diferenca-entre-o-governo-fhc-e-lula-e-desmente-historiador-da-decada-perdida>>. Acesso em: 20 abr. 2020.
- BETHELL, Leslie. **O Brasil no Mundo**. In: _____ A Construção Nacional 1830-1889: Rio de Janeiro: Objetiva, 2014, v. 2.
- BOSI, Alfredo. **Cultura**. In: _____ A Construção Nacional 1830-1889: Rio de Janeiro: Objetiva, 2014, v. 2.
- CALDEIRA, Jorge. **O Processo Econômico**. In: _____ Crise Colonial e Independência: 1808-1830. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. v. 1.
- CARVALHO, Leandro. ”Colonização do Brasil”; **Brasil Escola**. História do Brasil. Disponível em: <https://brailecola.uol.com.br/historiab/colonizacao-brasil.htm>. Acesso em: 22 de outubro de 2020.
- CARVALHO, Liana A. A. **Os Impactos do Programa Bolsa Família Sobre a Pobreza Absoluta e Relativa no Brasil**. 2014. 167 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)-Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal da PARAÍBA, João Pessoa, 2014.
- CASTELO BRANCO, Rodrigo. A teoria marxiana do pauperismo e o debate com o reformismo social-democrata. **Coletivo CVM**. 26 jul. 2014. Disponível em:
<centrovictormeyer.org.br/teoria-marxista-do-pauperismo-e-o-debate-com-o-reformismo>. Acesso em: 20 dez. 2019.
- CASTRO NEVES, Frederico. A Capital de Um Pavoroso Reino: Fortaleza e a Seca de 1877. **Redlyc. Revista Tempo**. 2000 Niterói. Universidade Federal Fluminense. p. 93-111. Disponível em: <<https://www.redlyc.org/articulo.oa?id=167018237006>>. Acesso em: 22 jan. 2021.
- CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome: O dilema brasileiro: pão ou aço**. ed. 10. Antares. Rio de Janeiro, 1984. Disponível em:
<<http://files.o-geografo.webnode.com.br/200000097-d07dcd177a/Jos%C3%BAe%20de%20Castro%20Geografia%20da%20Fome.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2020.
- CAVALCANTE, J. L. Lei de Terras de 1850. *Histórica*. Revista Eletrônica. ed. 2. 2005. Disponível em: <historica.arquivoestado.sp.gov.br/materiais/anteriores/edi%C3%A7%C3%A3o02/materia02> . Acesso em 14 de mai. 2021.

- CENNI, Franco. **Italianos no Brasil**. 3. ed. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2003.
- CHALHOUB, Sidney. **População e Sociedade** In: _____ A Constituição Nacional 1830-1889: Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. v. 2.
- _____. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CHRISTILLINO, Luís Cristiano. **O homem livre e pobre no Brasil oitocentista**. In: _____ Trabalho e trabalhadores no Nordeste: análise e perspectivas de pesquisa histórica em Alagoas, Pernambuco e Paraíba. Oliveira T. B. [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2015, p. 57-84.
Disponível em: <http://books.scielo.org.xcx85pdf>oliveira-9PDF>>. Acesso em: 22 out. 2020.
- CORDEIRO, Cícero Irlando Rodrigues. O pai dos pobres dos pobres?: o Brasil e a era Vargas. **Excemãpaku**. 2013. Disponível em: < revista.ufr.br/examapaku>. Acesso em: 08 jul. 2020.
- COSTA e SILVA, Alberto. **População e Sociedade**: In: _____ Crise Colonial e Independência 1808-1830: Rio de Janeiro: Objetiva, 2014, v.1.
- CRESPO, Antônio P. A. & GUROVITZ, Elaine. A Pobreza Como Fenômeno Multidimensional. **RAEeletrônica**. São Paulo. v.1, n. 2, jul/dez 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/raeel/v1n2/v1n2a03>>. Acesso em: 24 abr. 2020.
- DEDECCA & LOPREATO. **Brasil: perspectivas do crescimento e desafios do mercado de trabalho**. Instituto de Economia. Unicamp. Campinas. Campinas. dez. 2013.
Disponível em: <www.eco.unicamp.br/imagens/arquivospdf>. Acesso 08 maio 2020.
- DELLA CRUZ, Gisele, Thiel. **As misérias da cidade: População, Saúde e Doença em Rio Grande no Final do Século XIX**. 1998. 172 f. Dissertação (Mestrado em História das Populações)-Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1998.
- DESCUBRA como é feito o cálculo do salário mínimo no Brasil. **Planejamento Financeiro**. 29 out. 2019. Disponível em: <metlife.com.br/blog/planejamento-financeiro/descubra-como-e-feito-o-calculo-do-salario-minimo-no-brasil> Acesso em 20 maio.
- DINIZ, Leandro Neves, **Homens livres pobres na transição do trabalho escravo para o livre na Paraíba oitocentista**. 2015. 69f. Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Pleno em História da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para a obtenção do grau de licenciado. Paraíba. 2015. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br>jspui>bitstream>PD...pdf>>. Acesso em 08 abr. 2020.
- ESCRAVIDÃO Indígena no Brasil. **Sua Pesquisa.com**. 19 jul. 2020.
Disponível em: <suapesquisa.com/historiadobrasil/escravidao_indigena>. Acesso em 19/02/2021.
- EVOLUÇÃO do salário mínimo no Brasil. ADVF Brasil. Indicadores Econômicos. 1 mai. 2021. Disponível em: <br.advfn.com/indicadores/salario-minimo>. Acesso em: 12 abr. 2020.
- EXTREMA pobreza no Brasil entre 2003 e 2018. FGV Social comenta os cortes no bolsa família e o aumento da extrema pobreza no Brasil. **FGV Social**. Centro de Políticas

- Sociais. Disponível em; 03 marc. 2020. Gráfico Disponível em:
<<https://cps.fgv.br/destaques/fgv-social-comenta-os-cortes-no-bolsa-familia-e-o-aumento-da-extrema-pobreza-no-brasil>>. Acesso em: 20 jun. 2020.
- FERNANDES, Cláudio. Tese do Branqueamento. **Mundo Educação Revista Eletrônica**. Disponível em: <mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/tese-branqueamento.htm> Acesso em 14 de mai. 2021.
- GASPAR, R. C. A trajetória da Economia mundial: da recuperação do pós-guerra aos desafios contemporâneos. **SciELO. Cadernos Metrópole**. São Paulo. v. 17, n. 33. mai. 2015. Disponível em: <scielo.br/scielo.php?script=sci_arttex&pid=S2236-99962015000100265>. Acesso: 12 mar. 2020.C
- CASTRO, Frederico. A Capital de Um Pavoroso Reino: Fortaleza e a Seca de 1877.
- GIRÃO, Raimundo. **História do Ceará**. Fortaleza: Instituto do Ceará. 1947.
- GONÇALVES, Paulo César. O mandacaru não floresceu: ciência positivista a serviço do combate à seca de 1877 -1879. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro. v, 25 n. 2, abr./jun. 2018. p. 515-39. Disponível em:
<<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702018000200012> Acesso em: 01 mai. 2021.
- GONTIJO, Juliana. Brasil tem hoje uma população do Chile em miseráveis, *Jornal O TEMPO*, Belo Horizonte, 06 jul. 2018. Economia, p.18.c.1-2
- HADDAD, Paulo. A extraordinária complacência com as desigualdades e o desemprego. *OPINIÃO. Jornal O TEMPO*. 31 de agosto de 2018.
- LAGÔA, Tatiana. Mais da metade dos mineiros ganha menos de um salário mínimo. *Jornal O TEMPO*, Belo Horizonte 06 dez. 2018. Economia, p. 12. C. 1-2
- LIMA, Silvio Cezar de Souza. Imigração Chinesa: Os filhos do império celeste: a imigração chinesa e sua incorporação à nacionalidade brasileira. **Rede da Memória Virtual Brasileira**. Biblioteca Nacional. Disponível em
<<https://bndigital.bn.gov.br/dossies/rede-da-memoria-virtual-brasileira/alteridades/imigracao-chinesa/>>. Acesso em 15 de mai. 2021.
- MACHADO, Geraldo Magela. Rousseau e a desigualdade entre os homens. **Navegando e Aprendendo**. InfoEscola. 2008. Disponível em:
<<https://www.infoescola.com/filosofia/rousseau-e-a-desiguadade-entre-os-homens>> Acesso em:12 dez. 2019.
- MARAGONI, Gilberto. Anos 1980, década perdida ou ganha? **Revista de Informações e debates do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)**. Desafio do desenvolvimento. 15 jun. 2012. São Paulo. a. 9. 72 ed. Disponível em:
<<https://www.ipea.gov.br/Anos-1980-decada-perdida-ou-ganha>>. Acesso em: 25 abr. 2020.
- O SALÁRIO mínimo cinco presidentes depois. *Econômica. Folha de Londrina Londrina*. 06 set. 2009. Disponível em: <folhadelondrina.com.br/economia/o-salario-minimo-cinco-presidentes-depois>. Acesso em: 25 abr. 2020.
- MARQUES, Raquel de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. **Novos estudos**, CEBRAP n.74. São Paulo mar. 2006. Disponível em: <www.scielo.br/scielo/a-dinamica-da-escravidao-no-brasil-resistencia-traffic-negreiro-e-alforrias-seculos-XVII-a-XIX>. 08 jan. 2020.

- MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. Boitempo. 368 p. São Paulo. 2011. Disponível em:
<<http://www.fatecbauru.edu.br/article/download.pdf>>. Acesso em: 02 maio 2020.
- MARTINS, R. B. **Vila Rica, vila pobre: dilemas de uma historiografia de aluvião**. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional UFMG. 2014. Disponível em:
<<http://diamantia.cedeplar.ufmg.br/portaI/download/diamantina-2014/vila-rica-vila-pobre-dilemas-de-uma- historiografia-de-aluviao.pdf>>. Acesso em 27 jun. 2020.
- MENDONÇA, Sérgio E. A.. A experiência do Dieese em pesquisa e conhecimento. **São Paulo em Perspectiva**. v. 16, n.3, São Paulo 2002. Disponível em:
<scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392002000300008&script=sci_arttext>. Acesso em 12 jun.2020.
- MESQUITA, Mário C. M. **Brasil 1961-1964: Inflação, estagnação e ruptura**. Arquivo Hermes Lima, CPDOC-FGV. Rio de Janeiro.PUC-Rio. Out. 2010. Disponível em:<<http://www.econ.puc-rio.br/trabalho/files/pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2020.
- MULHERES e pretos ganham menos que homens e brancos. **ECONOMIA do Jornal O TEMPO**. Belo Horizonte 17 de outubro de 2019.
- NEVES, Daniel Silva. Como ficou a vida dos escravos após a Lei Áurea? **Brasil Escola** Disponível in: <brasilecola.uol.com.br/historiab/como-ficou-vida-dos-ex-escravos-apos-lei-aurea.hmt>. Acesso em: 28 de jan. 2020.
- NORONHA, Gilberto Cezar de; LIMA, I. R. S. (Org.); NASCIMENTO, M. R. (Org.). **O golpe de 2016 e a corrosão da democracia no Brasil**. 1. ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2020. v. 1. 376p .
- NOSSA História: quem tem fome tem pressa. **Ação da Cidadania**. Disponível em:
<<https://www.acaodacidadania.org.br/nossa-historia>> 01 out. 2013. Acesso em: 11 mai. 2021.
- NOVAIS, F. A. (coord). **República: da Belle Époque à Era do Rádio**. In: _____ História da vida privada no Brasil. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, Rio de Janeiro, 1998, v.3.
- O QUE é salário mínimo? Disponível em:
<<https://www.meusdicionarios.com.br/salariominimo>>. Acesso em: 12 jan. 2020.
- O QUE explica o aumento da pobreza extrema no Brasil. **G1**. Rio de Janeiro. 13 abr. 2018. Economia. Disponível em: <g1.globo.com/economia/noticias/o-que-explica-o-aumento-da-pobreza-extrema-no-brasil> Acesso em: 12 jan. 2019.
- OLIVEIRA, Nielmar. Pesquisador explica estudo do IBGE sobre pobreza. **Agência Brasil**. Economia. 15 dez. 2017. Rio de Janeiro. Disponível em: Disponível em:
<<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-12/pesquisador-explica-estudo-do-ibge-sobre-pobreza>>. Acesso em: 03 fev. 2018.
<<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-12/pesquisador-explica-estudo-do-ibge-sobre-pobreza>>. Acesso em: 03 fev. 2018.
- OREIRO, José Luís; PAULA, Luiz Fernando de. A economia brasileira no governo Temer e Bolsonaro: uma avaliação preliminar. **IPEADATA**. 29 set. 2019. Disponível em:
<luizfernandodepaula.com.br/ups/a-economia-brasileira-no-governo-temer-e-bolsonaro-final-05.pdf>. Acesso 20 fev. 2021.
- PAIM, Paulo. **Salário Mínimo uma história de luta**. Senado Federal. Secretaria Especial

- de Editoração e Publicações. Brasília. 2005. Disponível em:
<<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/180154/SalMinimo.pdf?sequence=1>> Acesso em: 18 abr. 2020.
- PAULA, João Antônio de. **O Processo Econômico**. In: _____ A Construção Nacional 1830-1889: Rio de Janeiro. Objetiva, 2014. v. 2.
- PEREIRA DAS NEVES, L. B. **A Vida Política**. In: _____ Crise Colonial e Independência 1808-1830: Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. v. 1.
- PINTO, Tales. A Origem do Café no Brasil. O Café no Brasil Império. **Escola Kid**. Disponível em: <escolakids.uol.com.br/história/origem-do-café-no-brasil.htm>. Acesso em: 19 nov. 2020.
- PLATAFORMA **Agenda 2030**. 23 out. 2020. Disponível em; <www.agenda2030.com.br>. Acesso em 23 Abr. 2020> Acesso em: 10 abr. 2020.
- RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 3 ed. São Paulo: Global, 2015. 358 p.
- ROMÃO, Maurício E. C. Considerações sobre o conceito de pobreza. **Revista Brasileira de Economia**. 36(4), P.355-70.out/dez. 1981, artigo baseado na tese de doutorado do autor_c.3_apresentada em 1981 na Universidade de Illinois, EUA. Resumo. Acesso em: 15 dez. 2019.
- RÜCKERT, Fabiano Quadros ... [et al.] (Orgs.). **História da pobreza no Brasil**. 2 ed. Rio Grande: Editora da FURG, 2019. Coleção Direito e Justiça Social. 410 p. Disponível em: <https://ppghistoria.furg.br/Cardozo2019_PobrezaPDF>. Acesso em 10 mai. 2020.
- _____. **História da pobreza no Brasil**. 2 ed. Rio Grande: v. 6. Editora da FURG. 2002.
- RUFINO, L. M. **A pobreza no contexto das sociedades capitalistas**. In: _____ II SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL, Florianópolis, 12 out. 2017. RI UFSC, 2017. Disponível em: <repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/pdf>. Acesso em: 12 mai. 2020.
- RUY, C. M. A trajetória do salário mínimo de Vargas à Lula. **Força Sindical– Memória Sindical**. São Paulo: 10 nov. 2010. Disponível em: <fsindical.org.br/memoria-sindical/a-trajetoria-do-salario-minimo-de-vargas-a-lula/>. Acesso em 18 abr. 2020.
- SANTOS, G. C.; ARCOVERDE, A. C. B. **Pobreza – conceito, mensuração e enfrentamento no Brasil**. 2011. Trabalho apresentado a V Jornada Internacional de Políticas Públicas de 23 a 26 agos. 2011, São Luís, 2011. Disponível em: <<http://www.joinppufma.br/cdVjornada.pdf>>. Acesso em 02 mar. 2020.
- SAMARZARO, Maria da Penha. Pobreza no Brasil Colonial: representação social e expressões da desigualdade na sociedade brasileira. **Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**. n. 34 2009. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao34/materia01/texto01.pdf>> .
- SCHWARCZ, M. Lília. **As Marcas do Período**. In: _____ A abertura para o mundo 1889-1930. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. v. 3.

- _____. **Cultura**. In: _____ Crise Colonial e Independência 1808-1830: Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. v. 1.
- _____. **População e Sociedade**. In: _____ A abertura para o Mundo 1889-1930: Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. v. 1.
- SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p 80.
- SEN, Amartya. 1978, p. 11 apud ROMÃO, E. C. Maurício. Considerações sobre o conceito de pobreza. **Revista Brasileira de Economia**. Rio de Janeiro, n. 36 (4), p.355-70. out.-dez. 1982. p. 356.
- SICSÚ, João. O salário mínimo na ditadura e hoje. **Revista Carta Capital**. Confiança São Paulo. Disponível em: <www.cartacapital.com.br/opinião>. Acesso em: 15 dez. 2019.
- _____. O salário Mínimo na ditadura e hoje. **FETEC-CUT PR**. Curitiba: 29 abr. 2014. Disponível em: <https://www.fetecpr.org.br/salario-minimo-na-ditadura>>. Acesso em 08 mar. 2020.
- SILVA, Alberto da Costa e. **População e Sociedade**. In: _____ Crise Colonial e Independência 1808-1830: Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. v. 1. p. 39.
- SILVA, Júlio César Lázaro da. História da Economia da Região Sul. **Brasil Escola**. São Paulo. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/brasil/historia-economia-regiao-sul.htm>>
- SILVA, V. S. da; BORJA REIS, C. F. de. Salário mínimo na era do Real sob a perspectiva da economia política. **Leituras de Economia Política**, Campinas. n. 26, p. 1-26, jan./jun. 2018. Disponível em: <eco.unicamp.br/images/arquivos/Artigos/3651/artigo1.pdf>. Acesso 30 abr. 2020.
- SIQUEIRA, Maria da Penha Samarzaro. Pobreza no Brasil Colonial: representação social e expressões da desigualdade na sociedade brasileira. **Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**. São Paulo. n. 34. 2009. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao34/materia01/txto01.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2019.
- SOARES, João. O que explica o aumento da pobreza extrema no Brasil? 17 abr. 2018. **Economia**. Disponível em: <<https://economia.oul.com.br/noticias/redacao/2018/04/17/O-que-explica-o-aumento-da-pobreza-extrema-no-brasil.htm>>. Acesso em 17 dez. 2018.
- TEIXEIRA, R. A; PINTO, E. C. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância, financeiras, bloco no poder e desenvolvimento econômico. **SciELO Brasil**. Economia e Sociedade. v. 21, (3), p.909-41, dez. 2012. Disponível em: <scielo.br/j/ecos/a/WRPZxp3LrymkXcqsR6gmNXD/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 08 mai. 2020.
- TOCQUEVILLE, Alexis [1835]. **Ensaio sobre a pobreza**. Tradução de Juliana Lemos. Rio de Janeiro: Universidade, 2003. 88 p.
- _____. A democracia na América. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes. 1998.

- TRUZ, Igor, Abolição – Alforriados, negros ainda foram explorados como escravos. **Agência USP de Notícias**. São Paulo. 28 fev. 2013. Disponível em:<educação.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/alforriados-negros-ainda-foram-explorados-como-escravos.htm>. Acesso em 20 dez. 2019.
- VEJA fatos que marcaram os dois anos de governo Temer. **Época**. Economia. Agência Brasil. 15 maio 2018. Disponível em:
<https://epocanegocios.globo.com/Economia/noticia/2018/05/veja-fatos-que-marcaram-os-dois-anos-do-governo-Temer>. Acesso em 03 maio 2020.
- VILLAS BÔAS, Bruno. Pobreza Extrema aumenta 11% e atinge 14,8 milhões de pessoas. **Valor Econômico** v.18 n.4481. 12 de abr. de 2018. Disponível em:
<<https://www2.senado.leg.br/sdsf/sitstream/handle/id/559605/noticia.html?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 18 abr. de 2019.
- YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza no Brasil Contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Serv. Soc.** [online]. 2012, n.110, p. 288-322. Disponível em:
<<https://doi.org/10.1590/S0101-66282012000200005>>. Acesso em: 15 mar. 2020.